1. DA INVESTIGAÇÃO

1.1. Dos antecedentes

1.1.1. Do pedido de habilitação como indústria fragmentada

Em 16 de dezembro de 2019, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - ABIT protocolou, na Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia - SECINT, por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, pedido de habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada com vista à futura apresentação de petição de defesa comercial, nos termos do inciso I, § 1º do art. 2º da Portaria SECEX nº 41, de 2018.

No dia 31 de dezembro de 2019, por meio do Ofício SEI nº 108453/2019/ME, foram solicitadas à peticionária informações complementares àquelas fornecidas na petição, nos termos do § 2º do art. 11 da Portaria SECEX nº 41, de 2018.

A ABIT apresentou as informações complementares tempestivamente no dia 6 de janeiro de 2020.

Nos termos do art. 1º da Portaria nº 41, de 2018, caput e § 1º, a habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada deve avaliar se há elevado número de produtores domésticos, levando-se em consideração fatores como o grau de pulverização da produção nacional e sua distribuição por porte dos produtores nacionais.

Conforme disposto na Nota Técnica SDCOM nº 2, de 17 de janeiro de 2020, os dados apresentados pela ABIT indicaram pulverização da produção nacional, tendo em vista o elevado número de produtores nacionais e a distribuição da produção em todas as regiões do País, ainda que se observe concentração nas regiões sul e sudeste. Verificou-se ainda significativa pulverização da produção tendo em conta o porte das empresas fabricantes de meias, bem como seu volume de produção e vendas.

A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público - SDCOM considerou que foram cumpridas as exigências dispostas na Portaria SECEX nº 41, de 2018, e concluiu que a produção nacional de meias apresentou características de indústria fragmentada no período de janeiro a dezembro de 2018, o que ensejou a habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada para fins de defesa comercial.

A peticionária foi informada dessa decisão por meio do Ofício SEI nº 13.014/2020/ME, de 20 de janeiro de 2020. A ABIT foi também informada que, tendo em vista a habilitação como indústria fragmentada, a petição de investigação de prática de dumping nas exportações de meias originárias da República Popular da China, da República do Paraguai e de Hong Kong para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, referida na solicitação de habilitação, deveria ser protocolada no prazo de até 10 meses após o encerramento do período de investigação proposto pela peticionária (julho de 2014 a junho de 2019).

Por fim, no referido ofício enfatizou-se que, nos termos do art. 12 da Portaria SECEX nº 41, de 2018, uma vez iniciada a investigação de defesa comercial, as partes interessadas no procedimento poderiam apresentar seus comentários sobre a decisão da SDCOM de habilitar a produção nacional de meias como indústria fragmentada em até 30 dias contados da publicação da Circular SECEX de início da referida investigação, e que a peticionária poderia apresentar seus comentários em até 15 dias contados do fim do prazo referido anteriormente.

1.2. Da petição

Em 30 de abril de 2020, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - ABIT, doravante também denominada peticionária, protocolou, dentro do prazo de 10 meses referido no item 1.1.1, por meio do Sistema DECOM Digital - SDD, petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de meias, quando originárias da República Popular da China, da República do Paraguai e de Hong Kong.

A SDCOM, no dia 2 de junho de 2020, por meio do Ofício nº 1.403/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, solicitou à peticionária, com base § 2º do art. 41 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro, informações complementares àquelas fornecidas na petição. A peticionária solicitou prorrogação do prazo para envio de resposta, a qual foi concedida, observando-se o art. 194 do Decreto nº 8.058, de 2013. Em 22 de junho de 2020, as informações solicitadas pela Subsecretaria foram apresentadas tempestivamente.

1.3. Da notificação ao governo do país exportador

Em 11 de agosto de 2020, em atendimento ao que determina o art. 47 do Decreto nº 8.058, de 2013, os governos da China, Hong Kong e Paraguai foram notificados, por meio dos Ofícios nºs 1.562, 1.563, 1.564 e 1.565 /2020/CGMC/SDCOM/SECEX, da existência de petição devidamente instruída, protocolada na SDCOM, com vistas ao início de investigação de dumping de que trata o presente processo.

Conforme prática nas investigações que envolvem Estados Partes do MERCOSUL, previamente à notificação, foi dada oportunidade, às autoridades do Paraguai, de consulta para tratar da petição apresentada pela ABIT, por meio do Ofício nº 1.491/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, de 20 de julho de 2020. Conforme previsto no art. 168 do Decreto nº 8.058, de 2013, cópia do referido Ofício foi também transmitido, por meio eletrônico, à autoridade investigadora paraguaia, a Dirección de Normas y Negociaciones Comerciales - DNCC do Ministerio de Industria y Comercio daquele país. A consulta foi realizada por videoconferência no dia 03/08/2020, conforme Registro anexado aos autos.

Em 06/08/2020, o DNCC encaminhou, por correio eletrônico, o Ofício VMCS/DGCE/DNCC/nº 838, por meio do qual informou que as empresas Hoahi S/A, Salinas Textil Import Export S.A.C.I. e Acara Aiso Export S.R.L., que realizaram exportações de meias, classificadas nas NCMs 6115.95.00 e 6115.96.00, para o Brasil, operam sob Régimen de Maquila o Admisión Temporal, regime especial de importação previsto no âmbito da Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 24/15. Para se habilitarem a esse regime, as empresas devem apresentar um programa de maquila, que deve ser aprovado pelo Consejo Nacional de las Industrias Maquadoras de Exportación e posteriormente é publicado sob forma de resolução dos Ministérios de Indústria e Comercio e da Fazenda do país. No mesmo Ofício, informou também que a Acara Aiso Import Export S.R.L. deixou de operar em 2019. As informações recebidas pela autoridade investigadora paraguaia serão levadas em consideração no curso da investigação.

1.4. Da representatividade da petionária e do grau de apoio à petição

O art. 37 do Decreto nº 8.058, de 2013, dispõe que a petição de investigação para determinar a existência de dumping, de dano e denexo de causalidade deverá ser solicitada pela indústria doméstica ou em seu nome. O § 3º desse artigo estabelece que, no caso de indústria fragmentada, envolvendo um número especialmente elevado de produtores domésticos, o grau de apoio ou rejeição poderá ser confirmado mediante amostra estatisticamente válida.

Na petição apresentada, para fins de determinação de dano, a ABIT considerou como indústria doméstica de meias o conjunto de 35 produtores que participaram de pesquisa conduzida por instituto de pesquisa contratado pela petionária, o Instituto Inteligência de Mercado - IEMI, especificamente para a elaboração da petição de investigação de prática de dumping. Referida pesquisa levantou, por meio de entrevista, dados sobre os tipos de meias produzidos, os volumes (em pares e toneladas) de produção, de vendas internas e de exportações, bem como os respectivos valores, em cada um dos períodos que compõem o período de investigação de dano. Também apurou os dados de capacidade instalada (em pares), o número de turnos para a produção e os volumes (em pares e toneladas) e valores dos estoques.

Em P5, de acordo com os dados apresentados pela petionária, a indústria doméstica reportou produção de [RESTRITO] de pares de meias.

O número total de unidades produtivas e a produção nacional de meias foram estimados com base em pesquisa anual realizada pelo IEMI junto a empresas do setor de vestuário como um todo, denominado "Painel IEMI". O painel apurou que, em 2018, 43 eram empresas produtoras de meias. Essa amostra de 43 empresas serviu de base para os dados apresentados no processo de habilitação como indústria fragmentada e novamente na instrução da petição de investigação de prática de dumping.

Para dimensionar o número de estabelecimentos produtores de meias em todo o território nacional, foram utilizados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE referentes à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE. Empresas produtoras de meias classificam-se nos códigos CNAE 1421-5 (específico de fabricação de meias) e também no CNAE 14.12-6 (de confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas).

Pelo cruzamento dos dados do IBGE e da amostra de 43 empresas produtoras de meias do "Painel IEMI", estimou-se a existência de um total de 401 unidades produtivas de meias no País, que produziram, em P5, [RESTRITO] de pares. A metodologia aplicada para o cálculo da estimativa será objeto de análise no item 5.2.1.

Em P5, assim, a indústria doméstica, tal como definida pela petionária, representou 28,3% da produção nacional do produto similar.

De outra parte, tendo em vista o disposto no art. 37 do Regulamento Brasileiro, em especial no inciso II do § 1º do mesmo artigo, solicitou-se à petionária, no Ofício de solicitação de informações complementares (nº 1.403/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, de 2 de junho de 2020), a apresentação, além dos dados reportados, de manifestação expressa de apoio à petição das empresas participantes da pesquisa do IEMI.

A petionária informou, em resposta ao Ofício, em 22 de junho de 2020, que cinco empresas - Lupo S/A, Sailor Ind. Têxtil (Meias Loa), Torp Ind. Têxtil, Demillus S/A e Confecções Elite - seriam associadas da ABIT e, portanto, a associação poderia se manifestar em nome delas, conforme possibilidade apontada pela SDCOM no ofício encaminhado.

A petionária enviou também manifestação expressa de 19 empresas - Itabuna Têxtil (Trifil), Brasmart Ind. Vestuário (Cia da Meia), Selene Ind. Têxtil, Ind. Meias Santa Rita, Fios e Meias V. S., Pituka Ind. Com. Benef. de Fios, Malhas Destefano (Meias By Fiapo), Mito Meias e Malhas, Malharia Rikam, Julien Socks Conf., Primar Ind. Têxtil, Titex (Meias Bittar), Cajadan Têxtil, Perrutextil, Ind. Meias Netfios, Ind. Com. de Meias Neilor, Ind. Com. de Meias Young, Conde Duck Ind. de Meias e Ismy Ind. Com. Confecções., confirmando a ciência da destinação da pesquisa do IEMI para a instrução da petição relativa ao início de investigação de prática de dumping.

No total, portanto, das 35 empresas que compõem a indústria doméstica para fins de determinação de dano, tal como definida pela petionária, 24 empresas apresentaram manifestação de apoio de forma expressa, nos termos do art. 37 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Conforme os dados da pesquisa do IEMI, essas 24 empresas produziram [RESTRITO] pares de meias em P5, correspondente a 25,2% da produção nacional estimada do produto similar.

Adicionalmente, a ABIT encaminhou também manifestação de apoio expressa, acompanhada de informação correspondente aos volumes de produção e vendas no mercado interno, conforme previsto no § 4º do art. 37, da empresa Cambuci S/A, que não constitui uma das 35 empresas do conjunto da indústria doméstica.

Portanto, verifica-se que, nos termos do §§ 1º, 2º e 3º do art. 37, a petição pode ser considerada como apresentada pela indústria doméstica ou em seu nome, uma vez que i) os produtores do produto similar que manifestaram expressamente apoio à petição representam mais de cinquenta por cento da produção total do produto similar daqueles que se manifestaram na consulta a que faz referência o inciso I do § 1º; e que ii) os produtores domésticos que manifestaram expressamente apoio à petição representam mais de vinte e cinco por cento da produção nacional estimada do produto similar durante o período de investigação de dumping.

Ademais, no que tange aos dados de dano, convém ressaltar que o § 7º do art. 37 do Decreto nº 8.058, de 2013, prevê que, no caso de indústria fragmentada, poderá ser aceita petição contendo dados relativos a produtores domésticos que respondam por parcela inferior a 25% da produção nacional do produto similar no período da investigação de dumping. No caso em tela, mesmo se tratando de indústria fragmentada, verifica-se que os dados de dano, relativos às 35 empresas respondentes da pesquisa conduzida pelo IEMI, respondem por mais de 28,3% da produção nacional estimada no período de investigação de dumping.

Em suma, tendo em vista i) tratar-se de produção nacional habilitada como indústria fragmentada, conforme Ofício SEI nº 13014/2020/ME; ii) a previsão do § 7º do art. 37 do Decreto nº 8.058, de 2013; e iii) que as empresas que apresentaram manifestação expressa de apoio representam mais de 25% da produção nacional estimada do produto similar em P5, considerou-se, no Parecer SDCOM no 27, de 11 de agosto de 2020, considerou-se que a petionária cumpriu os requisitos de admissibilidade da petição nos termos do art. 37 do Decreto nº 8.058, de 2013.

1.5. Do início da investigação e da solicitação de informações às partes

Com base no Parecer SDCOM nº 27, de 11 de agosto de 2020, a Secretaria de Comércio Exterior fez publicar a Circular SECEX nG53, de 14 de agosto de 2020, no D.O.U. de 17 de agosto de 2020, dando início à investigação em tela.

Em atendimento ao que dispõe o art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram notificados em 21 de agosto de 2020 acerca do início da investigação, além da petionária, outros produtores nacionais, os produtores/exportadores da República Popular da China, de Hong Kong e de Paraguai, os importadores brasileiros identificados por meio dos dados oficiais de importação fornecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (SERFB), e os governos da China, de Hong Kong e do Paraguai. Nas notificações foi encaminhado endereço eletrônico no qual pôde ser obtida a Circular SECEX nº 53 de 14 de agosto de 2020.

Considerando o § 4º art. 45 do Regulamento Brasileiro, encaminhou-se, aos produtores/exportadores da China, de Hong Kong e do Paraguai e aos respectivos governos, o endereço eletrônico no qual pôde ser obtido o texto completo não confidencial da petição que deu origem à investigação, bem como suas informações complementares.

Ademais, conforme disposto no art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram encaminhados aos produtores/exportadores e aos importadores, nas mesmas notificações, os endereços eletrônicos nos quais poderiam ser obtidos os respectivos questionários, com prazo de restituição de trinta dias, contado a partir da data de ciência, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014.

Em razão do número elevado de produtores identificados na base de dados de importações da RFB, foram selecionados para receber os questionários apenas produtores cujos volumes de exportação da China, de Hong Kong e do Paraguai para o Brasil representam o maior percentual razoavelmente investigável pela SDCOM. As cinco produtoras/exportadoras chinesas selecionadas (Guangdong Qicaifeixia Knitting Industrial Co., Ltd.; Darmita Limited - China; Hang Qian Knitting Co., Ltd; Zhejiang Zhuji Tianxiu Knitting Co Ltd; e Yiwu Fu Jia Knitting Factory) responderam por 19% do volume exportado pela China ao Brasil em P5; as duas empresas de Hong Kong (Hong Kong Tianhao International Trading Co Limited e Darmita Limited - Hong Kong) responderam por 89,2% do volume exportado por Hong Kong ao Brasil em P5. A exportadora paraguaia Hoahi S/A respondeu por 99,5% do volume exportado por aquele país ao Brasil em P5.

Em função de falha técnica devido ao número excessivo de destinatários no dia 21 de agosto de 2020, um novo envio foi feito no dia 24 de agosto de 2020, o que levou à alteração dos prazos de resposta para os importadores e exportadores chineses não selecionados. Ainda em 24 de agosto, um novo envio de notificações de início foi feito aos outros produtores nacionais, em razão da identificação de outros produtores nacionais conhecidos, conforme errata ao Anexo I, anexada aos autos do processo nesse mesmo dia.

Em 11 de setembro de 2020, foi realizado novo envio de notificações de início e questionários para os exportadores, selecionados e não selecionados, da China, de Hong Kong e do Paraguai, cujos endereços eletrônicos foram conhecidos após o primeiro envio. O prazo de resposta foi alterado exclusivamente para os exportadores notificados em 11 de setembro de 2020. Em relação à origem China, houve nova seleção de exportadores para resposta ao questionário, conforme item a seguir.

Tanto os produtores selecionados, quanto os demais produtores, não incluídos na seleção, cujos endereços eletrônicos foram identificados após o primeiro envio das notificações, em 21 e 24 de agosto e em 11 de setembro de 2020, foram notificados e tiveram acesso não apenas ao texto completo da petição que deu origem à investigação, mas também ao questionário do produtor/exportador.

1.6. Da nova seleção de produtores/exportadores chineses

No ofício de notificação de início da investigação as partes foram informadas da seleção de produtores/exportadores realizada e foram ainda informadas que dispunham de dez dias, contados da ciência, para se manifestarem a respeito da

referida seleção, inclusive com o objetivo de esclarecer se as empresas selecionadas são exportadoras, trading companies ou produtoras do produto objeto da investigação, em conformidade os §§ 4º e 5º do art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013, e com o art. 19 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014.

Em 03 de setembro de 2020, a Embaixada da República Popular da China no Brasil protocolou comentários acerca da seleção realizada. A embaixada informou que a CCCT - China Chamber of Commerce for Importers & Exporters of Textiles representaria a indústria têxtil chinesa no caso. Informou ainda que os cinco produtores/exportadores inicialmente selecionados não estariam envolvidos com a produção/exportação de meias, fazendo com que a seleção realizada não refletisse a produção chinesa, afetando adversamente o caso. A embaixada informou ainda o nome de um produtor chinês recomendado pela CCCT para inclusão na seleção, e finalizou a manifestação, recomendando que fosse confirmada a metodologia e feita nova seleção. Tal comunicação foi reiterada em 18 de setembro de 2020.

Os nomes de duas empresas ([RESTRITO]), já apresentavam indícios de que tratariam de trading companies, e a manifestação do governo da China/CCCT veio a corroborar esses indícios, de forma que as referidas exportadoras foram excluídas da seleção para responder o questionário do produtor/exportador. Com relação às outras empresas mencionadas na manifestação, não foram trazidas evidências que comprovassem não se tratar de empresas produtoras de meias e não foram encontrados outros indícios que corroborassem essa conclusão.

Novo envio de notificações foi realizado para todas as partes interessadas em 11 de setembro de 2020, informando sobre a nova seleção, ampliada de quatro para cinco empresas chinesas (Guangdong Qicaifeixia Knitting Industrial Co., Ltd.; Darmita Limited - China; Hang Qian Knitting Co., Ltd; Zhejiang Zhuji Tianxiu Knitting Co Ltd; e Yiwu Fu Jia Knitting Factory). Referidas notificações foram endereçadas ao governo chinês, às cinco produtoras/exportadoras e uma produtora/exportadora não selecionada cujo endereço de e-mail foi conhecido após o primeiro envio. Registrou-se ainda que o prazo para resposta ao questionário dos produtores/exportadores seria contado a partir da nova notificação.

O governo da China protocolou, em 5 de outubro de 2020, nova manifestação acerca deste tema apenas para substituir o anexo 3 da manifestação anterior. Tal anexo aparentemente apresentaria elementos de prova de que a empresa Guangdong Qicaifeixia Knitting Industrial Co., Ltd. não produziria meias, de que a empresa Yiwu Fu Jia Knitting Factory teria encerrado as atividades produtivas em 2018 e de que a empresa Zhejiang Zhuji Tianxiu Knitting Co. Ltd. estaria com pendência formal junto a órgão do governo chinês.

Após a análise da nova manifestação protocolada pelo governo da China, a SDCOM notificou a parte interessada, em 27 de outubro de 2020, por meio do Ofício nº 1.817/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, que manteria a nova seleção realizada em 11 de setembro de 2020. Nessa ocasião, foram listados os vícios formais que fizeram com que os documentos apresentados tenham sido desconsiderados sem análise de mérito, quais sejam: ausência de tradução juramentada de documentos apresentados em mandarim, ausência de documentação em que se comprove que o autor de documento assinado teria poderes para representar a empresa subscritora e ausência de consularização do documento emitido por empresa não habilitada no processo.

[RESTRITO]

1.7. Da habilitação como indústria fragmentada

Em 20 de agosto de 2020, a Circular nº 56, de 19 de agosto de 2020, tornou públicos os fatos que levaram à habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada, constantes da Nota Técnica SDCOM nº 2, de 17 de janeiro de 2020. Anexo à circular detalhou os elementos levados em conta na decisão de habilitar a produção nacional de meias como indústria fragmentada.

Considerando que as razões completas para a habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada foram tornadas públicas por meio Circular nº 56, a referida Circular alterou, ainda, os prazos estabelecidos no parágrafo 7 da Circular SECEX nº 53, de 2020, para que as partes interessadas apresentassem seus comentários sobre a decisão de se habilitar a produção nacional de meias como indústria fragmentada. O prazo passou a ser de trinta dias contados da publicação da Circular nº 56 no D.O.U., tendo a petionária até quinze dias contados do fim do prazo das demais partes para apresentar seus comentários. Nos termos do parágrafo 3º do art. 12 da Portaria SECEX nº 41, de 2018, a SDCOM teve o prazo de até sessenta dias contados do fim do prazo de quinze dias para apresentação de comentários pela petionária para apresentar sua decisão final.

Ocorre que, em manifestação protocolada no Sistema Decom Digital - SDD em 21 de setembro de 2020, a propósito da habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada, a Associação Brasileira do Varejo Têxtil - ABVTEX indicou que não haviam sido disponibilizados, em versão restrita, (i) o Ofício SEI nº 108453/2019/ME, por meio do qual esta Subsecretaria solicitou informações complementares à ABIT a respeito da petição para habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada; e (ii) a resposta da petionária ao referido ofício, protocolada no dia 6 de janeiro. Considerando que os demais documentos que instruem o pedido formulado pela ABIT para habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada, bem como a decisão da SDCOM, foram devidamente juntados ao processo em 25 de setembro de 2020, o pedido de devolução do prazo foi parcialmente atendido. Assim, as partes interessadas tiveram prazo até o dia 14 de outubro de 2020 para encaminhar comentários sobre a habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada, e a petionária teve até o dia 29 de outubro de 2020 para enviar suas considerações. A petionária protocolou seus comentários em 28 de outubro de 2020.

Em resposta à manifestação da ABIT, a ABVTEX protocolou nova manifestação, em 10 de dezembro de 2020, portanto fora do prazo para recebimento de manifestações das partes interessadas no âmbito das discussões sobre a manutenção ou não da decisão sobre a habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada, encerrado em 14 de outubro de 2020. Referida manifestação, nos aspectos que tangem exclusivamente à habilitação como indústria fragmentada, não foi considerada, tendo em vista sua intempestividade. Nos aspectos que se referem à estimativa da produção, os comentários foram tratados no item 6.2 infra.

Todos os elementos de prova apresentados pelas partes foram considerados, e a Nota Técnica SDCOM nº 22, de 28 de dezembro de 2020, apresentou às partes a conclusão a respeito da manutenção da decisão da SDCOM de habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada. A Circular nº 85, de 29 de dezembro de 2020, publicada no D.O.U. de 30 de dezembro de 2020, tornou pública a decisão final de manutenção da habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada. As manifestações das partes interessadas sobre a habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada protocoladas dentro dos prazos referidos nos parágrafos anteriores foram apresentadas e levadas em consideração na referida nota técnica, [RESTRITO].

1.8. Dos pedidos de habilitação

Nos termos do § 3º do art. 45 do Regulamento Brasileiro, foi concedido o prazo de vinte dias, contado da data da publicação de início da investigação, para a apresentação de pedidos de habilitação de outras partes que se considerassem interessadas.

Em 2 de setembro de 2020, a Associação pela Indústria e Comércio Esportivo ("ÁPICE") protocolou, no SDD, pedido de habilitação como parte interessada na presente investigação, com fulcro no no artigo 45, § 2º, II, do Decreto 8.058/13. Tratando-se de entidade que representa os importadores do produto objeto da investigação, o pedido de habilitação foi deferido.

Em 3 de setembro de 2020, a China Chamber of Commerce for Import and Export of Textiles ("CCCT"), requereu sua habilitação como parte interessada, nos termos do art. 45, inciso III do §2º, do Decreto nº 8.058/2013, alegando se tratar de entidade de classe representante dos produtores chineses que exportaram o produto objeto da investigação durante o período de revisão. Na ocasião, a entidade afirmou que apresentaria, tempestivamente, a ata notarial, selos de legalização e devidas traduções juramentadas. Referidos documentos não foram protocolados até a data considerada para esta determinação preliminar, razão pela qual a habilitação desta entidade permanece pendente.

Em 4 de setembro de 2020, a Skechers do Brasil Calçados Ltda. ("Skechers"), solicitou sua habilitação como parte interessada, com espeque no art. 45, § 2º, item V. Alegou a empresa que apesar de não constar como importadora no período de análise de dano, [RESTRITO], sendo afetada pela prática investigada.

Em 15 de setembro de 2020, por meio do Ofício nº 1.708/2020/CGMC/SDCOM/SECEX a solicitação da Skechers foi indeferida. Recordou a SDCOM que, nos termos do art. 45, § 2º, inciso II, do Decreto nº 8.058, de 2013, são consideradas partes interessadas os importadores que importaram o produto objeto da investigação durante o período da investigação. A Skechers comprovadamente não realizou importações durante o período de investigação de dumping, ou seja, entre julho de 2018 a junho de 2019. Por outro lado, não se aplica o disposto no art. 45, § 2º, inciso V, do Decreto nº 8.058, de 2013, considerando tratar-se de empresa [RESTRITO]. Não se trata, concluiu a SDCOM, de "outra parte nacional", mas de importador brasileiro, não sendo aceitos pedidos de habilitação de importadores que não atendessem o previsto no art. 45, § 2º, inciso II.

Em 5 de setembro de 2020, a Associação Brasileira do Varejo Têxtil ("ABVTEX") solicitou habilitação como parte interessada com fulcro no artigo 45, § 2º, II, do Decreto 8.058/13. Tratando-se de entidade de classe que representa os importadores do produto objeto da investigação, a habilitação foi deferida.

Em 6 de setembro e 2 de outubro de 2020, o Trade and Industry Department - TID de Hong Kong, órgão daquele governo notificado sobre início desta investigação, solicitou a habilitação de representante legal. Em 8 de dezembro, o TID protocolou novamente a mesma procuração encaminhada em 2 de outubro, juntamente com manifestação do governo de Hong Kong sobre esta investigação.

Entretanto, não houve comprovação, em nenhum dos documentos encaminhados, dos poderes do signatário da procuração para representar o órgão e designar representante legal perante processos de defesa comercial. Em busca no sítio eletrônico do TID (<https://www.tid.gov.hk/english/aboutus/deptprofile/organization.html>, último acesso em 5/3/21), tampouco foi possível comprovar o vínculo do signatário das procurações com essa instituição, razão pela qual o pedido não foi aceito.

Recorda-se, conforme indicados nos Ofícios nº 1.691 e 1.789/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, enviados em resposta às referidas solicitações, que a representação de governos estrangeiros perante a esta Subsecretaria nos processos de defesa comercial se dá por meio de designação por parte do chefe da representação oficial no Brasil (Embaixador) ou por meio de representante por ele designado. Tendo em vista que o governo de Hong Kong não possui representação oficial no Brasil, foi informado ao governo de Hong Kong que seria aceita a designação efetuada pelo chefe do TID ou por quem expressamente detenha poderes para representar e designar representante legal em processos de defesa comercial. Até a data considerada para esta determinação, a habilitação do governo de Hong Kong encontrava-se pendente de encaminhamento de novos documentos por esta parte interessada.

Em 11 de setembro de 2020, a UNI.CO Comércio S/A., requereu a habilitação nos autos como parte interessada na qualidade de importadora. Em 15 de setembro de 2020, por meio do Ofício no 1.713/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, a SDCOM informou a empresa que não foi possível identificar operações de importação do produto objeto da investigação realizadas pela empresa no período de investigação, com base nos dados de importação oficiais disponibilizados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Assim sendo, a empresa foi instada a protocolar documentos que comprovem a efetivação de operações de importação no Brasil do produto objeto da investigação, no período da investigação. Até a data considerada para esta determinação a empresa não protocolou documentação adicional.

1.9. Do recebimento das informações solicitadas

Salienta-se que, como pontuado na seção 2.2.1 deste documento, em 17 de fevereiro de 2021, foi requerido à ABIT, aos produtores/exportadores e importadores que apresentaram tempestivamente resposta completa aos respectivos questionários a reapresentação da resposta considerando-se o CODIP de acordo com a categorização dos produtos realizada pela SDCOM. Como dito, respostas ao pedido da SDCOM não foram consideradas neste documento.

1.9.1. Da petição

A ABIT apresentou as informações na petição de início da presente investigação original, bem como na resposta ao pedido de informações complementares.

1.9.2. Dos importadores

As empresas Adidas do Brasil Ltda., Altomax Comércio de Meias e Cobertores, Importação e Exportação EIRELI, Bompreço Supermercados do Nordeste, IMB Têxtil S.A., Itté Comércio, Importação e Exportação Ltda., Lojas Renner S.A., Lojas Riachuelo S.A., solicitaram tempestivamente prorrogação do prazo para restituição da resposta ao questionário do importador.

A empresa Calzedonia Brasil Comércio Moda e Acessórios Ltda foi notificada por intermédio do Ofício nº 1.919/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, de 2 de dezembro de 2020, que sua resposta ao questionário protocolada em 24 de setembro de 2020 foi desconsiderada por não ter sido regularizada a representação da empresa.

As seguintes empresas foram notificadas que suas respostas não seriam consideradas por terem sido intempestiva, tendo sido protocoladas após o vencimento do prazo original, 28 de setembro de 2020, sem que houvesse pedido prévio de prorrogação: i) Calcenter Calçados Centro-Oeste Ltda., notificada por intermédio do Ofício nº 1.930/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, de 2 de dezembro de 2020; ii) WMS Supermercados do Brasil Ltda., notificada por intermédio do Ofício nº 1.929/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, de 2 de dezembro de 2020; iii) WMB Supermercados do Brasil Ltda., notificada por intermédio do Ofício nº 1.930/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, de 2 de dezembro de 2020; e iv) Vulcabrás Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda., notificada por intermédio do Ofício nº 1.819/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, de 20 de outubro de 2020.

Assim, as empresas Adidas do Brasil Ltda., Altomax Comércio de Meias e Cobertores, Importação e Exportação EIRELI, Bompreço Supermercados do Nordeste, CM Imports Importadora e Comércio Ltda., Cia Hering, IMB Têxtil S.A, Itté Comércio, Importação e Exportação Ltda., Lojas Renner S.A.e Lojas Riachuelo S.A., protocolaram suas respostas ao questionário do importador tempestivamente.

Em 17 de fevereiro de 2021, a SDCOM solicitou informações complementares em relação à resposta ao questionário da empresa Altomax, por meio do Ofício nº 92/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, tendo sido estabelecido como prazo para resposta a data de 4 de março de 2021, portanto, fora da data de corte estabelecida para elaboração desta determinação preliminar, qual seja, 1º de março de 2021.

1.9.3. Dos produtores/exportadores

Inicialmente, pontua-se que, como explicado na seção 1.6 deste documento, foram realizados envios de notificações em 24 de agosto e 11 de setembro de 2020, sendo que o prazo concedido às partes para apresentação de respostas ao questionário do produtor/exportador foi contado a partir da respectiva data de envio.

O exportador selecionado do Paraguai, Hoahi S.A. ("Hoahi"), solicitou prorrogação, que foi deferida (Ofício nº 1.728/2020/CGMC/SDCOM/SECEX), e apresentou tempestivamente, em 18 de novembro de 2020, sua resposta ao questionário do produtor/exportador.

Com relação às empresas chinesas ou de Hong Kong, nenhum dos produtores/exportadores selecionados respondeu ao questionário, tendo a SDCOM recebido tempestivamente resposta voluntária da empresa chinesa Zhejiang Lifu Textile Co., Ltd. ("LIFU"), em 20 de outubro de 2020.

Em 17 de fevereiro de 2021, a SDCOM solicitou informações complementares em relação à resposta ao questionário da empresa Hoahi, por meio do Ofício n. 91/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, tendo sido estabelecido como prazo para resposta a data de 4 de março de 2021, portanto, fora da data de corte estabelecida para elaboração desta determinação preliminar, qual seja, 1º de março de 2021. Assim, as análises constantes desta determinação preliminar não levarão em consideração respostas aos ofícios de informação complementar da produtora/exportadora paraguaia e de sua parte relacionada no Brasil, a importadora Altomax.

No que tange ao questionário voluntário apresentado pela empresa LIFU, também foi encaminhado ofício contendo solicitação de informações complementares à empresa, após a referida data de corte para elaboração desta determinação preliminar. De igual modo, as análises constantes desta determinação preliminar não levarão em consideração eventual resposta da empresa ao ofício de informação complementar.

1.9.4. Dos pedidos de novas informações devido à alteração no CODIP

Conforme explicado em detalhes no item 2.2.1, em resposta a manifestações das partes interessadas, houve alteração no CODIP no decurso da investigação. Neste contexto, a petionária (por meio do Ofício nº 87/2021/CGMC/SDCOM/SECEX), o produtor/exportador paraguaio Hoahi S/A (Ofício nº 91/2021/CGMC/SDCOM/SECEX), o importador relacionado Altomax (Ofício nº 92/2021/CGMC/SDCOM/SECEX) e os importadores que apresentaram tempestivamente resposta completa a seus respectivos questionários (por meio do Ofício Circular nº 12/2021/CGMC/SDCOM/SECEX) foram instados a reapresentar, até o dia 4 de março de 2021, suas respostas considerando o CODIP de acordo com a categorização dos produtos realizada pela SDCOM. Pedido semelhante também foi encaminhado para a empresa chinesa Zhejiang Lifu Textile Co., Ltd. ("Lifu") juntamente com o pedido de informações complementares mencionado no item 1.9.4. Considerando que eventuais respostas aos ofícios serão recebidas fora da data de corte desta determinação, as análises neste documento não incorporam eventuais respostas das partes interessadas com base no novo CODIP.

1.10. Da verificação das informações solicitadas

Em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), foram realizadas adaptações aos procedimentos das investigações de defesa comercial e das avaliações de interesse público conduzidas pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, conforme os termos da Instrução Normativa SECEX nº 1, de 17 de agosto 2020. Dentre tais adaptações destaca-se que estão suspensas, por prazo indeterminado, a realização de quaisquer verificações presenciais nas empresas.

Nos termos do artigo 3º da Instrução Normativa supramencionada, a SDCOM poderá solicitar informações complementares adicionais às previstas no §2º do art. 41 e no §2º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013. Ademais, nos termos do parágrafo único do art. 179 do citado decreto, a SDCOM poderá solicitar elementos de prova, a fim de validar informações apresentadas pelas partes interessadas.

Até a data considerada para fins desta determinação preliminar foi realizada solicitação de informações adicionais às apresentadas pelas partes interessadas, como a reapresentação dos Apêndices com o novo CODIP. Após a análise pela SDCOM das informações complementares solicitadas às partes interessadas que submeteram informações aos autos do processo, sejam os dados da petionária ou de questionários de produtor/exportador e questionários de importador, a SDCOM procederá a verificação de tais dados para sua utilização para fins de determinação final. Ressalte-se que qualquer solicitação de elementos de prova será realizada em tempo hábil para permitir a ampla defesa e o contraditório de todas as partes interessadas.

1.11. Dos prazos da investigação

São apresentados no quadro abaixo os prazos a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013, conforme estabelecido pelo § 5º do art. 65 do Regulamento Brasileiro. Recorde-se que tais prazos servirão de parâmetro para o restante da presente investigação:

Disposição legal Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
art.59	Encerramento da fase probatória da investigação	12 de julho de 2021
art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	2 de agosto de 2021
art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	1º de setembro de 2021
art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e encerramento da fase de instrução do processo	21 de setembro de 2021
art. 63	Expedição, pela SDCOM, do parecer de determinação final	11 de outubro de 2021

2. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

2.1. Do produto objeto da investigação

O produto objeto da investigação são meias, produtos de vestuário, de uso masculino, feminino, infantil, inclusive para bebês, destinados ao uso diário, casual, social ou esportivo, que revestem os pés e as pernas parcialmente ou até a cintura, comumente classificados nas posições 6115 (em todos os seus 24 subitens) e 6111 (em todos os seus quatro subitens) da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, quando originários da República Popular da China, da República do Paraguai e de Hong Kong.

No que se refere à finalidade, as meias são usadas para proteger (contra o frio ou a fricção com o calçado, por exemplo), adornar o corpo humano ou na prática de esportes. Destina-se, ainda, a uso médico, como, por exemplo, as meias de compressão degressiva para varizes, entre outros.

As meias são produtos confeccionados a partir de tecidos de malha, de quaisquer composições têxteis, sendo as mais comuns (em presença única ou misturadas) as de fibras naturais, como o algodão e a lã, ou artificiais e sintéticas, como poliéster, poliamida, acrílico, elastano, entre outras, de quaisquer modelos, cores e tamanhos, com ou sem punho. A composição têxtil das meias diz respeito, a rigor, ao percentual de fibras de que a meia é constituída. Nesse sentido, as composições são muito variadas, haja vista a possibilidade de inúmeras combinações envolvendo a matéria-prima utilizada. Assim, por exemplo, a composição pode ser "100% algodão" ou "70% poliéster e 30% elastano".

Não existe propriamente padronização em unidade métrica em relação aos modelos. As meias são comumente classificadas em meias-calças, meias acima do joelho, meias até o joelho, meias abaixo do joelho e sapatilhas, podendo ocorrer sobreposição entre uma e outra dessas classificações.

De acordo com a peticionária, entre os modelos comumente trabalhados pelo mercado estão meia-calça, meia cano curto (soquete), meia 3/4, meia cano longo, meia cano médio, entre outras. Além disso, os tamanhos G (grande), M (médio) e P (pequeno) enumeração (41, 42 etc.) também se aplicam para os modelos.

Outros tipos de acabamento conferem características e funcionalidades específicas para as meias, como tingimento (cores), textura, desenhos, aplicações de elementos decorativos (por exemplo, laços), antiderrapante, antiodor, aroma, entre outras.

O título dos fios (denier) também é um elemento físico distintivo das meias, que as torna mais grossa ou mais fina. Assim, por exemplo, uma meia de poliéster poderá ser mais grossa ou mais fina de acordo com o título do fio empregado.

Em relação ao processo produtivo, primeiramente, escolhe-se o tipo de fio para o tipo de meia que se deseja fabricar, como, por exemplo, meias sociais ou meias esportivas. Para a fabricação das meias, quando se usam máquinas, é utilizada uma máquina de malharia de trama circular. O equipamento possui um cilindro com várias agulhas em sua volta, que serão alimentadas por um único fio. Esse fio faz então evoluções nas diversas agulhas ao redor do cilindro, formando uma carreira de sucessivas laçadas (malhas) que irão entrelaçar com as malhas da carreira seguinte. Após essa etapa, é necessário que sejam costuradas com máquinas de costura.

Depois que o "dedo do pé" é fechado, as meias passam pelas máquinas de ajuste, utilizadas para moldar as meias usando vapor. Se não for necessário lavar ou tingir, as meias serão enviadas para engomar, antes de serem enviadas para o armazém e posteriormente para o destino final.

No caso das meias-calças, há algumas particularidades no processo produtivo. Inicia-se com a fabricação de um tubo de tecido de malha de trama circular em uma máquina de malharia de trama circular de diâmetro específico, dependendo do tamanho que se deseja fabricar. Cada máquina fabrica um tubo - no caso, uma perna.

Finalizada essa fase, o tubo é "sugado" para um cesto e um operador realiza uma primeira inspeção para verificar se a fabricação atendeu aos padrões exigidos. Em seguida, o operador insere dois tubos de tecido em outro equipamento, que irá uni-los para formar a meia-calça. Em seguida, tesouras cortam as meias-calças no meio, para realizar a abertura. A partir do pequeno corte que foi realizado, a máquina finaliza essa abertura alargando a peça, da altura da cintura até o fundilho, quando os tubos de tecido são unidos por costura.

As meias-calças são então viradas para o lado avesso e, em seguida, costuradas as pontas dos tubos de tecido. Na próxima etapa, essas meias-calças são sugadas, indo para uma espécie de cesto, e cada meia-calça é posicionada por um operador para que possa ser costurada no fundilho um pequeno círculo, para dar o fechamento final do produto. Nem todas as meias-calças passam pelo processo de costura com esse pequeno círculo, porém.

Na etapa seguinte, as meias-calças são levadas para tingimento. Pode ocorrer de os fios já estarem tintos, quando se descarta esse processo de tingimento. Na sequência, as meias-calças são inspecionadas novamente e enviadas para a termofixação, quando se dá o formato da perna. São, por fim, embaladas para comercialização.

A ABIT informou não ter conhecimento de normas ou regulamentos técnicos referentes ao produto objeto da China e de Hong Kong.

No caso do Paraguai, destacou o Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis para identificação de composição e cuidados dos produtos (Resolução GMC 62/2018). No Brasil, essa Resolução foi aprovada e incorporada ao ordenamento jurídico nacional por meio da Portaria Inmetro nº 296, 12 de junho de 2019, em cujo art. 2º se observa sua aplicabilidade também em relação às importações.

Quanto aos canais de distribuição, a peticionária informa que as meias são basicamente vendidas para lojistas, grandes atacadistas, pontos de venda de vestuário (varejo físico), incluindo lojas especializadas e não especializadas (por exemplo, lojas de departamento e hipermercados) e varejo online.

Por fim, a ABIT ressalta que, nesse mercado, as empresas fabricam marcas próprias e também private label, ou seja, produtos licenciados. A Lupo S/A, por exemplo, é licenciada da Disney, assim como todos os principais fabricantes do produto no mundo.

2.2. Do produto objeto da investigação para fins de determinação preliminar

2.2.1. Do CODIP

Em manifestação protocolada em 5 de setembro de 2020, o produtor/exportador paraguaio Hoahi Sociedad Anonima e o importador brasileiro Altomax Comércio de Meias e Cobertores, Importação e Exportação Eireli submeteram proposta de alteração do código de identificação do produto (CODIP) apresentado pela peticionária e incorporado aos questionários de produtor/exportador e de importador da investigação.

Em síntese, as empresas propuseram (i) nova estrutura de CODIP que informa os três principais fios na composição do produto e seus respectivos percentuais; (ii) acréscimo de novo tipo de meia, de forma a estabelecer diferenciação entre a meia de cano curto (soquete) esportiva e meia de cano curto (soquete) social; e (iii) diferenciação da meia cano médio/longo (esportiva), que iria até a base da batata, da meia de cano longo (colegial), que cobriria a batata.

As demais partes interessadas foram instadas a se manifestar até o dia 14 de outubro de 2020 a respeito da sugestão de CODIP apresentada pela Hoahi e pela Altomax, bem como encaminhar outras manifestações a respeito do CODIP proposto pela peticionária e/ou novas propostas de CODIP.

Foram recebidas manifestações da Associação Brasileira do Varejo Têxtil - ABVTEX, da CM Imports, da Vulcabras Azaleia - SP Comércio de Artigos Esportivos Ltda e da peticionária.

A manifestação da Vulcabras foi protocolada unicamente de forma confidencial e desacompanhada de resumo restrito com detalhes que permitisse a compreensão da informação fornecida. Assim, nos termos do §2º do art. 51 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, a manifestação do referido importador foi desconsiderada.

A análise das sugestões de CODIP apresentadas indicou que, em consonância com a proposta da Hoahi e da Altomax, tanto a ABVTEX quanto a CM Imports ressaltaram a necessidade de maior detalhamento na composição das três principais fibras do produto, com o respectivo percentual de participação, levando em conta o seu impacto comprovado no custo e preço das meias.

A SDCOM considerou (i) que o CODIP sugerido pela peticionária referente à composição das fibras apresenta limitações no que tange à justa comparação; (ii) a existência de Regulamento Técnico, no âmbito do Mercosul, sobre etiquetagem dos produtos têxteis, qual seja, a Portaria Inmetro nº 296, de 12 de junho de 2019, e anteriormente, a Resolução Conmetro nº 2, de 6 de maio de 2008, que determina, nos produtos têxteis, a indicação do nome genérico das fibras têxteis empregadas, acompanhada de seu percentual de participação, em massa; e (iii) que as descrições das importações obedecem, em grande parte, referidas normas, o que possibilita a classificação das importações de acordo com esses parâmetros, será acatada a alteração sugerida em relação à composição das três principais fibras e seus percentuais de participação no produto, por ordem decrescente de participação.

Os demais atributos propostos pela ABVTEX - denier, estampas, textura de chenille, aplicações no solado, tira do pé, aplicações internas e apliques decorativos - e os sugeridos pela CM Imports - embalagem para venda ao cliente final, produto com estampa ou desenho (jacquard), aplicações e tratamentos - constituem características que não constam consistentemente nas descrições das mercadorias importadas. Considerando que o nível de detalhamento do campo "descrição da mercadoria" é de responsabilidade dos importadores e varia significativamente, considerou-se inviável a classificação dos produtos objeto da investigação dentro desses parâmetros, razão pela qual referidas sugestões não foram acatadas.

Da mesma forma, a proposta da Hoahi/Altomax de acrescentar novos tipos de meias, de forma a estabelecer diferenciação entre a meia de cano curto (soquete) esportiva e meia de cano curto (soquete) social e diferenciação da meia cano médio/longo (esportiva), que iria até a base da batata da perna, da meia de cano longo (colegial), que cobriria a batata da perna, não se mostrou viável quando observadas as descrições das importações originárias da China e de Hong Kong.

Em relação à "desconstrução" dos tipos de meias de acordo com o segmento de mercado por gênero, tamanho, uso e comprimento, conforme sugerido pela ABVTEX, não se comprovou como essa segmentação refletiria de forma mais precisa a formação de custo/preço em relação à proposta da peticionária. Observou-se, ainda, que referidos atributos tampouco constam, de forma consistente, nas descrições das mercadorias importadas. Nesse sentido, será mantida, para o atributo referente ao tipo de meia, a combinação alfanumérica proposta pela ABIT.

Considerando os elementos nos autos, a SDCOM concluiu que a adoção do CODIP incorporando a composição das três principais fibras já confere suficiente abrangência na investigação em tela para proporcionar justa comparação tanto para a apuração da margem de dumping como para a análise de efeito sobre preço. Assim, o CODIP adotado manteve a formulação inicialmente proposta pela peticionária em relação aos 1º e 2º dígitos e houve alteração em relação à composição da fibra, referentes aos 3º a 8º dígitos, conforme a seguir:

1º e 2º dígitos	
A	TIPO
1	meia-calça fina
2	meia fina feminina
3	meia cano curto (soquete)
4	meia cano longo (colegial)
5	meia cano médio (esportiva)
6	meia social masculina
7	meia elástica de compressão
8	meia-calça de compressão
9	outras meias

3º dígito		4º dígito	
COMPOSIÇÃO DA FIBRA PREDOMINANTE		PARTICIPAÇÃO DA FIBRA PREDOMINANTE	
A	Algodão (natural)	9	[90,00% a 100%]
B	Lã (natural)	8	[80,00% a 89,99%]
C	Seda (natural)	7	[70,00% a 79,99%]
D	Outras Fibras Naturais	6	[60,00% a 69,99%]
E	Poliamida (sintética)	5	[50,00% a 59,99%]
F	Acrílico (sintética)	4	[40,00% a 49,99%]
G	Elastano (sintética)	3	[30,00% a 39,99%]
H	Poliéster (sintética)	2	[20,00% a 29,99%]
I	Polipropileno (sintética)	1	[10,00% a 19,99%]
J	Outras Fibras Sintéticas	0	[até 9,99%]
K	Modal (artificial)		
L	Viscose (artificial)		
M	Acetato (artificial)		
N	Outras Fibras Artificiais		

5º dígito		6º dígito	
COMPOSIÇÃO DA SEGUNDA FIBRA		PARTICIPAÇÃO DA SEGUNDA FIBRA	
A	Algodão (natural)	9	[90,00% a 100%]
B	Lã (natural)	8	[80,00% a 89,99%]
C	Seda (natural)	7	[70,00% a 79,99%]
D	Outras Fibras Naturais	6	[60,00% a 69,99%]
E	Poliamida (sintética)	5	[50,00% a 59,99%]
F	Acrílico (sintética)	4	[40,00% a 49,99%]
G	Elastano (sintética)	3	[30,00% a 39,99%]
H	Poliéster (sintética)	2	[20,00% a 29,99%]
I	Polipropileno (sintética)	1	[10,00% a 19,99%]

J	Outras Fibras Sintéticas		0	[até 9,99%]
K	Modal (artificial)			
L	Viscose (artificial)			
M	Acetato (artificial)			
N	Outras Fibras Artificiais			

7º dígito		8º dígito	
COMPOSIÇÃO DA TERCEIRA FIBRA		PARTICIPAÇÃO DA TERCEIRA FIBRA	
A	Algodão (natural)	9	[90,00% a 100%]
B	Lã (natural)	8	[80,00% a 89,99%]
C	Seda (natural)	7	[70,00% a 79,99%]
D	Outras Fibras Naturais	6	[60,00% a 69,99%]
E	Poliamida (sintética)	5	[50,00% a 59,99%]
F	Acrílico (sintética)	4	[40,00% a 49,99%]
G	Elastano (sintética)	3	[30,00% a 39,99%]
H	Poliéster (sintética)	2	[20,00% a 29,99%]
I	Polipropileno (sintética)	1	[10,00% a 19,99%]
J	Outras Fibras Sintéticas	0	[até 9,99%]
K	Modal (artificial)		
L	Viscose (artificial)		
M	Acetato (artificial)		
N	Outras Fibras Artificiais		

A petionária (por meio do Ofício nº 87/2021/CGMC/SDCOM/SECEX), o produtor/exportador paraguaio Hoahi S/A (Ofício nº 91/2021/CGMC/SDCOM/SECEX), o importador relacionado Altomax (Ofício nº 92/2021/CGMC/SDCOM/SECEX) e os importadores que apresentaram tempestivamente resposta completa a seus respectivos questionários (por meio do Ofício Circular nº 12/2021/CGMC/SDCOM/SECEX) foram instados a reapresentar, até o dia 4 de março de 2021, suas respostas considerando o CODIP de acordo com a categorização dos produtos realizada pela SDCOM. Pedido semelhante foi encaminhado para a empresa chinesa Zhejiang Lifu Textile Co., Ltd. ("Lifu") juntamente com um pedido de informações complementares, após até a data de corte considerada neste documento. Considerando que eventuais respostas aos ofícios serão recebidas fora da data de corte desta determinação, as análises neste documento não incorporam eventuais respostas das partes interessadas com base no novo CODIP.

2.3. Dos produtos excluídos do escopo do produto objeto da investigação

Estão excluídos do escopo do produto objeto da investigação as meias para animais, cujo principal exemplo são as meias para cachorro. A petionária justificou essa exclusão pelo fato de esses produtos terem aplicação distinta daquela das meias para seres humanos. Destacou ainda que essas meias não se classificam nos subitens da NCM indicados no item 2.4.

Em relação à posição 6111, que compreende todo o vestuário e seus acessórios, de malha, para bebês, estão excluídos do escopo todos os produtos que não estão em conformidade com a descrição que consta do item 2.1.

2.4. Do produto fabricado no Brasil

O produto produzido no Brasil, assim como descrito no item 2.1 supra, são as meias, produtos de vestuário, de uso masculino, feminino, infantil, inclusive para bebês, destinados ao uso diário, casual, social ou esportivo, que revestem os pés e as pernas parcialmente ou até a cintura.

De acordo com os dados da petição, o produto similar fabricado no Brasil seria igual ao produto objeto no que se refere à composição, ao processo de produção, à forma de apresentação, aos usos e aplicações e ao canal de distribuição.

Dado o caráter fragmentado da indústria de meias, entretanto, a petionária informou a impossibilidade de trazer informações individualizadas sobre o produto similar produzido por cada uma das empresas que compõe a indústria doméstica. Assim, de forma complementar, a ABIT apresentou dados da Lupo S/A, a maior produtora nacional de meias.

Em relação à composição das meias, a petionária informou que a Lupo S/A utiliza fibras naturais, principalmente algodão, e fibras sintéticas, principalmente poliamida, com variadas composições (100% algodão, 100% poliamida ou 70% algodão e 30% poliamida etc). A empresa também utilizada fibra natural de lã, artificial de viscose e sintética (elastano).

O processo produtivo do produto similar é o mesmo descrito para o produto objeto da investigação no item 2.1 supra, tanto para as meias em geral, quanto para as meias-calças. Podem ocorrer, de acordo com a petionária, variações de algumas etapas entre diferentes empresas, a depender, por exemplo, da tecnologia e qualidade das máquinas utilizadas, da estampagem, entre outros. Além disso, há diferenças no processo de acabamento, considerando os inúmeros tipos possíveis de acabamento, como, por exemplo, costura de elemento decorativo, aplicação de material antiderrapante etc.

Não há, de acordo com dados dos autos, normas específicas aplicáveis à fabricação de meia, mas aplica-se o Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis, prevista na Portaria Inmetro nº 296/2019, para identificação de composição e cuidados dos produtos.

Além desse regulamento obrigatório de etiquetagem, existe norma voluntária da ABNT, a NBR 15525:2017 - Têxtil e vestuário: padronização de etiquetagem de tamanhos de meias, relacionada às referências de tamanhos de pé e calçados.

Quanto aos canais de distribuição, segundo a ABIT, as meias são basicamente vendidas para lojistas, grandes atacadistas, pontos de venda de vestuário (varejo físico), incluindo lojas especializadas e não especializadas (como, por exemplo, lojas de departamento e hipermercados) e varejo online.

2.5. Da classificação e do tratamento tarifário

As meias classificam-se na posição 6115 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) abrangendo todos os 24 subitens da referida posição. Em relação às meias para bebês, destaca-se que esses produtos se classificam na posição 6111 da NCM (vestuário e seus acessórios, de malha, para bebês), abrangendo todos os seus 4 subitens, conforme tabela abaixo:

NCM	DESCRIÇÃO	TEC
61.11	Vestuário e seus acessórios, de malha, para bebês.	35%
6111.20.00	- De algodão	
6111.30.00	- De fibras sintéticas	
6111.90	- De outras matérias têxteis	
6111.90.10	De lã ou de pelos finos	
6111.90.90	Outros	
61.15	Meias-calças, meias acima do joelho, meias até o joelho e artigos semelhantes, incluindo as meias-calças, meias acima do joelho e meias até o joelho, de compressão degressiva (as meias para varizes, por exemplo), de malha.	
6115.10	- Meias-calças, meias acima do joelho e meias até o joelho, de compressão degressiva (as meias para varizes, por exemplo)	
6115.10.1	Meias-calças	
6115.10.11	De fibras sintéticas, de título inferior a 67 decitex por fio simples	
6115.10.12	De fibras sintéticas, de título igual ou superior a 67 decitex por fio simples	
6115.10.13	De lã ou de pelos finos	
6115.10.14	De algodão	
6115.10.19	De outras matérias têxteis	
6115.10.2	Meias acima do joelho e meias até o joelho, de uso feminino, de título inferior a 67 decitex por fio simples	
6115.10.21	De fibras sintéticas ou artificiais	
6115.10.22	De algodão	
6115.10.29	De outras matérias têxteis	
6115.10.9	Outras	
6115.10.91	De lã ou de pelos finos	
6115.10.92	De algodão	
6115.10.93	De fibras sintéticas	
6115.10.99	De outras matérias têxteis	
6115.2	- Outras meias-calças:	
6115.21.00	-- De fibras sintéticas, de título inferior a 67 decitex por fio simples	
6115.22.00	-- De fibras sintéticas, de título igual ou superior a 67 decitex por fio simples	
6115.29	De outras matérias têxteis	
6115.29.10	De lã ou de pelos finos	
6115.29.20	De algodão	
6115.29.90	Outras	
6115.30	- Outras meias acima do joelho e meias até o joelho, de uso feminino, de título inferior a 67 decitex por fio simples	
6115.30.10	De fibras sintéticas ou artificiais	
6115.30.20	De algodão	
6115.30.90	De outras matérias têxteis	
6115.9	- Outros:	
6115.94.00	-- De lã ou de pelos finos	
6115.95.00	-- De algodão	
6115.96.00	-- De fibras sintéticas	
6115.99.00	-- De outras matérias têxteis	

Fonte: TEC/CAMEX

Elaboração: SDCOM

Durante o período de análise de dano, a alíquota de Imposto de Importação incidente sobre os produtos classificados nas posições NCM 6111 e 6115 manteve-se inalterada em 35%.

O Brasil concede livre comércio para todos os 24 subitens da posição 6115 e todos os 4 subitens da posição 6111, à Argentina, ao Paraguai e ao Uruguai, no âmbito do MERCOSUL (ACE-18); ao Chile, ao amparo do acordo MERCOSUL - Chile (ACE-35); à Bolívia, ao amparo do acordo MERCOSUL - Bolívia (ACE-36); ao Peru, ao amparo do acordo MERCOSUL - Peru (ACE-58); ao Equador, ao amparo do acordo MERCOSUL - Colômbia, Equador e Venezuela (ACE-59); à Venezuela, ao amparo do acordo Brasil - Venezuela (ACE-69); e à Colômbia, ao amparo do acordo MERCOSUL - Colômbia (ACE-72).

Para as importações amparadas pelo Acordo de Livre Comércio MERCOSUL - Israel, o Brasil concede 100% de preferência tarifária a todos os produtos, com exceção dos subitens 6111.20.00 e 6111.90.10.

Por fim, no âmbito do acordo Mercosul-Egito, todos os subitens das NCMs 6115 e 6111 possuem 30% de preferência tarifária, com desgravação em dez etapas iguais, sendo a primeira etapa na data da entrada em vigor do acordo (01/09/2017) e as outras nove etapas seguintes em intervalos de 12 meses. A partir de 01/09/2020, a preferência passou a ser de 40%.

Entre os países da ALADI, o País outorga para todos os 24 subitens da posição 6115 e os 4 subitens da posição 6111 diferentes preferências: 48% para Bolívia e Paraguai; de 40% para Equador; de 28% para Colômbia, Chile, Cuba, Panamá, Uruguai e Venezuela; de 14% para Peru; e 20% para México e Argentina.

2.6. Da similaridade

O § 1º do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais a similaridade deve ser avaliada. O § 2º do mesmo artigo estabelece que tais critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva.

O produto objeto da investigação e o produto similar produzido no Brasil são produzidos a partir das mesmas matérias-primas, quais sejam, fios de fibras naturais, sintéticas ou outras. As características físicas do produto objeto de investigação e do produto similar produzido no Brasil são basicamente as mesmas. Ademais, ambos são produzidos mediante processos produtivos significativamente semelhantes.

A ABIT reforça ainda que, em razão das características apontadas, o produto objeto da investigação e o produto similar são plenamente substituíveis entre si, de tal forma que uma meia de algodão pode ser substituída por uma de poliéster ou de lã; uma meia branca por outra com elementos decorativos; uma meia mais grossa por outra mais fina, entre outros. Ressalvadas questões relativas a certos tamanhos (por exemplo, meias para bebês não podem ser substituídas por meias para adultos), há plena substitutibilidade entre os produtos.

2.7. Das manifestações acerca do produto

A empresa CM Imports Importadora e Comércio Ltda., em manifestação protocolada juntamente com sua resposta ao questionário do importador e reforçada na manifestação protocolada em 18 de setembro de 2020, no âmbito da habilitação da indústria doméstica como fragmentada, destacou que o "produto objeto" do pedido de habilitação seria excessivamente abrangente, não tendo levado em conta fatores que diferenciam as meias, tais como a composição do fio, o tipo de meia, a embalagem, a existência de aplicações, entre outros.

No entendimento desse importador, a petionária e a SDCOM "não levaram em consideração a matéria-prima utilizada, que seria um dos principais componentes do preço das meias".

A investigação em curso tampouco teria considerado, no exame objetivo das características de mercado, os seguintes aspectos:

- usos e aplicações: algumas meias objeto da investigação não possuiriam a finalidade "tradicional" das meias, ou seja, proteger, dar conforto e adornar o corpo humano. Como exemplo, a CM Imports importaria meias para uso como luvas em colheita de cana de açúcar e meias descartáveis para uso em aeronaves. Para a empresa, "os números utilizados pela Petionária e pela SDCOM para calcular as importações do produto investigado e o consumo nacional aparente não representam de forma alguma as importações de meias, visto que, além da importação de meias, englobam outros itens de vestuário e moda íntima". Tal fato seria reforçado pela seleção de exportadores, uma vez que, entre os quatro produtores/exportadores chineses selecionados, figura a Guangdong Qicaifeixia Knitting Industrial Co. Ltd., que não teria fabricado, no período da investigação, nenhum par de meia;

- composição: a CM Imports afirma que "entre as meias fabricadas pela indústria doméstica, pode-se dizer que cerca de 80% da produção corresponde a meias com 50,1% ou mais de algodão combinado com poliamida ou outras fibras e 20% da produção é de meias 50,1% ou mais de poliamida combinada com outras fibras... Já entre as meias importadas das origens investigadas, 90% corresponde a meias com 50,1% ou mais de poliéster combinado com outras fibras e os 10% remanescentes incluiriam meias com diversas composições...". A empresa comparou os preços FOB em US\$/kg das principais matérias-primas utilizadas na produção de meias e destacou que a diferença, por exemplo, entre o poliéster (US\$ 0,91/kg) e o modal (US\$ 2,47/kg) chega a 271%;

- substitutibilidade: de acordo com a CM Imports, "não há substitutibilidade entre as meias fabricadas majoritariamente com fibras naturais e/ou artificiais e aquelas fabricadas com fibras sintéticas", em razão da disparidade de preços entre essas meias. Ademais, com relação aos modelos/tamanhos, não haveria substitutibilidade, considerando que "um consumidor que pretende adquirir uma meia-calça não irá, na ausência desse produto, adquirir uma meia esportiva de cano curto". Assim, não seria possível generalizar a definição do produto objeto da investigação abrangendo produtos tão diversos como meias de compressão, meias infantis, meias esportivas licenciadas, entre outras. Ainda sobre a substitutibilidade, destacou que as meias produzidas pela Lupo se destinariam a consumidores das classes A e B, enquanto as meias importadas seriam destinadas aos consumidores das classes C, D e E. Nesse sentido, concluiu ser necessário segmentar as meias em mais populares (importadas) e meias de luxo (nacionais);

- canais de distribuição: seriam distintos entre a indústria doméstica e os importadores. As meias da Lupo seriam vendidas diretamente para o consumidor final, enquanto muitas empresas produtoras de meias no país só produziriam sob encomenda e não realizariam vendas para consumidores finais. Já os produtos importados seriam vendidos para distribuidores e para lojas populares, não havendo venda direta para o consumidor final;

Por fim, em relação à produção nacional de meias, a CM Imports ressaltou que os dados apresentados pela petionária não seriam detalhados em relação à composição, tipos de meias, entre outros. Seria necessário, assim, a reapresentação dos dados de produção doméstica com base em CODIP que leve em consideração os elementos que determinam o preço final do produto, tais como composição; título do fio; gramatura ou trama; utilização de desenhos licenciados ou não, entre outros.

A CM Imports, em manifestação de 14 de outubro de 2020, teceu comentários sobre a proposta de CODIP, afirmando que ele seria adequado em relação aos tipos de meias, mas não em relação às demais características que refletem sobre o produto e seu preço de venda ao consumidor final. Utilizou a fonte Fibras Global Monthly Overview, Wood Mackenzie, para afirmar que haveria uma variação de quase 285% nos preços das fibras comumente utilizadas, sendo a mais barata o poliéster e a mais cara o elastano. Concluiu que, dependendo da combinação dos fios utilizados em uma mesma meia, o preço da matéria-prima poderia variar em até 2,35 vezes. afirmou ainda que, a depender da fibra, haveria significativas diferenças na resistência à abrasão / Durabilidade, sendo a poliamida a melhor, e o poliéster a pior. Também em termos de Conforto / Teste de permeabilidade ao vapor haveria diferenças, sendo que o poliéster necessitaria de um número maior de filamentos para atingir o mesmo resultado dos fios de poliamida. Com relação ao alongamento, a poliamida teria mais força elástica e melhor estabilidade dimensional.

Afirmou ainda que, ao contrário do afirmado pela ABIT, não seria fácil passar-se a se produzir um tipo diferente de meia, pois nem todas as máquinas que produzem meias teriam, por exemplo, mecanismos jacquard, capazes de produzir desenhos com fios de diferentes cores. Meias esportivas seriam normalmente atalhadas e nem todas as máquinas circulares de pequeno diâmetro seriam capazes de fabricar meias com tais características. Meias calças femininas e meias de compressão seriam produzidas em máquinas específicas. Além disso, de acordo com a titulação dos fios, poderia acontecer da finura da máquina não permitir tal produção.

Teceu comentários afirmando que, segundo fonte colacionada, o poliéster custava US\$ 0,91/kg (FOB), ao passo que a poliamida custava US\$ 2,24/kg (FOB), não podendo as duas fibras serem tratadas igualmente. afirmou que as importações de meias de compressão encontradas provavelmente foram erro dos importadores na classificação e que haveria fabricação expressiva de meias que contenham principalmente fibras artificiais.

Aduziu a CM Imports que em testes e análises efetuadas nas meias notou-se que, apesar dos números indicarem que 29% das meias importadas sejam de algodão, na prática, haveria importações que indicam um maior percentual de fibras naturais de algodão em sua embalagem, mas que apresentam efetivamente um número menor quando efetuada a respectiva análise laboratorial. A empresa apontou que estariam sendo preparados laudos sobre meias importadas e fabricadas pela indústria doméstica (referidos adiante em sua manifestação de 20 de novembro de 2020) a fim de comprovar a composição das meias e sobretudo, demonstrar as diferenças entre aquelas importadas das origens investigadas e as fabricadas pela indústria doméstica.

Acrescentou que haveria que se considerar o valor do produto em kg em eventual aplicação de direito antidumping. Como as meias apresentam inúmeras variações de peso decorrente das finuras das máquinas, tipos de fios entre outros, determinar a aplicação do antidumping por par seria injusto e absurdo, pois ter-se-ia o mesmo valor fixo impactando em meias de bebês e meias para prática de esportes, com pesos completamente distintos.

Em manifestação protocolada em 14 de outubro de 2020, a ABIT se opôs à sugestão de CODIPs apresentada pelas empresas Hoahi e Altomax. A ABIT enfatizou que a concordância das empresas quanto ao primeiro atributo indicado por ela evidenciaria que a sugestão de modificação de CODIPs feita por elas afetaria questões muito pontuais, a saber: (i) transformar o código A3 (meia cano curto) em outros dois, de sorte a ter meia cano curto "esportiva" e "social"; e (ii) diferenciar as meias cano médio e longo tendo como fator a "batata da perna".

A Associação alegou que a subdivisão de meias soquete em esportiva e social, não se justificaria, uma vez que o código A6, que contempla as meias sociais masculinas, seria suficiente para abarcar a variação existente nesse tipo de meias. Com efeito, as medidas que variam entre meias não seriam significativas a ponto de se ter códigos distintos. A rigor, porém, haveria outros fatores ligados a custos que justificariam haver código específico para meia social, distinto do das meias esportivas.

A ABIT apontou que de fato, seriam em geral utilizados nas meias sociais fios mais finos que os utilizados em meias esportivas. Além disso, as máquinas que as fabricam as meias sociais, em geral, teriam agulhas mais finas e em maior quantidade por polegada, quando comparadas com as máquinas que fabricam as meias esportivas. Assim, a diferença de modelo existente entre uma meia social (A6) e uma meia esportiva (A3, A4 ou A5) justificaria serem tratadas em códigos distintos.

A ABIT afirmou ainda que a "batata da perna" não poderia servir de parâmetro, já que as alturas das pessoas variam muito, de forma que a batata da perna em uma pessoa alta estaria bem acima da localização em uma pessoa de baixa estatura.

Essa teria sido a razão pela qual a Associação classificou os códigos A3, A4 e A5 com base em critério mais objetivo: (i) de 3,0 cm 9,0 cm: cano curto; (ii) de 10,0 cm a 15,0 cm: cano médio; e (iii) de 16,0 cm a 20,0 cm: cano longo. A associação ressaltou que embora não haja norma que padronize o tamanho do cano, seria uma divisão amplamente utilizada no mercado de meias.

Com relação à alteração do segundo atributo do CODIP, a ABIT apontou que, considerando apenas as opções do 3º ao 8º dígito propostos tem-se um total de 2.774.000 combinações, o que tornaria inviável a proposta das empresas. Esse número ainda seria multiplicado por 10 (na proposta das empresas) ou por nove (na sugestão inicial da ABIT) para abarcar os dois primeiros dígitos. A associação alegou que a variação entre preços e custos de grupos de meias não seria tanta ao ponto de justificar essa infinidade de códigos. Além do que, isso igualmente inviabilizaria a própria justa comparação a ser empreendida pela SDCOM.

A ABIT afirmou que um CODIP não seria estabelecido por meio de um atributo isolado. Pela lógica, atributos de menor importância acabariam sendo absorvidos pelos de maior. Por isso sealaria em "agrupamento" de produtos que tenham certa identidade em termos de preços e custos. E esse agrupamento, ou CODIP, seria expresso justamente pela totalidade dos dígitos de um código - e não pelos dígitos 1, 2 ou 3, em separado, dentro de um único atributo visto separadamente.

A manifestante alegou que isso se tornaria mais absurdo ao se observar que o total de códigos-cartela da Lupo seria de cerca de [CONFIDENCIAL], incluindo os não referentes a meias. O que as empresas estariam propondo seria, portanto, infinitamente superior ao menor dos níveis em que seria possível para o principal produtor nacional de meias obter informações, e talvez até para as próprias empresas. Isso, por si só, na opinião da ABIT, já seria suficiente para afastar sua proposta de alteração dos CODIPs.

A associação apontou que as empresas propuseram que os CODIPs espelhassem a composição das três principais fibras de uma meia, e para tanto apresentaram (i) catálogos da Lupo com detalhes dos produtos, incluindo a segmentação das fibras e (ii) indicações de preço de inúmeras e distintas fibras, para mostrar que haveria variação no preço dessa matéria-prima.

A ABIT alegou, primeiramente, que as regras de etiquetagem que detalham a composição de meias não deveriam ser replicadas no CODIP, já que, como seria sabido, um CODIP se referiria a um agrupamento dentro do qual os elementos que influenciam o custo de produção e o preço de venda seriam comuns.

Esse seria o ponto a se observar: no caso da Lupo - e a empresa seria citada por ter fornecido dados detalhados nos moldes dos apêndices da petição - [CONFIDENCIAL] . Dessa forma, prosseguiu, não haveria necessidade alguma de segmentar para além das 27 combinações que foram apresentadas a título de CODIPs. Muito menos ainda expandir essa combinação para milhões de códigos.

Por fim, a ABIT alegou que, reforçando a coerência dos CODIPs originalmente propostos por ela, teria buscado, na medida do possível e conforme entendimento com suas associadas, espelhar nos CODIPs a classificação adotada na NCM. Na maior parte dos casos seria possível fazer esse paralelo, o que demonstraria que, no mercado mundial de meias, existiria reconhecimento, por exemplo, de que as meias seriam mais comumente fabricadas a partir de certas fibras principais. Em conclusão a ABIT solicitou à SDCOM que fossem mantidos, para o restante da investigação, os CODIPs tal como originalmente propostos, rejeitando-se a proposta feita pelas empresas Hoahi e Altomax.

A empresa IMB Têxtil S.A., em manifestação de 28 de outubro de 2020, apontou que o produto objeto da investigação seria, no mínimo, excessivamente abrangente e teria recebido o tratamento de um objeto único. Acrescentou que ao se avaliar a planilha fornecida no parecer, verifica-se que a conta realizada faz apenas uma divisão simples entre o total de pares, contra todo o valor exportado, o que ignoraria as diferenças entre os objetos, e levaria à conclusão de que o mercado está soterrado de produtos com preço de dumping.

Aponta que os preços apontados pela SDCOM surpreendem, e que não haveria empresa em Hong Kong com capacidade instalada para praticar tais preços. Para a IMB, a petionária deve provar que realmente as operações e de qual natureza em que estejam praticados tais preços baixos, pois se não houver prova da ocorrência da prática de preços tratar-se-ia de mera especulação.

Teria a SDCOM descumprido o artigo 10 do Decreto nº 8.058 ao não se segregar os produtos com relação às características físicas, químicas, processo produtivo ou destinação de mercado. Segundo a IMB, dever-se-ia usar o descritivo técnico na análise da definição dos mercados para diferentes composições de produtos que estão em análise e que serão alcançados pela imposição da medida. Acrescenta que a análise não deve se limitar às NCMs e sim às características dos produtos, sob pena de se violar o art. 10 do Decreto nº 8.058/2013, e que a soma e divisão pelo número de pares se mostra ineficiente em razão das diferentes nuances de cada mercado, devendo-se trabalhar com a média do valor dos pares, não a totalidade.

Sobre a resposta ao Ofício nº 1.403/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, a IMB pontua que não é possível apontar o subfaturamento de um produto utilizando-se a realidade econômica de outro, estando a metodologia usada incorreta. A empresa aponta o que seriam, em sua opinião, três erros insanáveis: i) utilização da unidade de medida em pares, ao invés de quilogramas; ii) ausência de prova da ocorrência de dumping em produtos com características diferentes; iii) busca pela aplicação de medida como regra geral para todos os tipos de produtos.

Acerca do ponto i), A unidade de medida em pares de meias não descreveria corretamente os objetos que estão sob investigação, principalmente pelas suas complexidades. Seria incoerente utilizar-se a noção de pares quando um objeto de mesmo gênero ("meias") possui diferentes pesos, dada a sua composição. Tal erro macularia a análise de dumping, sendo imperativo que a Petionária apresente a segregação do mercado. Ao final, pleiteia a IMB que i) seja encerrada a presente investigação por ausência de prova da ocorrência do dumping; ii) caso se entenda pelo prosseguimento da investigação, que seja estabelecida a regra de cálculo pela média dos preços e não pela totalidade; iii) sejam definidos diferentes valores para os diferentes produtos indicados nas definições relativas à CODIP; iv) seja estabelecido compromisso de preço como medida de controle.

A Itté Comércio, destacou, em manifestação protocolada em 13 de outubro de 2020, que os produtos por ela importados não seriam similares aos produtos objeto da investigação, considerando que os insumos utilizados não possuiriam a mesma qualidade. Os produtos importados pela Itté seriam de qualidade superior, de marca renomada e reconhecida internacionalmente, de forma que não seriam similares às meias produzidas no País.

A Altomax, em manifestação contestada na resposta ao questionário da importação, protocolada em 28 de outubro de 2020, alegou que o produto similar, objeto do valor normal construído pela peticionária, simplesmente não existiria. De modo que na análise da subcategoria teriam sido realizadas comparações completamente inadequadas, já que o produto similar nacional possuiria características muito diferentes do produto importado do Paraguai.

A Altomax registrou a necessidade de um CODIP que não permitisse a manipulação arquitetada pela peticionária para justificar o seu pleito e alegou que a resistência exteriorizada pela peticionária acerca dessa matéria, em sua recente manifestação, revelaria o temor de que a realização de comparações justas viesse a ruir a fábula por ela construída.

A Altomax, tendo em conta essas fragilidades, manifestou acreditar que a determinação preliminar elaborada por essa SDCOM não iria propor a aplicação de direito antidumping provisório.

Neste sentido, citou a decisão da autoridade investigadora contida na determinação preliminar na investigação de batatas congeladas, a qual padecia do mesmo problema, segundo a qual, a despeito de ter havido determinação preliminar positiva de dumping, de dano à indústria doméstica e denexo de causalidade entre ambos no âmbito da determinação preliminar, publicada no D.O.U., em 12 de abril de 2016, por meio da Circular SECEX nº 22, de 11 de abril de 2016, recomendou o prosseguimento da investigação, sem aplicação de direito provisório. Essa recomendação teria decorrido das solicitações da autoridade investigadora às empresas produtoras/exportadoras e à indústria doméstica para que categorizassem seus produtos de acordo com as características que afetavam a comparação de preços dos diversos tipos de produtos (CODIPs), as quais foram feitas somente após o envio dos questionários às partes interessadas.

Em manifestação de 04 de dezembro de 2020, a Hoahi S/A apresentou manifestação inicialmente refutando diretamente os comentários da CM Imports acerca da composição de seus produtos, que seriam primordialmente fabricados à base de poliéster, e não de poliamida, como alegado. Afirmou ainda que na presente investigação há a existência de um produto similar nacional sem o correspondente produto objeto da investigação. Não haveria produção de meia-calça, nem de meia de compressão pela Hoahi. Além disso, o produto similar nacional seria completamente distinto daquele produzido e exportado pela Hoahi. Afirmou a empresa ser gritante a diferença de preços e custos entre as meias de poliamida e as meias de poliéster e que não existe no portfólio da Hoahi nenhuma meia que seja comparável às meias fabricadas pela Lupo.

A empresa afirma, ainda, que o art. 9º do Decreto nº 8.058/2013 é bem claro, e não é coincidência o fato de que matérias-primas e composição química são os primeiros itens listados no artigo para serem considerados pela autoridade investigadora em sua decisão acerca da questão. Similarmente, as características físicas e os usos e aplicações evidenciariam que não se trata de produtos similares. Para a empresa, a ABIT propôs escopo da investigação muito amplo, de modo que há ampla e insustentável definição de produto, caracterizando a presente investigação como tentativa protecionista, e não legítimo instrumento de defesa comercial.

Em 20 de novembro de 2020, a CM Imports manifestou-se novamente nos autos acerca do produto objeto da investigação. Aduziu que a definição do produto seria excessivamente abrangente e que as meias fabricadas na China e Hong Kong seriam meias de pior qualidade e menos duráveis, por terem 50,1% de poliéster, sendo que as meias brasileiras seriam compostas majoritariamente de poliamida ou algodão, praticamente não havendo meias de poliéster, que seria um elemento bem mais barato. Colacionou catálogos e análise laboratorial de meias de modo a reforçar tal ponto e comprovar que mesmo nas meias importadas que são declaradas pelos exportadores chineses e/ou de Hong Kong como sendo meias com predominância de algodão na composição, na realidade, predomina o poliéster. Já as meias do Paraguai possuiriam fibras mixadas com algodão e poliéster.

Para a CM Imports, as amostras encaminhadas possibilitariam que a SDCOM verificasse as principais diferenças entre o produto objeto da investigação e o similar nacional, em nível de conforto, toque suave, qualidade e durabilidade, sendo o preço do similar nacional também muito mais caro. Como exemplo, cita que as meias esportivas nacionais são atalhadas, têm dupla camada e proteção antimicrobiana, elementos ausentes das meias importadas, e por isso a diferença de preço. Desta forma, não poderiam ser consideradas similares ou menos ainda substitutas.

Na mesma manifestação, a empresa colaciona relatório do IEMI em que é explicitado que a Lupo é top of mind do consumidor de perfil A/B1. Considerando-se apenas os consumidores do perfil D/E, há forte pulverização das citações de marcas, o que pressuporia uma baixa expressividade das marcas neste perfil consumidor. Segundo o resultado da pesquisa, o que mais importa ao consumidor de classe A/B1 é a qualidade, sendo que na classe D/E é o preço, o que se reflete também no local de última compra (shoppings vs. Sacoleiras/barraca de camelô). Traz ainda a pesquisa outros elementos como preço pago e sensibilidade à aumento no valor da meia, itens que mostrariam que as meias importadas da China e de Hong Kong não ameaçariam a indústria nacional, pois atingem uma parcela muito distinta da população, restrita aos consumidores das Classes D e E. Estes consumidores não possuem condições financeiras de comprar meias como aquelas fabricadas e comercializadas pela LUPLO e seriam muito prejudicados caso seja aplicado direito antidumping na presente investigação.

Aponta ainda a empresa que há necessidade e de revisão do escopo da investigação, devido à questão do poliéster e do mercado, o que é corroborado pela ABVTEX. A SDCOM não teria levado em conta os §§ 1º e 2º do artigo 9º, do Decreto 8.058/2013, pois não considerou a matéria-prima, o mercado e canais de distribuição. Ao final, requer a segregação do produto de acordo com sua composição e o encerramento da investigação sem a aplicação de direito.

A ABIT afirmou, em 15 de fevereiro de 2021, sobre a manifestação de 28 de outubro de 2020 da importadora IMB Têxtil, que a SDCOM apurou os preços de venda das meias de Hong Kong e China com base nas estatísticas oficiais de importação brasileiras, e que é justamente por serem os preços tão baixo que é essencial a aplicação de direito antidumping. Acrescentou que forneceu parâmetros para que a autoridade pudesse usar pares ou quilogramas. A Associação deixou claro em sua petição que, qualquer que seja a opção, há dumping. A escolha por "pares" está relacionada simplesmente ao fato de que as meias são comercializadas nessa unidade ou em outra que com ela guarda relação direta, como os kits (três pares, por exemplo) ou as dúzias.

A ABIT pontua quanto à afirmação da IMB que os produtos são tão sensivelmente distintos que seria inviável a investigação, que a existência de CODIPs serve justamente para tratar possibilitar a comparação quando se tem características diferentes, fugindo-se da regra geral. Para a ABIT, a partir do momento em que a margem geral de dumping é resultado da ponderação de diferentes "submargens" (por sua vez obtidas pela avaliação feita por CODIP e por categoria de cliente), garante-se a comparação justa para produtos com características diferentes.

Sobre a manifestação da CM Imports de 20 de novembro de 2020, a ABIT enfatizou que as meias importadas não são apenas de poliéster, assim como as meias brasileiras não são apenas de algodão, havendo diversidade nos dois sentidos, o que seria confirmado pela própria empresa. Recordou que a delimitação do escopo original seria prerrogativa do peticionário, devendo apenas haver paralelismo entre o escopo e as informações relativas a dumping e dano, possibilitando-se a justa comparação preconizada pela legislação. Assim, muito mais que a quantidade de subitens da NCM em que esse escopo se insere, deve haver condições para que essa comparação se realize. Neste ponto, a ABIT afirmou ter plena convicção de que as segregações apresentadas desde a petição permitiriam isso. Afirmou ainda que a Lupo é o maior fabricante nacional, mas não é o único, tendo esta empresa participação inferior a 15%. Afirmou que fazer-se comparativos com apenas um produtor é, no mínimo, distorcer a realidade da produção nacional de meias. A pesquisa trazida pela CM Imports apenas mostraria que as meias da Lupo são vendidas para todas as classes sociais, e ainda que pouco importa o local de comercialização, já que os próprios dados do estudo mostrariam que o percentual das classes D e E que compra em shopping é praticamente o mesmo que compra em bancas de camelô, o que reforçaria que as meias nacionais estão em todos os canais de distribuição.

Afirmou ainda que a pesquisa mostraria ser contraditória a afirmação da CM Imports de que as meias nacionais não concorrem com as importadas, já que a própria pesquisa mostra que 37% das classes D e E (as mesmas que em teoria comprariam apenas meias importadas da Ásia) compraram da Lupo.

Continuou afirmando que a CM Imports não demonstrou, de modo algum, a representatividade de 90% das importações como sendo de meias fabricadas com fibras de poliéster. Ao contrário, afirma a ABIT, quando se observam as importações da NCM 6115, que responde por mais de 93% das importações totais de meias e que permite clara identificação entre fibras naturais de algodão e fibras sintéticas, o que se veria é que as importações conjuntas de China e Hong Kong em NCMs com predominância de fibras de algodão é de 42,1% em P5; as fibras sintéticas, a seu turno, respondem por 54,5%; ficando os 3,4% restantes para outros tipos de fibras. Ademais, nada garantiria que as importações de meias com fibras sintéticas sejam, exclusivamente, de fibras de poliéster. Ao contrário, meias com fibras de poliamida seriam igualmente classificadas nesses códigos; em alguns deles, aliás, até mesmo as fibras artificiais. A ABIT apontou estar levando em conta as informações de composição "conforme etiqueta", dado que esse seria o fator que pode chamar a atenção de eventual consumidor interessado no tipo de fibra da meia que pretende comprar. Os pareceres colacionados pela CM Imports comprovariam a existência de práticas fraudulentas por parte dos importadores, na tentativa de prejudicar a indústria doméstica. Comprovariam ainda, a similaridade entre o produto objeto e o produto fabricado no Brasil, pois não fossem as meias nacionais também vendidas em bancas de rua e camelôs, não faria sentido algum falsear uma meia de poliéster afirmando ser ela de algodão ou de poliamida. A ABIT ressaltou ainda ser inverídica a afirmação de que não há produção de meias de poliéster no Brasil, havendo ao menos duas marcas que comprovadamente possuem meias de poliéster.

A ABIT ressaltou ainda que o questionário do importador da CM Imports mostraria ainda, que a empresa importa meias de Hong Kong, e que, a depender da composição da fibra, pode haver variação neste ou naquele aspecto. Os dados trazidos pela CM Imports somente mostrariam que pode haver alguma diferença em termos de desempenho a depender da fibra, mas em momento algum faz afastar a existência da similaridade.

A ABIT trouxe ainda comentários acerca da manifestação da CM Imports de 14 de outubro de 2020, em que a importadora estabeleceu os preços das fibras - com base nos quais, então, desenvolveu seu raciocínio sobre precificação. Para a ABIT, a CM Imports não explicou que preços está utilizando do relatório nem como chegou até eles, como por exemplo o preço de US\$ 1,78 FOB para o algodão, que não existiria em nenhum lugar do documento. A ABIT acrescentou que, aparentemente, esse valor veio do último valor da linha "China Cotton Index", mas que esse valor está em "c/lb" e a condição de entrega já seria diferente de FOB. Questionou ainda por que não foi utilizado o Far East price (FE A-Index), principal referência mundial na precificação do algodão, e argumentou que tal se deve, pois haveria interesse da importadora, nesse particular, em não utilizar números que tornariam o preço médio do algodão menor do que o apresentado. Similarmente, questionou por qual motivo a CM Imports utilizou a variação mínima para o poliéster, ao invés de uma média, ou da máxima, o que teria levado a um preço do poliéster maior do que o esperado.

Acrescentou a peticionária que a CM Imports apresentou cotações de agosto de 2020 quando, P5 refere-se a período que vai de julho de 2018 a junho de 2019 - ou seja, mais de um ano antes das cotações apresentadas. O preço da fibra de poliéster, de 2018 a 2019, teria sido superior àquele verificado em 2020, em até 34,1%, conforme mostram os próprios dados da importadora. Ademais, os dados evidenciam que os preços independem da matéria prima, pois haveria meia com 98% de poliéster sendo vendida mais caros que uma meia 71% algodão. Comparando-se os preços das meias 98% poliéster, haveria variação de até 104% a depender do vendedor.

No entender da peticionária, tais fatos mostrariam que a concorrência se dá por preços, tendo os demais fatores, como a alegada variação entre matérias-primas, impacto irrisório. As meias, como produto têxtil, seriam fator-trabalho intensivo. Os elementos trazidos pela CM Imports apenas comprovariam que o impacto da matéria-prima seria, efetivamente, reduzido no que tange à concorrência - e, em decorrência, nulo em termos de substitutibilidade. Por fim, acrescenta que a recusa da CM Imports em responder ao questionário do importador deveria acarretar à desconsideração de todo o seu questionário.

Com relação à manifestação da Hoahi em 4 de dezembro de 2020, a peticionária apontou que a exportadora paraguaia deturpou a realidade e interpretou erroneamente a legislação antidumping. Para a ABIT, a investigação é contra o produto "meias" exportadas por empresas do Paraguai, da China e de Hong Kong como um todo, e o fato de a Hoahi não produzir determinado modelo de meias não implica que o similar nacional se resumiria a tais produtos. A ABIT acrescentou que o 1º atributo do CODIP já adequaria a comparabilidade.

A ABIT lembrou que a CM Imports não é o único importador brasileiro e tampouco é seu produto o único importado. Por fim, trouxe a peticionária sua análise individualizada dos aspectos do art. 9º, caput e § 1º do Decreto 8.058/2013:

- Matérias-primas: Tanto o produto objeto quanto o similar nacional seriam fabricados com as mais diversas fibras: naturais, sintéticas e mistas. Isso inclui meias exclusivas e/ou combinadas de: algodão, poliamida, poliéster, elastano, etc.

Composição química: Considerando os fatores que afetam a qualidade do produto, tal como elencados pela CM Imports, tanto o produto objeto quanto o similar nacional apresentariam resistência à abrasão, permeabilidade, alongamento, estabilidade dimensional, durabilidade, conforto, poder de absorção. O que existiria são variações desses fatores entre uma e outra meia - pois não se importaria apenas meias de poliéster, também não se fabricaria no Brasil apenas meias de algodão.

- Características físicas: As características físicas do produto objeto e do similar nacional seriam idênticas em termos de subprodutos. Ou seja, sob os olhos do consumidor: uma meia esportiva doméstica é idêntica a uma importada; uma meia social masculina, idem.

- Normas: Não haveria normas técnicas voltadas exclusivamente para meias, a não ser relativas à etiquetagem, válidas para nacionais e importados.

- Processo de produção: Não há distinção no processo de produção de uma meia importada e de uma meia de fabricação nacional. Mesmo as discussões levantadas por certos importadores a respeito de número de agulhas, desenhos ou componente (como chenille) não seriam suficientes para invalidar a constatação de que, em essência, o modo de se fabricar meias seria o mesmo no Brasil e nas origens investigadas.

- Usos e aplicações: O produto objeto e o similar nacional possuiriam os mesmos usos e aplicações.

- Substitutibilidade: A substitutibilidade entre o produto objeto e o similar nacional seria plena, considerando-se os subprodutos. Obviamente, uma meia de compressão elástica não substitui uma meia de bebê, nas não seria disso que trata a similaridade. Por exemplo, que a meia de cano médio de poliéster substitui a de algodão e a de poliamida, sendo as recíprocas verdadeiras. Também haveria substitutibilidade em relação às meias alegadamente não fabricadas no Brasil, como afirmaram empresas como Renner, Riachuelo, Itte e IMB Têxtil.

- Canais de distribuição: Tanto o produto objeto quanto o similar nacional seriam distribuídos pelos mesmos canais. Isso incluiria, majoritariamente, distribuidores (atacado, varejo, magazines, camelódromos etc). Mas haveria também vendas diretas, via e-commerce, e vendas via lojas franqueadas.

- Tipo de consumidor: Embora a meia importada pela CM Imports seja alegadamente destinada às classes C, D e E, diversos outros importadores destinariam seus produtos às classes A e B. No caso do produto similar nacional, as meias seriam vendidas para absolutamente todas as classes.

- Preço e qualidade: Algumas partes alegariam que aspectos de preço e de qualidade seriam motivo suficiente para afastar similaridade. Apontou a peticionária que a CM Imports afirmou que as meias que importa da Ásia seriam de qualidade inferior e destinadas apenas para classes de baixa renda, e teriam preços mais baixos. E, em contrapartida, alegaria o importador que as meias nacionais (para a ABIT, nesse âmbito a importadora se restringiu às meias Lupo) seriam artigos de luxo destinados a classes de mais alta renda. Para a ABIT, o estudo trazido pelo importador mostraria penetração das meias Lupo nas classes D e E, pelo que a discussão de preço e qualidade cairia por terra. Tanto o produto objeto quanto o similar nacional apresentariam variações de qualidade e, em decorrência, variações de preços.

Em 14 de fevereiro de 2021, CM Imports protocolou manifestação no sentido de que a SDCOM não teria lavado em consideração, em sua proposta de CODIP, as evidências apresentadas pela importadora de que outros atributos como embalagem, o emprego de estampa ou desenho (jacquard), aplicações e tratamento são determinantes para a definição final do produto. Reiterou que um mesmo modelo de meia, com a mesma composição, com desenho licenciado, poderia ter preço, por exemplo, 35% superior em comparação à meia do mesmo tipo sem o desenho licenciado.

Argumentou que as empresas produtoras, exportadoras e importadoras de meias conseguiriam "facilmente identificar tais características em seus sistemas contábeis" e que, de modo geral, reportariam as mesmas nas Declarações de Importações. Para comprovar a alegação, apresentou duas DIs da CM Imports.

Para demonstrar o peso das embalagens sobre o preço do produto final, apresentou amostras de meias importadas pela empresa e de meias fabricadas pela Lupo, com "embalagem sofisticada que, por si só, é mais cara do que o pack de meias fabricado na China e importado pela CM Imports".

2.8. Dos comentários da SDCOM acerca das manifestações

Inicialmente, pontua-se que os comentários sobre o CODIP foram tratados quando da definição do CODIP, conforme item 2.2.1. Com relação aos comentários acerca das diferenças entre o produto importado e o similar nacional, que se centram na diferença de preço e de performance entre o poliéster e a poliamida/algodão, que seriam fibras mais nobres, pontua-se que não foram trazidos aos autos elementos probatórios que indicariam que nenhuma das 35 empresas produz fios com poliéster, e tampouco que as importações seriam exclusivamente de meias de poliéster, com menor qualidade e menos duráveis. Os dados oficiais de importação comprovam que há importação de meias de todo o tipo de composição, com fibras mais ou menos nobres.

Diversos comentários focam a análise no catálogo e números da Lupo, sendo que esta é apenas uma das 35 empresas que compõem a Indústria doméstica, e há um amplo espectro de produtos na indústria doméstica além do que esta fabricante produz. Assim, não há que se falar que há uma definição muito abrangente do produto, sendo que tais alegações foram desacompanhadas de elementos que permitiriam à SDCOM avaliar que a indústria doméstica considerada não fabrica algum tipo de meia (considerando o material dos fios empregados).

De todo modo, o CODIP adotado após as manifestações das partes interessadas permitirá à autoridade melhor considerar as diferenças argumentadas sobre justa comparação.

As pesquisas colacionadas evidenciam que para o consumidor parece ser difícil distinguir entre uma meia composta por uma ou outra fibra, sendo que foram trazidos aos autos laudos que comprovariam, inclusive, embalagens com informações falsas destinadas a confundir o consumidor, o que, para fins de determinação preliminar, parece corroborar que, também nesse âmbito tão ventilado pelas partes, há similaridade.

A SDCOM avaliou a definição do produto objeto da investigação constante da petição e julgou, para fins de início da investigação, que foi cumprido o disposto no art. 10 do Regulamento Brasileiro, o qual estabelece que o produto objeto da investigação englobará produtos idênticos ou que apresentem características físicas e composição química e características de mercado semelhantes. Não foram, até o momento, trazidos elementos nos autos do processo que provem o contrário, ou seja, que o produto objeto da investigação proposto pela peticionária não engloba produtos com características físicas, químicas e de mercado semelhantes, a despeito das naturais diferenças no que diz respeito às fibras empregadas e aos modelos ou tipos de produto que compõem as meias.

Com relação à alegação da CM Imports relativa à diferença de preços entre as matérias-primas utilizadas na produção de meias a SDCOM aponta que, conforme indicado no item 2.2.1, atendeu às sugestões das partes interessadas para a alteração do CODIP e incorporou a composição das três principais fibras de forma a refletir com mais precisão a matéria-prima das meias.

Sobre a ausência de substitutibilidade apontada pela importadora, a SDCOM indica que esta alegação não é suficiente para afastar a similaridade entre o produto objeto da investigação e o produto produzido pela indústria doméstica. Nos termos do art. 9º do Regulamento Brasileiro, considera-se "produto similar" o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da investigação ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto objeto da investigação. Ademais, a similaridade será avaliada com base nos critérios dispostos no §1º do referido artigo, sendo que, nos termos do §2º, tais critérios não constituem lista exaustiva e nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva. Portanto, trata-se de análise abrangente, que não se pauta por uma única característica, em conformidade com o disposto na normativa multilateral e na jurisprudência da Organização Mundial do Comércio.

A Subsecretaria acrescenta ainda que as alegações sobre as diferenças de classe dos consumidores de meias produzidas pela Lupo e das meias importadas parece ignorar que a indústria doméstica é uma indústria fragmentada, composta, no caso em tela, por 35 produtores nacionais, nos termos da petição apresentada pela ABIT. A produção nacional de meias foi habilitada como indústria fragmentada em função de ser formada por número especialmente elevado de produtores domésticos e levou em conta, entre outros fatores, o grau de pulverização da produção nacional e distribuição por porte dos produtores nacionais. Ademais, a suposta separação entre meias populares (importadas) e meias de luxo (nacionais) carece de fundamentação com base em elementos de prova.

Sobre as alegações da CM Imports de que as meias da Lupo seriam vendidas diretamente para o consumidor final, enquanto muitas empresas produtoras de meias no país só produziriam sob encomenda e não realizariam vendas para consumidores finais, a SDCOM aponta que as diferenças de canais de distribuição e categoria de clientes serão levadas em consideração, a depender dos dados disponibilizados nos autos do processo.

Com relação às diferenças entre os processos produtivos dos vários tipos de meias, conforme apontado pela CM Imports em sua manifestação de 14 de outubro de 2020, a SDCOM aponta que a indicação do produto objeto da investigação pela peticionária respeitou o disposto no art. 10 do Decreto no. 8.058, de 2013, que define o termo "produto objeto da investigação". Nos termos desse artigo, o produto objeto da investigação englobará produtos idênticos ou que apresentem características físicas composição química e características de mercado semelhantes. As especificidades dos diferentes tipos ou modelos do produto objeto da investigação estão reconhecidas desde o parecer de início da investigação, como no caso da meia-calça, cuja descrição do processo produtivo consta naquele parecer.

Sobre a afirmação da importadora de que as importações de meias de compressão encontradas provavelmente teriam sido erro dos importadores na classificação e que haveria fabricação expressiva de meias que contenham principalmente fibras artificiais, a SDCOM, aponta que a falta de apresentação de elementos comprobatórios por parte da manifestante faz com que a questão seja rechaçada como mera alegação.

A CM Imports alegou que o percentual de algodão na composição das meias importadas seria menor do que o descrito nas embalagens, o que seria comprovado por teste e análises laboratoriais, conforme apresentado pela empresa nos autos do processo em 20 de novembro de 2020. Nesse sentido a SDCOM destaca que utiliza os dados oficiais de importações brasileiras para instruir todas as investigações de defesa comercial. No caso concreto, há milhares de linhas de importação nos dados oficiais brasileiros fornecidos pela RFB que indicam a descrição dos produtos importados de acordo com as regras de etiquetagem existentes no Brasil. A empresa propõe, com base num esforço de elaboração de laudos a partir de amostras realizadas por ela mesma, que deveriam ser desconsideradas as descrições destas milhares de operações fornecidas pela RFB, pleito este que a SDCOM entende que não deve prosperar.

Em desdobramento ao tema, a SDCOM aponta argumento apresentado pela ABIT de que a alteração das informações de composição nas etiquetas das meias importadas seria argumento que confirmaria a similaridade entre o produto objeto e o produto fabricado no Brasil. Ademais, há que se ressaltar que a autoridade investigadora encaminhou questionários para coletar dados primários dos exportadores selecionados e apenas recebeu a resposta da empresa paraguaia Hoahi.

Sobre a sugestão da CM Imports de se considerar o valor do produto em kg em eventual aplicação de direito antidumping, a Subsecretaria aponta que a decisão sobre a forma de aplicação de eventual direito antidumping, seja ad valorem ou específica por par ou por quilograma, levará em consideração a manifestação desta empresa e das demais partes interessadas. Relembre-se ainda que, em ofício de informações complementares à petição apresentada pela ABIT, na data de 2 de junho de 2020, a SDCOM já havia levantado a questão sobre eventual forma de aplicação de direitos, o que reflete a preocupação da autoridade investigadora sobre a sugestão de cálculo da margem de dumping por par. Para fins desta determinação preliminar, a SDCOM alterou a unidade de medida para apuração da margem de dumping, que passou a ser feita em dólares por quilograma.

Sobre a manifestação da ABIT de que não se justificaria a subdivisão de meias soquete em esportiva e social, a SDCOM aponta que acatou a sugestão, sendo rejeitada a proposta de subdivisão, conforme item 2.2.1 supra. Entretanto, conforme indicado no mesmo item, a segregação por matéria-prima foi acatada, em razão de haver impactos nos custos e preços de venda dos produtos e de as próprias regras de etiquetagem existentes no Brasil já solicitarem essa informação de produtores nacionais e de importadores.

Em relação à manifestação da IMB Têxtil a SDCOM esclarece que compromissos de preços poderão ser avaliados pela autoridade investigadora, reconhecendo-se que não existe obrigação por parte do governo brasileiro em homologar propostas de compromisso de preços, podendo estas ser rejeitadas inclusive por razões de política geral, nos termos do Artigo 8.3 do Acordo Antidumping. Além disso, pontua-se que, em regra, os cálculos de margem de dumping, que não se confunde com subfaturamento, baseiam-se em média ponderada do valor normal e do preço de exportação de todas as operações de exportação, conforme determina o Artigo 2.4.2 do Acordo Antidumping, ou em comparações do valor normal e do preço de exportação transação a transação. Assim, a proposta IMB de efetuar a comparação pela média do valor dos pares não atende ao disposto na normativa multilateral.

Com relação aos demais pontos trazidos pela importadora, iniciada a investigação, foram encaminhados questionários às partes interessadas para apurar a existência de dumping com base em dados primários dos próprios produtores/exportadores, o que permite uma comparação mais acurada para fins de determinações preliminares e finais. Sempre que possível levar-se-á em conta o CODIP, de modo a melhor comparar produtos com algumas características diferentes.

Sobre a manifestação da Itté Comércio, de que os produtos por ela importados seriam de qualidade superior, de forma que não seriam similares às meias nacionais, a SDCOM esclarece que alegações de diferenças de qualidade não são suficientes para afastar a comparabilidade. Ainda, chama a atenção à SDCOM o fato de que a afirmação da empresa ir de encontro à resposta da CM Imports, que apontou que o produto importado seria de qualidade inferior. Tal contradição entre os argumentos só corrobora o apontado por esta autoridade, no sentido de que as manifestações, em sua maioria, apenas consideraram o cenário da própria empresa manifestante, sendo que esta autoridade deve considerar o amplo espectro de meias importadas, assim como o amplo espectro de meias fabricadas nacionalmente, devendo as partes trazerem elementos de prova que esteiem suas alegações.

Com relação à crítica da Altomax à eleição pela peticionária de CODIPs que não permitiriam a realização de comparações justas a SDCOM aponta a alteração dos CODIPs originais descrita no item 2.2.1. Sobre a opinião da empresa acerca da improvável aplicação de medidas provisórias, a SDCOM remete ao item 9, onde expôs os motivos pelos quais não recomendou a aplicação de medidas provisórias, ainda que diante da determinação preliminar positiva de dumping, de dano à indústria doméstica e do nexo de causalidade entre ambos.

Sobre a manifestação da Hoahi de que existe um produto similar nacional sem o correspondente produto objeto da investigação - referindo-se ao fato de que não produz meia-calça e meia de compressão - a SDCOM aponta que o produto objeto da investigação foi definido em conformidade com o Regulamento Brasileiro e reflete as importações das três origens objeto da petição. Nesse sentido, existem importações de meias-calças durante o período da investigação originárias dos países investigados, a despeito da possibilidade de nem todos os países terem exportado especificamente esse tipo/modelo de produto.

Já sobre a afirmação da Hoahi de que seria gritante a diferença de preços e custos entre as meias de poliamida e as meias de poliéster, não existindo em seu portfólio nenhuma meia comparável às meias fabricadas pela Lupo, a SDCOM reitera que a indústria doméstica é composta pelas 35 empresas descritas no item 3, sendo a Lupo apenas uma delas. A SDCOM faz também referência à adoção de novo CODIP descrita no item 2.2.1, a qual teve o fim propiciar justa comparação entre os vários tipos de produtos.

Com relação às amostras enviadas pela CM Imports, com o fim de possibilitar a verificação das principais diferenças entre o produto objeto da investigação e o similar nacional, a SDCOM destaca que, apesar de as amostras apresentadas serem objeto de análise, cabe ressaltar que diferenças de qualidade não são suficientes para indicar que não haveria similaridade, conforme já ressaltado. Conforme determina o Regulamento Brasileiro e a normativa multilateral, o produto similar não precisa ser exatamente igual em todos os aspectos.

Sobre a alegação da CM Imports de que relatório do IEMI explicitaria que a Lupo é top of mind do consumidor de perfil A/B1, enquanto as meias importadas de China e Hong Kong seriam restritas aos consumidores das Classes D e E, a SDCOM reitera que a indústria nacional é fragmentada, composta por inúmeras empresas de distintos portes. Por essa razão, rejeita-se a proposta de comparação feita pela importadora entre a segmentação de mercado da Lupo e das importações.

Com relação à citação pela ABIT de práticas fraudulentas comprovadas pelos pareceres apresentados pela CM Imports, as quais teriam o fim de prejudicar a indústria doméstica, a Subsecretaria destaca qualquer discussão sobre o tema de práticas fraudulentas com reflexos criminais e/ou sancionatórios foge à competência desta autoridade investigadora para determinar a existência de dumping.

Em relação à manifestação da CM Imports, datada de 24 de fevereiro de 2021, destaca-se que o CODIP, representado por uma combinação alfanumérica que reflete as características do produto, deve ser aplicável tanto ao produto objeto da investigação como ao produto similar, devendo, portanto, refletir tanto as características do produto da indústria doméstica, quanto dos exportadores como um todo, tendo em vista que sua finalidade fundamental é buscar possibilitar a justa comparação.

Dessa forma, é necessário que os atributos sejam identificáveis nas importações como um todo ou na maior proporção possível e não apenas nas importações realizadas pela CM Imports ou em parte pouco significativa do universo total das importações e do produto similar.

Nessa linha, reitera-se, diferentemente do que alegou a empresa, que não se observa em grande parte das descrições das importações do produto objeto constantes nas DIs, detalhamento suficiente que permita identificar as características apontadas pela CM Imports, tais como embalagem, aplicações, emprego de desenho licenciado, etc., razão pela qual não se acatou a sugestão de CODIP dessa importadora no que tange a esses atributos.

Quanto ao cálculo de eventual medida em pares ou quilogramas, a autoridade repisa que as partes podem sempre apresentar suas manifestações acompanhadas dos elementos de prova nesse âmbito, sendo que a decisão final neste âmbito ainda não foi tomada.

Sobre os comentários da Hoahi, relembra-se que o fato de a empresa alegadamente não produzir um tipo de produto não torna incorreta a definição do produto utilizada no contexto da investigação como um todo. Lembra-se, ainda, que a indústria nacional não se restringe à Lupo, não podendo a parte querer argumentar acerca da indústria doméstica como um todo tomando-se apenas um produtor, tendo sido tal linha de argumentação também utilizada pela CM Imports.

Repise-se que a SDCOM respeitou fielmente o artigo 10 do Decreto no 8.058/2013. Como se sabe, o produto objeto da investigação não necessariamente engloba somente produtos idênticos, mas sim os que apresentem características físicas ou composição química e características de mercado semelhantes, sendo que nenhum dos critérios, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva.

Isto posto, os dados trazidos aos autos mostram que há similaridade entre o produto objeto da investigação e o produto fabricado no Brasil. Eventuais diferenças de preços entre as diferentes matérias primas serão consideradas nos cálculos realizados por esta SDCOM, podendo as partes interessadas trazerem aos autos elementos probatórios neste sentido, acompanhados de eventual memória de cálculo, sem a qual estes não serão aceitos. Nesta seara, deve a CM Imports apresentar a memória de cálculo completa dos preços alegadamente praticados no mercado para as fibras.

Sobre a alegação da CM Imports de que os números utilizados para calcular as importações e o consumo nacional aparente de meias estariam englobando outros itens de vestuário e moda íntima, a SDCOM aponta que nas investigações são utilizados os dados oficiais das importações brasileiras obtidos junto à RFB, os quais são submetidos a uma etapa de depuração a partir do campo "descrição" de todas as declarações de importação referentes ao período de investigação. Por meio desse procedimento são segregadas as importações do produto objeto da investigação das importações de outros produtos. Recordar-se à CM Imports que o campo "descrição" traz as informações que os próprios importadores preenchem em suas declarações de importação.

Dito isso, sobre a alegação de que a Guangdong Qicaifeixia Knitting Industrial Co. Ltd. "não teria fabricado, no período da investigação, nenhum par de meia", a SDCOM aponta que a empresa chinesa consta como a produtora/exportadora de produtos importados consoante estatísticas oficiais de importação. Dessa forma, considerando que as alegações são baseadas em imprecisões inerentes aos dados apresentados pelos importadores à RFB, rechaça-se completamente a equivocada alegação da importadora.

Importante salientar, ainda, que não houve cooperação de nenhum produto selecionado chinês, e que esta SDCOM está tentando, tanto quanto possível, utilizar os dados mais precisos possíveis. Ressalta-se, por fim, que a autoridade está disposta a receber aguarda sugestões e comentários sobre a comparabilidade e sobre os demais temas, caso as partes interessadas acreditem que haja aspectos a serem aperfeiçoados.

Sobre a alegação da CM Imports de que a SDCOM não teria levado em consideração, em sua proposta de CODIP, as evidências de que outros atributos - como embalagem, o emprego de estampa ou desenho (jacquard), aplicações e tratamento - seriam determinantes para a definição final do produto, a SDCOM chama a atenção para a diferença entre as definições de "levar em consideração" e "acatar", as quais não são sinônimas. Esclarecida a questão, a SDCOM aponta que os argumentos foram, sim, levados em consideração, mas não acatados, pelos motivos expostos no item 2.2.1 supra.

2.9. Da conclusão a respeito do produto e da similaridade

Tendo em conta a descrição detalhada contida no item 2.1 deste documento e os elementos de prova apresentados, conclui-se que o produto objeto da investigação são meias de uso masculino, feminino, infantil, inclusive para bebês, destinados ao uso diário, casual, social ou esportivo, que revestem os pés e as pernas parcialmente ou até a cintura, exportados da China, do Paraguai e de Hong Kong para o Brasil.

Conforme o art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, o termo "produto similar" será entendido como o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da investigação ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto objeto da investigação.

Considerando o exposto nos itens anteriores, a SDCOM concluiu que o produto fabricado no Brasil é similar ao produto objeto da investigação.

3. A INDÚSTRIA DOMÉSTICA

O art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, define indústria doméstica como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico. Nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo "indústria doméstica" será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

Tendo em vista que as empresas que compõem a indústria doméstica, tal como apresentada pela petionária, representaram 28,3% da produção nacional estimada do produto similar em P5, conforme explicitado no item 1.4, definiu-se como indústria doméstica, o conjunto dessas 35 empresas produtoras de meias que forneceram dados de dano para a petição de início da investigação.

Convém lembrar que a produção nacional de meias foi habilitada, com base no Decreto nº 9.107, de 2017, e na Portaria SECEX nº 41, de 2018, como indústria fragmentada, conforme descrito no item 1.1.1 supra, tendo em vista que: (i) foi apresentada descrição pormenorizada do produto similar, tendo sido especificadas as matérias-primas, características físicas, normas e especificações técnicas, processo produtivo, usos e aplicações, grau de substitutibilidade e canais de distribuição; (ii) ainda que haja aparente concentração da produção nacional nas regiões sul e sudeste do País, observou-se significativa pulverização da produção nacional de meias, tanto considerando o número de produtores nacionais, como considerando o porte destas empresas, o volume da produção nacional e o volume de vendas no mercado brasileiro; e (iii) a ABIT representa nacionalmente os produtores nacionais conhecidos direta ou indiretamente.

No curso da investigação, nos termos do art. 12 da Portaria nº 41, de 2018, as partes interessadas puderam se manifestar sobre a decisão da SDCOM de habilitar a produção nacional de meias como indústria fragmentada em até 30 dias contados da publicação da circular SECEX de início da referida investigação. A petionária teve 15 dias contados do fim do prazo referido anteriormente para se manifestar.

Conforme informado no item 1.7 supra, a SDCOM, considerando todos os elementos de prova trazidos pelas partes interessadas, a Nota Técnica SDCOM nº 22, de 28 de dezembro de 2020, apresentou às partes a conclusão a respeito da manutenção ou não da decisão da SDCOM de habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada. A Circular nº 85, de 29 de dezembro de 2020, publicada no D.O.U. de 30 de dezembro de 2020 tornou pública a decisão final de manutenção da habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada. [RESTRITO].

4. DO DUMPING

De acordo com o art. 7º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se prática de dumping a introdução de um bem no mercado brasileiro, inclusive sob as modalidades de drawback, a um preço de exportação inferior ao valor normal.

Na presente análise, utilizou-se o período de julho de 2018 a junho de 2019, a fim de se verificar a existência de prática de dumping nas exportações para o Brasil de meias originárias de China, Hong Kong e Paraguai.

4.1. Do dumping para efeito do início da investigação

4.1.1. Do valor normal para fins de início

De acordo com item "iii" do Art. 5.2 do Acordo Relativo à Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio - GATT/1994 (Acordo Antidumping), incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, a petição deverá conter informação sobre os preços pelos quais o produto em questão é vendido quando destinado ao consumo no mercado doméstico do país de origem ou de exportação ou, quando for o caso, informação sobre os preços pelos quais o produto é vendido pelo país de origem ou de exportação a um terceiro país ou sobre o preço construído do produto (valor construído).

Para fins de início, a petionária sugeriu que fosse utilizada a estrutura de custos da Lupo S/A, empresa que compõem a indústria doméstica no âmbito deste processo e maior produtora de meias no Brasil, com vistas à construção do valor normal, nos termos do Artigo 5.2(iii) do Acordo Antidumping, para demonstrar a existência de indícios da prática de dumping nas exportações das origens investigadas para o Brasil.

Apesar de reconhecer que a prática habitual em investigações antidumping é a análise por tipo/modelo de produto, [CONFIDENCIAL], a indústria doméstica sugeriu inicialmente a comparação entre valor normal e preço de exportação usando apenas um código cartela, o [CONFIDENCIAL], pertencente ao Código de Identificação do Produto - CODIP [CONFIDENCIAL] e ao código NCM [CONFIDENCIAL].

Cabe a explicação de que o CODIP é representado por uma combinação alfanumérica que reflete as características do produto investigado e do produto similar e que registra, em ordem decrescente, a importância de cada característica, começando pela mais relevante. A indústria doméstica, na petição, relaciona os códigos comerciais utilizados no curso normal de suas operações de venda do produto similar, chamados CODPRODS, com as características elencadas na definição dos CODIPs. Esta classificação deverá então ser seguida pelos produtores/exportadores na elaboração das respostas aos seus questionários, os quais são enviados após o início da investigação.

A petionária alegou ter escolhido [CONFIDENCIAL] com base nas seguintes justificativas:

-[CONFIDENCIAL];

-[CONFIDENCIAL];

-[CONFIDENCIAL];

-[CONFIDENCIAL], o que também ocorreria em relação aos importados, observando-se as diferenças entre preços médios por NCM;

-observando-se as estatísticas de importação, notar-se-ia que cerca de 29% do total das importações investigadas ocorreram sob o subitem [CONFIDENCIAL] da NCM (recordando que são muitos os códigos contidos no escopo);

-as importações da China, de Hong Kong e do Paraguai nessa NCM foram bastante representativas nesse subitem.

Dentre as razões reproduzidas acima apresentadas pela petionária para justificar a adequação da utilização de apenas um código de cartela, equivalente ao CODPROD, verificou-se que o penúltimo ponto acima merece reparo, já que, com base na unidade de medida utilizada - pares - , a NCM 6115.95.00 corresponde a 21,7% do volume total importado em pares a partir das três origens investigadas, considerando-se as informações provenientes da SERFB.

Entretanto, diante de questionamento em relação à grande quantidade de combinações possíveis de CODIPs e de forma a melhor atender ao critério de justa comparação, em sua resposta ao pedido de informações complementares, a petionária apresentou valores normais calculados a partir de outros códigos cartela, cujos critérios de escolha são apresentados a seguir.

Para a eleição dos novos códigos cartela, a petionária partiu das importações das origens investigadas em P5, obtendo os três códigos NCM com os maiores volumes de importação, conforme descrito na tabela abaixo:

NCM	Volumes de importação por NCM*Em números-índices		
	Qtde -pares	Qtde - kg	%
6115.96.00	31	37	37
6115.95.00	29	30	30
6115.30.10	31	25	25
6115.99.00	2	2	2
6115.10.93	1	2	2
6111.20.00	4	2	2
6115.21.00	0	1	1
6115.22.00	0	1	1
6115.29.20	0	0	0
6111.30.00	1	0	0
6115.30.20	1	0	0
6115.10.21	0	0	0
6115.94.00	0	0	0
6115.10.19	0	0	0
6115.10.22	0	0	0
6115.10.99	0	0	0
Total Geral	100	100	100

*Dados constantes da informação complementar. Os dados de importação depurados constam do item 5 infra.

4.1.2. Da China

4.1.2.1. Do valor normal

De acordo com item "iii" do Art. 5.2 do Acordo Antidumping, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, a petição deverá conter informação sobre os preços pelos quais o produto em questão é vendido quando destinado ao consumo no mercado doméstico do país de origem ou de exportação ou, quando for o caso, informação sobre os preços pelos quais o produto é vendido pelo país de origem ou de exportação a um terceiro país ou sobre o preço construído do produto (valor construído).

Para fins de início da investigação, o valor normal foi obtido a partir de construção com base em metodologia proposta pela peticionária, acompanhada de documentos e dados fornecidos na petição e nas informações complementares sobre custos de produção, acrescidos de montante a título de despesas gerais, administrativas, financeiras e de vendas, bem como de um montante a título de lucro.

Ressalte-se que, tendo em vista a indisponibilidade da composição do custo de empresas produtoras/exportadoras do produto objeto da investigação, a estrutura de custo de produção para a construção do valor normal em cada origem foi determinada a partir da estrutura de custo da Lupo S/A.

Embora tenha sido possível, no apêndice de custos, segregar valores em nível de "classe do custo", a maior parte das rubricas na lista técnica da Lupo está agregada de outra forma. [CONFIDENCIAL].

Isso ocorre porque ou há participação dessas rubricas ao longo de fases distintas do processo ou pelo fato de, não sendo possível atribuir certos gastos gerais a fases específicas, faz-se lançamento geral atribuído ao custo do produto. [CONFIDENCIAL].

Por conta disso, em termos de coeficientes técnicos, somente foi possível fazer indicação de alguns deles - como matérias-primas e insumos. Os demais foram referenciados a partir de sua participação, em termos de valores, em relação aos custos dos fios, que são o principal componente.

A estrutura de custos dos nove códigos cartela referidos no item 4 supra teve as seguintes rubricas, detalhadas na sequência:

- (A) Matéria-Prima 1 - fios - kg
- (A) Matéria-Prima 2 - anilinas - g
- (A) Matéria-Prima 3 - embalagens - unidades
- (B) Mão de Obra Direta
- (C) Outros custos 1 - outros insumos (materiais) - % de fios
- (C) Outros custos 2 - energia e água - % de fios
- (C) Outros custos 3 - outros (subcontratados) - % de fios
- (C) Outros custos 4 - outros GGF - % de fios
- (C) Outros custos 5 - depreciação - % de fios
- (D) Custo de Produção (A+B+C)
- (E) Despesas Gerais e Administrativas
- (F) Despesas Comerciais
- (G) Despesas Financeiras
- (H) Custo Total (D+E+F+G)
- (I) Lucro
- (J) Preço delivered (H+I)

Conforme descrito acima, para cada código cartela foram utilizados coeficientes técnicos para as rubricas de matéria-prima, a qual inclui fios, anilinas e embalagens, destacando-se que a referência para o coeficiente é a produção de 120 pares. Apenas ao final das tabelas de cálculo do valor normal de cada código cartela foi feita a devida divisão para obtenção do valor por par.

Os coeficientes técnicos foram obtidos a partir das listas técnicas dos produtos da Lupo, [CONFIDENCIAL]

Após definidos os coeficientes técnicos, torna-se necessário obter os valores pelos quais foram adquiridas as matérias-primas. A peticionária utilizou, para os nove cálculos, as estatísticas de importação do código do Sistema Harmonizado (SH 6 dígitos) mais representativo de cada rubrica de matéria-prima, extraídas do Trademap. Essas informações estão, conforme indicado em suas FAQs, em bases CIF.

No caso da China, a ABIT optou por utilizar as importações de Taipé Chinês, pelo fato de, segundo a Associação, existir forte intervenção governamental no setor têxtil.

Aos valores unitários ou por kg encontrados foram acrescidos impostos de importação, cujas alíquotas foram obtidas a partir do sítio eletrônico Market Access Map do International Trade Centre UNCTAD/WTO. Apesar de a peticionária ter utilizado inicialmente as alíquotas de imposto de importação de Taipé Chinês, a SDCOM optou por substituí-las pelas alíquotas de imposto de importação chinesas respectivas, uma vez que a definição de alíquotas de impostos de maneira geral não pode ser vista como uma distorção na economia, já que abrange todos os agentes econômicos daquele país. Dessa forma, utilizaram-se as alíquotas de impostos de importação (nação mais favorecida) da China.

A mão de obra foi a rubrica seguinte da construção do valor normal. O coeficiente técnico foi obtido a partir da média da produção mensal, em P5 da Lupo, por empregado direto e indireto, e correspondeu a [CONFIDENCIAL] pares/mês por empregado, considerando-se a produção de todos os modelos de meias.

Para determinar o valor de salário para a China foram utilizadas informações do salário mensal médio do segmento têxtil, obtidas a partir do sítio eletrônico do Ministério do Trabalho de Taipé Chinês, conforme alegado pela peticionária, também devido à influência das políticas governamentais no segmento têxtil na China. Os valores encontrados foram convertidos pela média mensal de P5, conforme cotações divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Desta forma, dividindo-se o preço da mão de obra mensal pelo coeficiente, chega-se ao custo da rubrica, conforme descrito na tabela abaixo:

Coeficiente de mão de obra - China [CONFIDENCIAL]	
Empregados na produção (A)	[CONF.]
Diretos	[CONF.]
Indiretos	[CONF.]
Produção média mensal de P5 em pares (B)	[CONF.]
Coeficiente (B/A) em pares/mês (C)	[CONF.]
Salário médio mensal de P5 em US\$ (D)	1.331,92
Custo por par em US\$ (D/C)	[CONF.]
Custo por 120 pares (D/C x 120) em US\$	[CONF.]

Fonte: peticionária

Elaboração: SDCOM

Dada a pulverização das demais rubricas do custo, como já informado acima, a peticionária utilizou como seus coeficientes o percentual que cada uma representa em relação aos fios, a principal matéria-prima, conforme valores da Lupo, mediante memória de cálculo apresentada na petição. Essa metodologia foi utilizada para a determinação das rubricas outros insumos (materiais), energia e água, outros (subcontratados), outros GGF e depreciação.

Para o cálculo das despesas comerciais, administrativas e financeiras e do lucro para China e Hong Kong a ABIT utilizou a demonstração financeira do grupo chinês Zhejiang Jasan Holding Group para o ano de 2019, disponível na internet. De forma conservadora, a peticionária não utilizou percentuais para receitas/despesas financeiras.

A Zhejiang Jasan Holding Group foi utilizada por ser empresa listada em bolsa e por ser, na descrição da empresa em sua página inicial, "the largest scaled socks manufacturer globally" e por suas informações financeiras serem divulgadas em inglês. Assim, os valores relativos a essas despesas foram divididos pelo CPV, para se apurar o percentual de participação em cada caso. O percentual de lucro havia sido obtido a partir da divisão do valor dessa rubrica pela receita líquida, mas a SDCOM alterou esse cálculo, obtendo-o a partir da divisão do valor do lucro pelo valor absoluto do CPV.

Assim, a tabela abaixo resume as informações utilizadas:

Indicadores financeiros da Zhejiang Jasan em 2019 Em mil RMB		
Rubrica	Valores	Percentual
Receita líquida	1.780.369	-
CPV	(1.260.626)	-
Lucro bruto	519.743	-
Despesas gerais, comerciais e administrativas	(206.950)	16,42%
Receitas/despesas financeiras	-	-
Outras receitas/despesas	-	-
Lucro operacional	308.023	24,43%

Fonte: peticionária

Elaboração: SDCOM

Para fins de início, considerou-se que as despesas comerciais abrangeriam eventuais despesas de frete interno, de modo que a construção do valor normal foi considerada como delivered.

A seguir são descritos os valores normais construídos para a China, em relação a cada um dos nove códigos cartela, conforme descrito no item 4 acima:

[CONFIDENCIAL]					
1	China	NCM 6115.95.00	CODIP [conf.]		Código cartela [conf.]
	Rubricas		Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[conf.]	[conf.]	15,52
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			2,39	[conf.]	[conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,01	[conf.]	[conf.]
(B) Mão de obra direta			1.331,92	[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[conf.]	[conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					67,99
(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas				16,42%	11,16
(F) Despesas Financeiras				-	-
(G) Outras Despesas				-	-
(H) Custo Total (D+E+F+G)					79,15

(I) Lucro	24,43%	16,61
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades		95,77
(J) Preço delivered (H+I) unitário		0,80

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

2	China	NCM 6115.95.00	CODIP [conf.]		Código cartela [conf.]
			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
Rubricas					
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[conf.]	[conf.]	18,59
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			3,73	[conf.]	[conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,03	[conf.]	[conf.]
(B) Mão de obra direta			1.331,92	[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[conf.]	[conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					81,85
(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas				16,42%	13,44
(F) Despesas Financeiras				-	-
(G) Outras Despesas				-	-
(H) Custo Total (D+E+F+G)					95,28
(I) Lucro				24,43%	20,00
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades					115,28
(J) Preço delivered (H+I) unitário					0,96

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

3	China	NCM 6115.95.00	CODIP [conf.]		Código cartela [conf.]
			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
Rubricas					
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[conf.]	[conf.]	10,13
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			1,13	[conf.]	[conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,01	[conf.]	[conf.]
(B) Mão de obra direta			1.331,92	[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[conf.]	[conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					60,08
(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas				16,42%	9,86
(F) Despesas Financeiras				-	-
(G) Outras Despesas				-	-
(H) Custo Total (D+E+F+G)					69,94
(I) Lucro				24,43%	14,68
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades					84,62
(J) Preço delivered (H+I) unitário					0,71

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

4	China	NCM 6115.96.00	CODIP [conf.]		Código cartela [conf.]
			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
Rubricas					
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[conf.]	[conf.]	22,79
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			1,13	[conf.]	[conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,01	[conf.]	[conf.]
(B) Mão de obra direta			1.331,92	[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[conf.]	[conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					86,96
(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas				16,42%	14,28
(F) Despesas Financeiras				-	-
(G) Outras Despesas				-	-
(H) Custo Total (D+E+F+G)					101,24
(I) Lucro				24,43%	21,25
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades					122,49
(J) Preço delivered (H+I) unitário					1,02

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

5	China	NCM 6115.96.00	CODIP [conf.]		Código cartela [conf.]
			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
Rubricas					
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[conf.]	[conf.]	21,55
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			4,48	[conf.]	[conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,01	[conf.]	[conf.]
(B) Mão de obra direta			1.331,92	[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[conf.]	[conf.]

(C) Outros custos 4 outros GGF	[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação	[conf.]	[conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)		85,25
(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas	16,42%	14,00
(F) Despesas Financeiras	-	-
(G) Outras Despesas	-	-
(H) Custo Total (D+E+F+G)		99,25
(I) Lucro	24,43%	20,83
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades		120,08
(J) Preço delivered (H+I) unitário		1,00

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

6	China	NCM 6115.96.00	CODIP [conf.]		Código cartela [conf.]
			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
	Rubricas				
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[conf.]	[conf.]	93,98
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			0,04	[conf.]	[conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,01	[conf.]	[conf.]
(B) Mão de obra direta		1.331,92		[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[conf.]	[conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					210,88
(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas				16,42%	34,62
(F) Despesas Financeiras				-	-
(G) Outras Despesas				-	-
(H) Custo Total (D+E+F+G)					245,50
(I) Lucro				24,43%	51,53
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades					297,03
(J) Preço delivered (H+I) unitário					2,48

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

7	China	NCM 6115.30.10	CODIP [conf.]		Código cartela [conf.]
			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
	Rubricas				
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[conf.]	[conf.]	7,27
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			4,48	[conf.]	[conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,01	[conf.]	[conf.]
(B) Mão de obra direta		1.331,92		[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[conf.]	[conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					52,06
(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas				16,42%	8,55
(F) Despesas Financeiras				-	-
(G) Outras Despesas				-	-
(H) Custo Total (D+E+F+G)					60,61
(I) Lucro				24,43%	12,72
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades					73,33
(J) Preço delivered (H+I) unitário					0,61

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

8	China	NCM 6115.30.10	CODIP [conf.]		Código cartela [conf.]
			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
	Rubricas				
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[conf.]	[conf.]	10,19
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			4,48	[conf.]	[conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,01	[conf.]	[conf.]
(B) Mão de obra direta		1.331,92		[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[conf.]	[conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					56,83
(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas				16,42%	9,33
(F) Despesas Financeiras				-	-
(G) Outras Despesas				-	-
(H) Custo Total (D+E+F+G)					66,16
(I) Lucro				24,43%	13,89
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades					80,05
(J) Preço delivered (H+I) unitário					0,67

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

9	China	NCM 6115.30.10	CODIP [conf.]		Código cartela [conf.]
			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
	Rubricas				
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[conf.]	[conf.]	5,37
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			4,48	[conf.]	[conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,01	[conf.]	[conf.]
(B) Mão de obra direta		1.331,92		[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[conf.]	[conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[conf.]	[conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					48,52
(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas				16,42%	7,96
(F) Despesas Financeiras				-	-
(G) Outras Despesas				-	-

(H) Custo Total (D+E+F+G)		56,48
(I) Lucro		11,85
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades	24,43%	68,33
(J) Preço delivered (H+I) unitário		0,57

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

Dessa forma foram obtidos os valores normais para cada um dos nove códigos cartela, divididos em três códigos NCM. Em seguida, por meio de média aritmética simples dos valores normais dos três códigos cartela respectivos de cada NCM, foram obtidos os valores normais para cada uma das três NCMs individualmente.

Ressalta-se que o valor normal do grupo residual "demais NCMs" foi obtido por média aritmética simples dos valores normais dos nove códigos cartela.

E finalmente, ponderando-se o valor normal de cada NCM e do grupo demais NCMs pela participação percentual no volume importado, com base nos dados de importação brasileiras da origem investigada no período de investigação de dumping, obteve-se o valor normal ponderado para a China, conforme resumido na tabela abaixo:

Valor normal construído [CONFIDENCIAL]								
US\$/par								
Origem	NCM	CODIP	Código cartela	Lupo	Valor normal por código cartela	Valor normal por NCM	% da NCM nas importações da China	Valor normal construído ponderado
China	6115.95.00	[Conf.]	1	[Conf.]	0,80	0,82	28,2%	0,91
			2	[Conf.]	0,96			
			3	[Conf.]	0,71			
	6115.96.00	[Conf.]	4	[Conf.]	1,02	1,50	19,0%	
			5	[Conf.]	1,00			
			6	[Conf.]	2,48			
	6115.30.10	[Conf.]	7	[Conf.]	0,61	0,62	34,4%	
			8	[Conf.]	0,67			
			9	[Conf.]	0,57			
	Demais	-	-	-	0,98	18,3%		

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

Assim, para fins início da investigação, obteve-se o valor normal delivered ponderado para a China no montante de US\$ 0,91/par (noventa e um centavos de dólar estadunidense por par).

4.1.2.2. Do preço de exportação para fins de início

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da investigação, é o valor recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto objeto da investigação.

Para fins de apuração do preço de exportação de meias originárias da China, foram consideradas as respectivas importações brasileiras dessa origem efetuadas no período de análise de dumping, ou seja, realizadas de julho de 2018 a junho de 2019.

Para permitir a justa comparação com o valor normal apurado, para fins de início da investigação, optou-se por apresentar o preço de exportação FOB (US\$) para meias classificadas nas NCMs 6115.95.00, 6115.96.00, 6115.30.10 e os demais códigos agrupados, originárias da China, ponderado pelo volume importado em pares de cada NCM. O valor para o preço de exportação FOB calculado foi em dólares por par, conforme tabela a seguir:

Preço de Exportação [RESTRITO]			
NCM	Valor FOB (US\$)	Volume (em pares)	Preço de Exportação FOB (US\$/par)
6115.95.00	[Rest.]	[Rest.]	[Rest.]
6115.96.00	[Rest.]	[Rest.]	[Rest.]
6115.30.10	[Rest.]	[Rest.]	[Rest.]
Demais	[Rest.]	[Rest.]	[Rest.]
Total	[Rest.]	[Rest.]	0,18

Elaboração: SDCOM

Desse modo, dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da investigação, no período de análise de dumping, pelo respectivo volume importado, apurou-se o preço de exportação ponderado de US\$ 0,18/par (dezoito centavos de dólares por par).

4.1.2.3. Da margem de dumping para fins de início

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Para fins de início da investigação, apurou-se o valor normal construído por tipo de produto, conforme descrito no item 4.1.1 supra, e, com base nos volumes exportados de meias, conforme descrito anteriormente, foi realizada a ponderação tanto do valor normal como do preço de exportação. Dessa forma, considerou-se que o preço de exportação apurado em base FOB seria comparável com o valor normal construído em base delivered.

Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para a China.

Margem de Dumping			
Valor Normal US\$/par	Preço de Exportação US\$/par	Margem de Dumping Absoluta US\$/par	Margem de Dumping Relativa (%)
0,91	0,18	0,73	410,6%

Fonte: tabelas anteriores
Elaboração: SDCOM

4.1.3. De Hong Kong

4.1.3.1. Do valor normal para fins de início

De acordo com item "iii" do Art. 5.2 do Acordo Antidumping, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, a petição deverá conter informação sobre os preços pelos quais o produto em questão é vendido quando destinado ao consumo no mercado doméstico do país de origem ou de exportação ou, quando for o caso, informação sobre os preços pelos quais o produto é vendido pelo país de origem ou de exportação a um terceiro país ou sobre o preço construído do produto (valor construído).

Para fins de início da investigação, o valor normal foi obtido a partir de construção com base em metodologia proposta pela peticionária, acompanhada de documentos e dados fornecidos na petição e nas informações complementares sobre custos de produção, acrescidos de montante a título de despesas gerais, administrativas, financeiras e de vendas, bem como de um montante a título de lucro.

Ressalte-se que, tendo em vista a indisponibilidade da composição do custo de empresas produtoras/exportadoras do produto objeto da investigação, a estrutura de custo de produção para a construção do valor normal em cada origem foi determinada a partir da estrutura de custo da Lupo S/A. Nesse sentido, remete-se às explicações acerca da estrutura de custos da Lupo constantes do item 4.1.1 (o valor normal da China).

A estrutura de custos dos nove códigos cartela teve as seguintes rubricas, detalhadas na sequência:

- (A) Matéria-Prima 1 - fios - kg
- (A) Matéria-Prima 2 - anilinas - g
- (A) Matéria-Prima 3 - embalagens - unidades
- (B) Mão de Obra Direta
- (C) Outros custos 1 - outros insumos (materiais) - % de fios
- (C) Outros custos 2 - energia e água - % de fios
- (C) Outros custos 3 - outros (subcontratados) - % de fios
- (C) Outros custos 4 - outros GGF - % de fios
- (C) Outros custos 5 - depreciação - % de fios
- (D) Custo de Produção (A+B+C)
- (E) Despesas Gerais e Administrativas
- (F) Despesas Comerciais
- (G) Despesas Financeiras
- (H) Custo Total (D+E+F+G)
- (I) Lucro
- (J) Preço delivered (H+I)

Para cada código cartela foram utilizados coeficientes técnicos para as rubricas de matéria-prima, a qual inclui fios, anilinas e embalagens, destacando-se que a referência para o coeficiente é a produção de 120 pares. Apenas ao final das tabelas de cálculo do valor normal de cada código cartela foi feita a devida divisão para obtenção do valor por par. Conforme já indicado no item 4.1.1, os coeficientes técnicos foram obtidos a partir das listas técnicas dos produtos da Lupo.

Após definidos os coeficientes técnicos, torna-se necessário obter os valores pelos quais foram adquiridas as matérias-primas. A peticionária utilizou, para os nove cálculos, as estatísticas de importação do código do Sistema Harmonizado (SH 6 dígitos) mais representativo de cada rubrica de matéria-prima, extraídas do Trademap, para Hong Kong. Essas informações estão, conforme indicado em suas FAQs, em bases CIF.

Aos valores unitários ou por kg encontrados foram acrescidos os impostos de importação de Hong Kong, cujas alíquotas foram obtidas a partir do sítio eletrônico Market Access Map do International Trade Centre UNCTAD/WTO.

A mão de obra foi a rubrica seguinte da construção do valor normal. O coeficiente técnico foi obtido a partir da média da produção mensal, em P5 da Lupo, por empregado direto e indireto, e correspondeu a [CONFIDENCIAL] pares/mês por empregado, considerando-se a produção de todos os modelos de meias.

A peticionária havia apresentado para Hong Kong informações sobre o salário médio da manufatura, obtidas a partir do sítio eletrônico Trading Economics. Entretanto, a SDCOM optou por também utilizar as informações do salário mensal médio do segmento têxtil obtidas a partir do sítio eletrônico do Ministério do Trabalho de Taipé Chinês, em função de ser esta uma fonte pública oficial, além de a informação disponibilizada pelo Ministério do Trabalho de Taipé Chinês se referir a segmento mais próximo do produto objeto da investigação. Os valores encontrados foram convertidos pela média mensal de P5, conforme cotações divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Desta forma, dividindo-se o preço da mão de obra mensal pelo coeficiente, chega-se ao custo da rubrica, conforme descrito na tabela abaixo:

Coeficiente de mão de obra - Hong Kong [CONFIDENCIAL]	
Empregados na produção (A)	[Conf.]
Diretos	[Conf.]
Indiretos	[Conf.]
Produção média mensal de P5 em pares (B)	[Conf.]
Coeficiente (B/A) em pares/mês (C)	[Conf.]
Salário médio mensal de P5 em US\$ (D)	1.331,92
Custo por par em US\$ (D/C)	[Conf.]
Custo por 120 pares (D/C x 120) em US\$	[Conf.]

Fonte: peticionária

Elaboração: SDCOM

Dada a pulverização das demais rubricas do custo, como já informado acima, a peticionária utilizou como seus coeficientes o percentual que cada uma representa em relação aos fios, a principal matéria-prima, conforme valores da Lupo. Essa metodologia foi utilizada para a determinação das rubricas outros insumos (materiais), energia e água, outros (subcontratados), outros GGF e depreciação.

Para o cálculo das despesas operacionais e do lucro para Hong Kong, também foi utilizada pela ABIT a demonstração financeira do grupo chinês Zhejiang Jasan Holding Group, para o ano de 2019, disponível na internet, conforme já apontado no item 4.1.1 supra. De forma conservadora, a peticionária não utilizou percentuais para receitas/despesas financeiras.

A Zhejiang Jasan Holding Group foi utilizada por ser empresa listada em bolsa e por ser, na descrição da empresa em sua página inicial, "the largest scaled socks manufacturer globally". Além disso, suas informações financeiras já se encontram em inglês e o grupo possui parte relacionada em Hong Kong, como igualmente se observa em sua página eletrônica. Assim, os valores relativos a essas despesas foram divididos pelo CPV, para se apurar o percentual de participação em cada caso. O percentual de lucro havia sido obtido a partir da divisão do valor dessa rubrica pela receita líquida, mas a SDCOM alterou esse cálculo, obtendo-o a partir da divisão do valor do lucro pelo valor absoluto do CPV.

Assim, a tabela abaixo resume as informações utilizadas:

Indicadores financeiros da Zhejiang Jasan em 2019
Em mil RMB

Rubrica	Valores	Percentual
Receita líquida	1.780.369	-
CPV	(1.260.626)	-
Lucro bruto	519.743	-
Despesas gerais, comerciais e administrativas	(206.950)	16,42%
Receitas/despesas financeiras	-	-
Outras receitas/despesas	-	-
Lucro operacional	308.023	24,43%

Fonte: peticionária

Elaboração: SDCOM

Para fins de início, considerou-se que as despesas comerciais abrangeriam eventuais despesas de frete interno, de modo que a construção do valor normal foi considerada como delivered.

A seguir são descritos os valores normais construídos para Hong Kong, em relação a cada um dos nove códigos cartela, conforme descrito no item 4 acima:

[CONFIDENCIAL]					
1	Hong Kong	NCM 6115.95.00	CODIP [Conf.]		Código cartela [Conf.]
	Rubricas		Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
	(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)		[Conf.]	[Conf.]	15,73
	(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)		2,58	[Conf.]	[Conf.]
	(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)		0,01	[Conf.]	[Conf.]
	(B) Mão de obra direta		1.331,92	[Conf.]	[Conf.]
	(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)			[Conf.]	[Conf.]
	(C) Outros custos 2 energia e água			[Conf.]	[Conf.]
	(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)			[Conf.]	[Conf.]
	(C) Outros custos 4 outros GGF			[Conf.]	[Conf.]
	(C) Outros custos 5 depreciação			[Conf.]	[Conf.]
	(D) Custo de Produção (A+B+C)				68,07
	(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas			16,42%	11,17
	(F) Despesas Financeiras			-	-
	(G) Outras Despesas			-	-
	(H) Custo Total (D+E+F+G)				79,24
	(I) Lucro			24,43%	16,63
	(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades				95,87
	(J) Preço delivered (H+I) unitário				0,80

Fonte: peticionária

Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]					
2	Hong Kong	NCM 6115.95.00	CODIP [Conf.]		Código cartela [Conf.]
	Rubricas		Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
	(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)		[Conf.]	[Conf.]	18,85
	(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)		1,61	[Conf.]	[Conf.]
	(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)		0,01	[Conf.]	[Conf.]
	(B) Mão de obra direta		1.331,92	[Conf.]	[Conf.]
	(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)			[Conf.]	[Conf.]
	(C) Outros custos 2 energia e água			[Conf.]	[Conf.]
	(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)			[Conf.]	[Conf.]
	(C) Outros custos 4 outros GGF			[Conf.]	[Conf.]
	(C) Outros custos 5 depreciação			[Conf.]	[Conf.]
	(D) Custo de Produção (A+B+C)				75,74
	(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas			16,42%	12,43
	(F) Despesas Financeiras			-	-
	(G) Outras Despesas			-	-
	(H) Custo Total (D+E+F+G)				88,18
	(I) Lucro			24,43%	18,51
	(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades				106,68
	(J) Preço delivered (H+I) unitário				0,89

Fonte: peticionária

Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

3	Hong Kong	NCM 6115.95.00	CODIP [Conf.]		Código cartela [Conf.]
Rubricas			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[Conf.]	[Conf.]	10,27
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			0,16	[Conf.]	[Conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,01	[Conf.]	[Conf.]
(B) Mão de obra direta			1.331,92	[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[Conf.]	[Conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					58,17
(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas				16,42%	9,55
(F) Despesas Financeiras				-	-
(G) Outras Despesas				-	-
(H) Custo Total (D+E+F+G)					67,71
(I) Lucro				24,43%	14,21
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades					81,93
(J) Preço delivered (H+I) unitário					0,68

Fonte: peticionária

Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

4	Hong Kong	NCM 6115.96.00	CODIP [Conf.]		Código cartela [Conf.]
Rubricas			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[Conf.]	[Conf.]	18,89
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			3,32	[Conf.]	[Conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,01	[Conf.]	[Conf.]
(B) Mão de obra direta			1.331,92	[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[Conf.]	[Conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					79,62
(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas				16,42%	13,07
(F) Despesas Financeiras				-	-
(G) Outras Despesas				-	-
(H) Custo Total (D+E+F+G)					92,69
(I) Lucro				24,43%	19,45
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades					112,14
(J) Preço delivered (H+I) unitário					0,93

Fonte: peticionária

Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

5	Hong Kong	NCM 6115.96.00	CODIP [Conf.]		Código cartela [Conf.]
Rubricas			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			2,56	[Conf.]	[Conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,01	[Conf.]	[Conf.]
(B) Mão de obra direta			1.331,92	[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[Conf.]	[Conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					76,69
(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas				16,42%	12,59
(F) Despesas Financeiras				-	-
(G) Outras Despesas				-	-
(H) Custo Total (D+E+F+G)					89,28
(I) Lucro				24,43%	18,74
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades					108,02
(J) Preço delivered (H+I) unitário					0,90

Fonte: peticionária

Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

6	Hong Kong	NCM 6115.96.00	CODIP [Conf.]		Código cartela [Conf.]
Rubricas			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[Conf.]	[Conf.]	77,90
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			0,16	[Conf.]	[Conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,01	[Conf.]	[Conf.]
(B) Mão de obra direta			1.331,92	[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[Conf.]	[Conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					181,95
(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas				16,42%	29,87
(F) Despesas Financeiras				-	-
(G) Outras Despesas				-	-
(H) Custo Total (D+E+F+G)					211,82
(I) Lucro				24,43%	44,46
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades					256,28
(J) Preço delivered (H+I) unitário					2,14

Fonte: peticionária

Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

7	Hong Kong	NCM 6115.30.10	CODIP [Conf.]		Código cartela [Conf.]
Rubricas			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[Conf.]	[Conf.]	6,03
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			2,56	[Conf.]	[Conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,01	[Conf.]	[Conf.]
(B) Mão de obra direta			1.331,92	[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[Conf.]	[Conf.]

(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)	[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF	[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação	[Conf.]	[Conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)		49,90
(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas	16,42%	8,19
(F) Despesas Financeiras	-	-
(G) Outras Despesas	-	-
(H) Custo Total (D+E+F+G)		58,10
(I) Lucro	24,43%	12,19
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades		70,29
(J) Preço delivered (H+I) unitário		0,59

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]				
8	Hong Kong	NCM 6115.30.10	CODIP [Conf.]	Código cartela [Conf.]
	Rubricas		Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares
				Custo US\$ / 120 pares
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[Conf.]	[Conf.]
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			2,56	[Conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,01	[Conf.]
(B) Mão de obra direta			1.331,92	[Conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[Conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[Conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[Conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[Conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[Conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)				53,76
(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas			16,42%	8,83
(F) Despesas Financeiras			-	-
(G) Outras Despesas			-	-
(H) Custo Total (D+E+F+G)				62,59
(I) Lucro			24,43%	13,14
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades				75,72
(J) Preço delivered (H+I) unitário				0,63

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]				
9	Hong Kong	NCM 6115.30.10	CODIP [Conf.]	Código cartela [Conf.]
	Rubricas		Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares
				Custo US\$ / 120 pares
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[Conf.]	[Conf.]
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			2,56	[Conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,01	[Conf.]
(B) Mão de obra direta			1.331,92	[Conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[Conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[Conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[Conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[Conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[Conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)				46,97
(E) Despesas Gerais, Comerciais e Administrativas			16,42%	7,71
(F) Despesas Financeiras			-	-
(G) Outras Despesas			-	-
(H) Custo Total (D+E+F+G)				54,68
(I) Lucro			24,43%	11,48
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades				66,15
(J) Preço delivered (H+I) unitário				0,55

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

Dessa forma foram obtidos os valores normais para cada um dos nove códigos cartela, divididos em três códigos NCM. Em seguida, por meio de média aritmética simples dos valores normais dos três códigos cartela respectivos de cada NCM, foram obtidos os valores normais para cada uma das três NCMs individualmente.

Ressalta-se que o valor normal do grupo residual "demais NCMs" foi obtido por média aritmética simples dos valores normais dos nove códigos cartela.

E finalmente, ponderando-se o valor normal de cada NCM e do grupo demais NCMs pela participação percentual no volume importado, com base nos dados de importação brasileiras da origem investigada no período de investigação de dumping, obteve-se o valor normal ponderado para Hong Kong, conforme resumido na tabela abaixo:

Valor normal construído [CONFIDENCIAL]								
US\$/par								
Origem	NCM	CODIP	Código cartela Lupo	Valor normal por código cartela	Valor normal por NCM	% da NCM nas importações de Hong Kong	Valor normal construído ponderado	
Hong Kong	6115.95.00	[Conf.]	1	[Conf.]	0,80	0,79	11,6%	0,83
			2	[Conf.]	0,89			
			3	[Conf.]	0,68			
	6115.96.00	[Conf.]	4	[Conf.]	0,93	1,32	5,6%	
			5	[Conf.]	0,90			
			6	[Conf.]	2,14			
	6115.30.10	[Conf.]	7	[Conf.]	0,59	0,59	26,1%	
			8	[Conf.]	0,63			
			9	[Conf.]	0,55			
Demais	-	-	-	-	0,90	56,6%		

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

Assim, para fins início da investigação, obteve-se o valor normal delivered ponderado para Hong Kong no montante de US\$ 0,83/par (oitenta e três centavos de dólar estadunidense por par).

4.1.3.2. Do preço de exportação para fins de início

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da investigação, é o valor recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto objeto da investigação.

Para fins de apuração do preço de exportação de meias originárias de Hong Kong, foram consideradas as respectivas importações brasileiras dessa origem efetuadas no período de análise de dumping, ou seja, as exportações realizadas de julho de 2018 a junho de 2019.

Para permitir a justa comparação com o valor normal apurado, para fins de início da investigação, optou-se por apresentar o preço de exportação FOB (US\$) para meias classificadas nas NCMs 6115.95.00, 6115.96.00, 6115.30.10 e os demais códigos agrupados, originárias de Hong Kong, ponderado pelo volume importado em pares de cada NCM. O valor para o preço de exportação FOB calculado foi em dólares por par, conforme tabela a seguir:

Preço de Exportação [RESTRITO]			
NCM	Valor FOB (US\$)	Volume (em pares)	Preço de Exportação FOB (US\$/par)
6115.95.00	[Rest.]	[Rest.]	[Rest.]
6115.96.00	[Rest.]	[Rest.]	[Rest.]
6115.30.10	[Rest.]	[Rest.]	[Rest.]
Demais	[Rest.]	[Rest.]	[Rest.]
Total	[Rest.]	[Rest.]	0,08

Elaboração: SDCOM

Desse modo, dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da investigação, no período de análise de dumping, pelo respectivo volume importado, apurou-se o preço de exportação ponderado de US\$ 0,08/par (oito centavos de dólares por par).

4.1.3.3. Da margem de dumping para fins de início

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Para fins de início da investigação, apurou-se o valor normal construído por tipo de produto, conforme descrito no item 4.2.1 supra, e, com base nos volumes exportados de meias, conforme descrito anteriormente, foi realizada a ponderação tanto do valor normal como do preço de exportação. Dessa forma, considerou-se que o preço de exportação apurado em base FOB seria comparável com o valor normal construído em base delivered.

Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para Hong Kong.

Margem de Dumping			
Valor Normal US\$/par	Preço de Exportação US\$/par	Margem de Dumping Absoluta US\$/par	Margem de Dumping Relativa (%)
0,83	0,08	0,75	923,0%

Fonte: tabelas anteriores

Elaboração: SDCOM

4.1.4. Do Paraguai

4.1.4.1. Do valor normal para fins de início

De acordo com item "iii" do Art. 5.2 do Acordo Antidumping, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, a petição deverá conter informação sobre os preços pelos quais o produto em questão é vendido quando destinado ao consumo no mercado doméstico do país de origem ou de exportação ou, quando for o caso, informação sobre os preços pelos quais o produto é vendido pelo país de origem ou de exportação a um terceiro país ou sobre o preço construído do produto (valor construído).

Para fins de início da investigação, o valor normal foi obtido a partir de construção com base em metodologia proposta pela peticionária, acompanhada de documentos e dados fornecidos na petição e nas informações complementares sobre custos de produção, acrescidos de montante a título de despesas gerais, administrativas, financeiras e de vendas, bem como de um montante a título de lucro.

Ressalte-se que, tendo em vista a indisponibilidade da composição do custo de empresas produtoras/exportadoras do produto objeto da investigação, a estrutura de custo de produção para a construção do valor normal em cada origem foi determinada a partir da estrutura de custo da Lupo S/A. Nesse sentido, remete-se às explicações acerca da estrutura de custos da Lupo constantes do item 4.1.1 (valor normal da China)

A estrutura de custos dos nove códigos cartela teve as seguintes rubricas, detalhadas na sequência:

- (A) Matéria-Prima 1 - fios - kg
- (A) Matéria-Prima 2 - anilinas - g
- (A) Matéria-Prima 3 - embalagens - unidades
- (B) Mão de Obra Direta
- (C) Outros custos 1 - outros insumos (materiais) - % de fios
- (C) Outros custos 2 - energia e água - % de fios
- (C) Outros custos 3 - outros (subcontratados) - % de fios
- (C) Outros custos 4 - outros GGF - % de fios
- (C) Outros custos 5 - depreciação - % de fios
- (D) Custo de Produção (A+B+C)
- (E) Despesas Gerais e Administrativas
- (F) Despesas Comerciais
- (G) Despesas Financeiras
- (H) Custo Total (D+E+F+G)
- (I) Lucro
- (J) Preço delivered (H+I)

Para cada código cartela foram utilizados coeficientes técnicos para as rubricas de matéria-prima, a qual inclui fios, anilinas e embalagens, destacando-se que a referência para o coeficiente é a produção de 120 pares. Apenas ao final das tabelas de cálculo do valor normal de cada código cartela foi feita a devida divisão para obtenção do valor por par. Conforme já indicado no item 4.1.1, os coeficientes técnicos foram obtidos a partir das listas técnicas dos produtos da Lupo.

Após definidos os coeficientes técnicos, torna-se necessário obter os valores pelos quais foram adquiridas as matérias-primas. A peticionária utilizou, para os cálculos, as estatísticas de importação do código do Sistema Harmonizado (SH 6 dígitos) mais representativo de cada rubrica de matéria-prima, extraídas do Trademap, para o Paraguai. Essas informações estão, conforme indicado em suas FAQs, em bases CIF.

Aos valores unitários ou por kg encontrados foram acrescidos os impostos de importação do Paraguai, cujas alíquotas foram obtidas a partir do sítio eletrônico Market Access Map do International Trade Centre UNCTAD/WTO.

A mão de obra foi a rubrica seguinte da construção do valor normal. O coeficiente técnico foi obtido a partir da média da produção mensal, em P5 da Lupo, por empregado direto e indireto, e correspondeu a [CONFIDENCIAL] pares/ms por empregado, considerando-se a produção de todos os modelos de meias.

A peticionária buscou para o Paraguai informações sobre o salário médio da manufatura, a partir do sítio eletrônico Trading Economics. Entretanto, os dados utilizados foram os do salário mínimo vigente no país, divulgados pelo MTESS - Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social do Paraguai, em função de ser esta uma fonte pública oficial. Os valores encontrados foram convertidos pela média mensal de P5, conforme cotações divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Desta forma, dividindo-se o preço da mão de obra mensal pelo coeficiente, chega-se ao custo da rubrica, conforme descrito na tabela abaixo:

Coeficiente de mão de obra - Paraguai

[CONFIDENCIAL]

Empregados na produção (A)	[Conf.]
Diretos	[Conf.]
Indiretos	[Conf.]
Produção média mensal de P5 em pares (B)	[Conf.]
Coeficiente (B/A) em pares/mês (C)	[Conf.]
Salário médio mensal de P5 em US\$ (D)	350,79
Custo por par em US\$ (D/C)	[Conf.]
Custo por 120 pares (D/C x 120) em US\$	[Conf.]

Fonte: peticionária

Elaboração: SDCOM

Dada a pulverização das demais rubricas do custo, como já informado acima, a peticionária utilizou como seus coeficientes o percentual que cada uma representa em relação aos fios, a principal matéria-prima, conforme valores da Lupo. Essa metodologia foi utilizada para a determinação das rubricas outros insumos (materiais), energia e água, outros (subcontratados), outros GGF e depreciação.

Para o cálculo das despesas comerciais, administrativas e financeiras e do lucro para o Paraguai, a peticionária buscou inicialmente informações oriundas de demonstrativos de empresas produtoras de meias nesse país. Entretanto, segundo apurado pela ABIT, pelo fato de tais empresas não publicarem suas demonstrações - possivelmente devido ao seu porte - não foi possível encontrar números específicos de despesas e lucro daquela origem. Assim, apresentaram-se dados de empresa que, de alguma forma, estivesse associada a alguma empresa paraguaia do ramo de confecções.

Por esse motivo, a peticionária apresentou dados do Grupo Guararapes, alegando ser amplamente conhecida a associação entre este - que controla a empresa Riachuelo a qual, por sua vez, atua na comercialização de meias - e a empresa Paraguai Texcin.

Entretanto, a SDCOM de forma conservadora optou por substituir tais informações pelas da Lupo S.A., obtidas a partir do demonstrativo financeiro disponibilizado publicamente. Verificou-se que as demonstrações financeiras do Grupo Guararapes englobavam diversas atividades para além da confecção, com destaque para o varejo, o que poderia explicar porque as margens de lucro do grupo eram tão superiores às margens de lucro encontradas na petição para empresas do segmento têxtil.

Assim, os valores relativos às despesas comerciais, administrativas e financeiras foram calculados a partir da divisão do saldo de cada uma pelo valor absoluto do CPV, para se apurar o percentual de participação em cada caso. Da mesma forma foi apurado o percentual de lucro.

Assim, a tabela abaixo resume as informações utilizadas:

Indicadores financeiros da Lupo S.A. em 2019

Em mil R\$

Rubrica	Valores	Percentual
Receita líquida	900.968	-
CPV	(625.290)	-
Lucro bruto	275.678	-
Despesas comerciais	(144.295)	23,08%
Despesas gerais e admin	(57.694)	9,23%
Receitas/Despesas financeiras	-10.929	1,75%
Lucro operacional	140.825	22,52%

Fonte: Lupo S.A.

Elaboração: SDCOM

Para fins de início, considerou-se que as despesas comerciais abrangeriam eventuais despesas de frete interno, de modo que a construção do valor normal foi considerada como delivered.

A seguir são descritos os valores normais construídos para o Paraguai, reiterando-se o fato de que, conforme descrito no item 4 acima, pelo fato de não ter havido exportações daquele país na NCM 6115.30.10, foram obtidos valores normais em relação a seis códigos cartela:

[CONFIDENCIAL]

1	Paraguai	NCM 6115.95.00	CODIP [Conf.]		Código cartela [Conf.]
Rubricas			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[Conf.]	[Conf.]	17,99
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			2,27	[Conf.]	[Conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,02	[Conf.]	[Conf.]
(B) Mão de obra direta			350,79	[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[Conf.]	[Conf.]

(C) Outros custos 2 energia e água		[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)		[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF		[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação		[Conf.]	[Conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)			43,46
(E) Despesas Gerais e Administrativas		9,23%	4,01
(F) Despesas Comerciais		23,08%	10,03
(G) Despesas Financeiras		1,75%	0,76
(H) Custo Total (D+E+F+G)			58,26
(I) Lucro		22,52%	9,79
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades			68,05
(J) Preço delivered (H+I) unitário			0,57

Fonte: peticionária

Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

2	Paraguai	NCM 6115.95.00	CODIP [Conf.]		Código cartela [Conf.]
Rubricas			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[Conf.]	[Conf.]	21,55
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			0,76	[Conf.]	[Conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,01	[Conf.]	[Conf.]
(B) Mão de obra direta			350,79	[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[Conf.]	[Conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					47,57
(E) Despesas Gerais e Administrativas				9,23%	4,39
(F) Despesas Comerciais				23,08%	10,98
(G) Despesas Financeiras				1,75%	0,83
(H) Custo Total (D+E+F+G)					63,77
(I) Lucro				22,52%	10,71
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades					74,48
(J) Preço delivered (H+I) unitário					0,62

Fonte: peticionária

Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

3	Paraguai	NCM 6115.95.00	CODIP [Conf.]		Código cartela [Conf.]
Rubricas			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[Conf.]	[Conf.]	11,74
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			0,07	[Conf.]	[Conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,02	[Conf.]	[Conf.]
(B) Mão de obra direta			350,79	[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[Conf.]	[Conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					32,61
(E) Despesas Gerais e Administrativas				9,23%	3,01
(F) Despesas Comerciais				23,08%	7,52
(G) Despesas Financeiras				1,75%	0,57
(H) Custo Total (D+E+F+G)					43,71
(I) Lucro				22,52%	7,34
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades					51,05
(J) Preço delivered (H+I) unitário					0,43

Fonte: peticionária

Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

4	Paraguai	NCM 6115.96.00	CODIP [Conf.]		Código cartela [Conf.]
Rubricas			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[Conf.]	[Conf.]	11,15
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			1,48	[Conf.]	[Conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,02	[Conf.]	[Conf.]
(B) Mão de obra direta			350,79	[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[Conf.]	[Conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					39,71
(E) Despesas Gerais e Administrativas				9,23%	3,66
(F) Despesas Comerciais				23,08%	9,16
(G) Despesas Financeiras				1,75%	0,69
(H) Custo Total (D+E+F+G)					53,23
(I) Lucro				22,52%	8,94
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades					62,14
(J) Preço delivered (H+I) unitário					0,52

Fonte: peticionária

Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]

5	Paraguai	NCM 6115.96.00	CODIP [Conf.]		Código cartela [Conf.]
Rubricas			Preço US\$	Coeficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[Conf.]	[Conf.]	10,55
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			3,13	[Conf.]	[Conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,02	[Conf.]	[Conf.]
(B) Mão de obra direta			350,79	[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[Conf.]	[Conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					38,31
(E) Despesas Gerais e Administrativas				9,23%	3,53
(F) Despesas Comerciais				23,08%	8,84
(G) Despesas Financeiras				1,75%	0,67

(H) Custo Total (D+E+F+G)			51,35
(I) Lucro		22,52%	8,63
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades			59,98
(J) Preço delivered (H+I) unitário			0,50

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

[CONFIDENCIAL]					
6	Paraguai	NCM 6115.96.00	CODIP [Conf.]		Código cartela [Conf.]
	Rubricas		Preço US\$	Coefficiente Técnico / 120 pares	Custo US\$ / 120 pares
(A) Matéria-Prima 1 fios (kg)			[Conf.]	[Conf.]	46,00
(A) Matéria-Prima 2 anilinas (g)			0,07	[Conf.]	[Conf.]
(A) Matéria-Prima 3 embalagens (unidades)			0,02	[Conf.]	[Conf.]
(B) Mão de obra direta			350,79	[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 1 outros insumos (materiais)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 2 energia e água				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 3 outros (subcontratados)				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 4 outros GGF				[Conf.]	[Conf.]
(C) Outros custos 5 depreciação				[Conf.]	[Conf.]
(D) Custo de Produção (A+B+C)					101,70
(E) Despesas Gerais e Administrativas				9,23%	9,38
(F) Despesas Comerciais				23,08%	23,47
(G) Despesas Financeiras				1,75%	1,78
(H) Custo Total (D+E+F+G)					136,33
(I) Lucro				22,52%	22,90
(J) Preço delivered (H+I) / 120 unidades					159,23
(J) Preço delivered (H+I) unitário					1,33

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

Dessa forma foram obtidos os valores normais para seis códigos cartela, divididos em dois códigos NCM. Em seguida, por meio de média aritmética simples dos valores normais dos três códigos cartela respectivos de cada NCM, foram obtidos os valores normais para cada uma das duas NCMs individualmente.

Ressalta-se que o valor normal do grupo residual "demais NCMs" foi obtido por média aritmética simples dos valores normais dos seis códigos cartela.

E finalmente, ponderando-se o valor normal de cada NCM e do grupo demais NCMs pela participação percentual no volume importado, com base nos dados de importação brasileiras da origem investigada no período de investigação de dumping, obteve-se o valor normal ponderado para o Paraguai, conforme resumido na tabela abaixo:

Valor normal construído [CONFIDENCIAL]								US\$/par
Origem	NCM	CODIP	Código cartela Lupo		Valor normal por código cartela	Valor normal por NCM	% da NCM nas importações do Paraguai	Valor normal construído ponderado
Paraguai	6115.95.00	[Conf.]	1	[Conf.]	0,57	0,54	8,1%	0,76
			2	[Conf.]	0,62			
			3	[Conf.]	0,43			
	6115.96.00	[Conf.]	4	[Conf.]	0,52	0,78	91,9%	
			5	[Conf.]	0,50			
			6	[Conf.]	1,33			
Demais	-	-	-	-	0,66	0,0%		

Fonte: peticionária
Elaboração: SDCOM

Assim, para fins início da investigação, obteve-se o valor normal delivered ponderado para o Paraguai no montante de US\$ 0,76/par (setenta e seis centavos de dólar estadunidense por par).

4.1.4.2. Do preço de exportação para fins de início

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da investigação, é o valor recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto objeto da investigação.

Para fins de apuração do preço de exportação de meias originárias do Paraguai, foram consideradas as respectivas importações brasileiras dessa origem efetuadas no período de análise de dumping, ou seja, as exportações realizadas de julho de 2018 a junho de 2019.

Para permitir a justa comparação com o valor normal apurado, para fins de início da investigação, optou-se por apresentar o preço de exportação FOB (US\$) para meias classificadas nas NCMs 6115.95.00 e 6115.96.00, originárias do Paraguai, ponderado pelo volume importado em pares de cada NCM. O valor para o preço de exportação FOB calculado foi em dólares por par, conforme tabela a seguir:

Preço de Exportação [RESTRITO]			
NCM	Valor FOB (US\$)	Volume (em pares)	Preço de Exportação FOB (US\$/par)
6115.95.00	[Rest.]	[Rest.]	[Rest.]
6115.96.00	[Rest.]	[Rest.]	[Rest.]
Total	[Rest.]	[Rest.]	0,22

Elaboração: SDCOM

Desse modo, dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da investigação, no período de análise de dumping, pelo respectivo volume importado, apurou-se o preço de exportação ponderado de US\$ 0,22/par (vinte e dois centavos de dólares por par).

4.1.4.3. Da margem de dumping para fins de início

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Para fins de início da investigação, apurou-se o valor normal construído por tipo de produto, conforme descrito no item 4.3.1 supra, e, com base nos volumes exportados de meias, conforme descrito anteriormente, foi realizada a ponderação tanto do valor normal como do preço de exportação. Dessa forma, considerou-se que o preço de exportação apurado em base FOB seria comparável com o valor normal construído em base delivered.

Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para a China.

Margem de Dumping			
Valor Normal US\$/par	Preço de Exportação US\$/par	Margem de Dumping Absoluta US\$/par	Margem de Dumping Relativa (%)
0,76	0,22	0,54	245,5%

Fonte: tabelas anteriores
Elaboração: SDCOM

4.2. Do dumping para efeitos de determinação preliminar

4.2.1. Da China

Conforme descrito no item 1.6 deste documento, a SDCOM selecionou as empresas chinesas Guangdong Qicaifeixia Knitting Industrial Co., Ltd., Darmita Limited - China, Hang Qian Knitting Co., Ltd, Zhejiang Zhuji Tianxiu Knitting Co Ltd, Yiwu Fu Jia Knitting Factory para responderem o questionário do produtor/exportador, dado que estas empresas representavam o maior percentual de volume de exportação para o Brasil razoavelmente investigável pela SDCOM. Estas empresas, contudo, não atenderam à solicitação da SDCOM de responder ao questionário.

Todavia, a empresa Zhejiang Lifu Textile Co., Ltd., doravante denominada Lifu, apresentou tempestivamente resposta voluntária ao questionário do produtor/exportador. Considerando que as produtoras selecionadas não apresentaram resposta, o questionário submetido pela Lifu foi analisado pela SDCOM e as informações desta empresa são apresentadas neste documento determinação preliminar. Ressalte-se que, por se tratar de questionário voluntário, a margem de dumping apurada para a empresa no âmbito desta investigação servirá tão somente para apuração de sua margem e eventual direito individual, vez que, nos termos do caput c/c § 1º do art. 80:

Art. 80. Nas situações em que, nos termos do art. 28, tenha sido determinado que a análise de casos individuais resultaria em sobrecarga despropositada para o DECOM ou em impedimento à conclusão da investigação nos prazos estabelecidos, serão aplicados direitos antidumping individuais de mesmo valor para todos os produtores ou exportadores conhecidos que, mesmo não tendo sido incluídos na seleção, tenham fornecido as informações solicitadas no § 6º e no § 7º do art. 28.

§ 1º Os direitos antidumping individuais de mesmo valor a que faz referência o caput serão calculados com base na média ponderada da margem de dumping apurada para os produtores ou exportadores incluídos na seleção efetuada nos termos do art. 28.

Assim, a apuração de margem de dumping e de eventual direito antidumping não deverá ser utilizada para a apuração dos direitos antidumping para os demais produtores/exportadores chineses não selecionados.

4.2.1.1. Das empresas selecionadas

Tendo em conta a ausência de cooperação dos produtores exportadores chineses, selecionados, a margem de dumping para estas empresas foi apurada com base nos fatos disponíveis, conforme previsto no §3º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, de modo que foram utilizadas, para fins de determinação preliminar, as informações disponíveis quando do início da investigação.

Considerando que não foi questionada a metodologia de construção do valor normal apresentado para fins de início da investigação e que tampouco foram apresentados comentários nos demais elementos do cálculo, não serão reproduzidas novamente nesta seção, por economia processual, as etapas para apuração da margem de dumping, já detalhadas no item 4.1 deste documento.

E - Despesas gerais e administrativas-G\$	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
F - Despesas (receitas) financeiras -G\$	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
G - Outras despesas (receitas)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
H - custo de produção total (moeda local)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
I- Lucro	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
VNC - moeda local	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
VNC - USD	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Quantidade Vendida (kg)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
VNC USD/kg	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]

Fonte: Hoahi
Elaboração: SDCOM

Deste modo o valor normal construído, em base ex fabrica, ponderado por cada CODIP com base nas exportações para o Brasil, alcançou USD 5,25/kg (Cinco dólares estadunidenses e vinte cinco centavos por quilograma).

4.2.3.3. Do preço de exportação

Segundo informações apresentadas pela Hoahi, durante o período de investigação, as exportações para o Brasil foram destinadas tanto a partes relacionadas quanto não relacionadas. A empresa indicou que exportou volume de [RESTRITO] kg de meias para o Brasil no período de investigação de dumping, [RESTRITO] kg para o importador relacionado Altomax e [RESTRITO] kg para importadores não relacionados,. Com efeito, a apuração do preço de exportação considerou esses dois canais e vendas.

O preço de exportação para partes relacionadas foi reconstruído, por CODIP e categoria de cliente, a partir dos dados de vendas fornecidos pela empresa importadora relacionada Altomax ao primeiro comprador independente, de acordo com o art. 21 do Decreto nº 8.058, de 2013. Já preço de exportação para partes não relacionadas considerou, nos termos do art. 18 do Regulamento Brasileiro, as vendas realizadas diretamente pela Hoahi, por CODIP e categoria de cliente. Do preço de exportação reportado pela empresa foram deduzidos os impostos incidentes sobre a operação (imposto de maquila, correspondente a 1% das exportações, as despesas indiretas e o custo de embalagem. Registre-se que a empresa não reportou adequadamente o custo com embalagem, uma vez que não foi explicado como foi obtido o valor de despesa unitária de embalagem por par na memória de cálculo encaminhada na resposta ao questionário. Desse modo, para fins de determinação preliminar, foi utilizado, como melhor informação disponível, o custo de embalagem correspondente a [CONFIDENCIAL] USD/kg, apurado com base no maior custo de embalagem disponível nos autos do processo para o Paraguai. Partir dos cálculos realizados alcançou-se o preço de exportação em base ex fabrica em USD/kg, nas vendas diretas da Hoahi.

No que se refere às exportações para partes relacionadas, do preço bruto, em R\$/kg, fornecido pelo importador relacionado, Altomax, foram deduzidos inicialmente os impostos, descontos e abatimentos e frete sobre vendas incorridos pelo revendedor relacionado. Na sequência foram deduzidas as despesas diretas e indiretas de venda; as despesas gerais e administrativas e as despesas de manutenção de estoque, as quais foram recalculadas como percentual em relação à receita líquida apuradas a partir da demonstração financeira da Altomax. Na sequência foi deduzida margem de lucro correspondente a [CONFIDENCIAL] %, apurada com base no demonstrativo financeiro de empresa importadora independente que participa da mesma investigação [CONFIDENCIAL], referente ao ano de 2018, alcançando-se o valor DAP internado no Brasil, em R\$/kg.

Foram, em seguida, deduzidas as despesas de internação incorridas pela Altomax, que foram apuradas a partir da resposta da própria empresa ao questionário do importador, de modo que o montante das despesas de internação foi dividido pela quantidade importada pela própria Altomax. Deste modo foi apurado o valor DAP, em R\$/kg. Considerou-se que para as exportações do Paraguai para o Brasil não há incidência do imposto de importação e do AFRMM. O preço DAP foi convertido para dólares estadunidenses por meio da taxa de câmbio apurada para o dia da venda por meio das cotações identificadas no Banco Central do Brasil. Na sequência foram deduzidos o frete e o seguro internacional, os quais foram apurados da mesma forma que as despesas de internação, bem as despesas de embalagem, de venda e o imposto incidente sobre as exportações no regime de maquila do Paraguai reportados pela Hoahi em sua resposta ao questionário, determinando-se assim o preço CPT no Paraguai, em USD/kg. Por fim foram deduzidas as despesas indiretas de vendas incorridas pela Hoahi nas vendas para a Altomax, as quais foram apuradas a partir dos dados fornecidos pela Hoahi em sua resposta ao questionário. Foram igualmente deduzidas as despesas com embalagens, apuradas com base na melhor informação disponível, atingindo-se o preço ex fabrica, em USD/kg.

Os preços de exportação para partes relacionadas e independentes, por CODIP e categoria de cliente, foram ponderados pela respectiva quantidade exportada. Dessa forma, o preço de exportação da Hoahi, na condição ex fabrica, alcançou US\$ 5,87 US\$/kg (cinco dólares estadunidenses e oitenta e sete centavos por quilograma)

4.2.3.4. Da margem de dumping

O cálculo da margem de dumping absoluta, definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e da margem de dumping relativa, definida como a razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação, são explicitadas no quadro a seguir:

Margem de Dumping -Hoahi			
Valor Normal (US\$/kg)	Preço de Exportação (US\$/kg)	Margem Absoluta de Dumping (US\$/kg)	Margem Relativa de Dumping
5,25	5,87	-0,62	-10,5%

Fonte: Questionário do produtor/exportador.

Elaboração: SDCOM

4.2.4. Das Manifestações acerca do dumping

Em manifestação de 04 de dezembro de 2020, a Hoahi S/A apresentou manifestação apontando suposta inexistência de dumping. Aduziu a empresa que como opera no regime de maquila, sequer lhe é permitido realizar vendas no mercado interno paraguaio, tampouco houve exportações para terceiros países no período investigado. Assim, os custos associados à produção e às vendas de meias teriam sido totalmente absorvidos pelas exportações realizadas para o Brasil, e tais operações gerariam lucro para Hoahi, isto é, foram realizadas a preços acima do custo total, aí incluídos o custo de fabricação e as despesas operacionais associadas à produção e às vendas das mercadorias, bem como margem de lucro razoável. Deste modo, nos termos da legislação multilateral e pátria, não há que se falar em dumping para a empresa.

Em 15 de fevereiro de 2021, a ABIT afirmou que as elevadas margens de dumping apuradas para fins de início evidenciariam quão desleais são os preços praticados pelos exportadores investigados em suas vendas de meias para o Brasil. Acrescentou ainda que a empresa exportadora Hoahi apresentou seu questionário de forma incorreta por não ter respeitado o CODIP conforme orientações da SDCOM. Destacou ainda que o Ofício Circular nº 92/2020 é de 21 de setembro, e a Hoahi apresentou seu questionário quase dois meses depois, o que seria, na opinião da ABIT, tempo mais que suficiente para preencher o documento de acordo com o que se exigia. Assim, no entendimento da ABIT, a SDCOM deve desconsiderar as informações do questionário da empresa e fazer uso, conseqüentemente, da melhor informação disponível, nos termos da legislação brasileira.

4.2.5. Do Posicionamento da SDCOM

Em relação ao comentário da Hoahi de que a empresa não teria praticado dumping no período de investigação, os cálculos preliminares apresentados neste documento confirmam a aparente ausência de dumping nas exportações da empresa para o Brasil. Contudo, a investigação prosseguirá, uma vez que a produtora/exportadora paraguaia ainda deve responder ao ofício de informações complementares encaminhado pela SDCOM e terá suas respostas ao questionário e aos ofícios sujeitas a procedimento de verificação, nos termos da IN nº 1, de 2020.

Ademais, sobre o comentário da empresa de que suas operações de exportação geram lucro e que, nos termos da legislação pátria e multilateral, não haveria dumping, para fins de determinação final, uma vez verificada a inexistência de vendas no curso normal de negócios no mercado interno do Paraguai, a SDCOM avaliará se de fato a margem de lucro reportada pela empresa com base exclusivamente em exportações se configura como uma margem de lucro no curso normal de negócios, nos termos do Artigo 2.2.2 do Acordo Antidumping, após análise das respostas aos pedidos de informações complementares encaminhados à empresa.

No que tange às manifestações da ABIT, a despeito de a Hoahi ter apresentado resposta ao questionário baseada em CODIP distinto daquele informado no questionário, importa ressaltar que a resposta da empresa com base no CODIP por ela proposto permitiria que a SDCOM apurasse a margem de dumping com base no CODIP anteriormente indicado na resposta ao questionário, uma vez que o CODIP sugerido pela empresa foi mais detalhado do que o CODIP sugerido originalmente pela ABIT. Além disso, tendo em conta as manifestações recebidas após o início da investigação, houve alteração no CODIP inicialmente proposto, de modo que a empresa, assim com as demais partes interessadas que aportaram os dados demandados pela SDCOM, terá que reapresentar suas informações com base no novo CODIP. Por esta razão não se poderia desconsiderar, para fins de determinação preliminar, a resposta da Hoahi.

4.3. Da conclusão sobre dumping

As margens de dumping apuradas nos itens 4.1.1 e 4.2.2 demonstram, preliminarmente, a prática de dumping nas exportações de meias para o Brasil, originárias da China e de Hong Kong, realizadas no período de julho de 2018 a junho de 2019.

Em relação ao Paraguai, contudo, a margem apurada no item 4.2 supra, não demonstrou, preliminarmente, a prática de dumping nas exportações dessa origem para o Brasil. Não obstante o resultado encontrado, a investigação terá continuidade, tendo em conta que os dados e informações apresentados pela empresa Hoahi foram objeto de solicitação de informações complementares e ainda serão objeto de verificação, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 17 de agosto de 2020.

5. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro de meias. O período de análise corresponde ao período considerado para fins de determinação de existência de dano à indústria doméstica.

Para efeito da análise relativa à determinação preliminar, assim como no início da investigação, considerou-se de acordo com o § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013, o período de julho de 2014 a junho de 2019, dividido da seguinte forma:

- P1 - julho de 2014 a junho de 2015;
- P2 - julho de 2015 a junho de 2016;
- P3 - julho de 2016 a junho de 2017;
- P4 - julho de 2017 a junho de 2018; e
- P5 - julho de 2018 a junho de 2019.

5.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de meias importadas pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes a todos os 24 subitens da posição 6115 e a todos os 4 subitens da posição 6111 da NCM, fornecidos pela SERFB.

Da posição 6115, que compreende as meias-calças e meias de qualquer espécie de malha, foram excluídos da análise dos dados de importação aqueles produtos aparentemente classificados de forma equivocada, como polainas, canelitos, calça legging, entre outros. Não foram identificadas operações de importação de meias para animais, a exclusão requerida pela petionária, nesta posição.

Da posição 6111, que compreende todo o vestuário e seus acessórios, de malha, para bebês, foram excluídos todos os demais produtos que não estavam em conformidade com a descrição que consta do item 2.1, tais como bodys, calças, macacões, babadores, suéteres, casacos, blusas, camisas, gorros, shorts, etc. Também não foram identificadas importações de meias para animais nesta posição.

5.1.1. Da avaliação cumulativa das importações

Nos termos do art. 31 do Decreto nº 8.058, de 2013, para fins de início da investigação, os efeitos das importações investigadas foram tomados de forma cumulativa, uma vez verificado que:

I. as margens relativas de dumping de cada uma das origens investigadas não foram de minimis, ou seja, não foram inferiores a 2% (dois por cento) do preço de exportação, conforme previsão do § 1º do artigo;

II. os volumes individuais das importações originárias desses países não foram insignificantes, isto é, representaram mais que 3% (três por cento) do total importado pelo Brasil, nos termos do § 2º do mesmo artigo; e

III. a avaliação cumulativa dos efeitos das importações foi considerada apropriada tendo em vista que: (a) não há elementos nos autos da investigação indicando a existência de restrições às importações de meias que pudessem indicar a existência de condições de concorrência distintas entre os países investigados; e (b) não foi evidenciada nenhuma política que afetasse as condições de concorrência entre o produto objeto da investigação e o similar doméstico. Tanto o produto importado quanto o produto similar concorrem no mesmo mercado, são fisicamente semelhantes e possuem elevado grau de substituíbilidade, sendo indiferente a aquisição do produto importado ou da indústria doméstica.

Todavia, para fins desta determinação preliminar, observou-se que não foi encontrada prática de dumping nas exportações da produtora/exportadora paraguaia Hoahi para o Brasil. Tendo em vista que a empresa, responsável por 99,5% do volume exportado por aquele país ao Brasil em P5, foi a única produtora/exportadora daquela origem selecionada para responder ao questionário encaminhado pela SDCOM, considerou-se, preliminarmente, que não houve prática de dumping nas exportações do Paraguai para o Brasil.

Assim, para fins desta determinação preliminar, os quadros a seguir serão apresentados segregando as importações de meias originárias do Paraguai, uma vez que, diferentemente do encontrado para fins de início da investigação, nos termos inciso I do art. 31 do Regulamento Brasileiro, não seria possível realizar a avaliação cumulativa dos efeitos das importações do Paraguai com as importações de Hong Kong e China, para as quais se verificou preliminarmente a existência da prática de dumping.

Ressalte-se, contudo, que o questionário apresentado pela Hoahi foi objeto de ofício de informações complementares cuja resposta ainda será analisada pela SDCOM, uma vez que o prazo de resposta vence após a data de corte estabelecida para elaboração desta determinação preliminar. Ademais, nos termos da IN nº 1, de 2020, os dados submetidos pela empresa ainda serão objeto de verificação. Desse modo, a SDCOM seguirá com a investigação sobre prática de dumping nas exportações de meias do Paraguai para o Brasil e emitirá sua conclusão definitiva em sede de determinação final.

5.1.2. Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes, em mil pares, de importações totais de meias no período de análise de dano à indústria doméstica:

Importações totais (em números-índices) [RESTRITO]						
Origem	P1	P2	P3	P4	P5	
China	100,0	61,6	89,5	149,8	306,0	
Hong Kong	100,0	44,8	863,7	1.056,9	2.460,3	
Paraguai	100,0	63,5	380,6	621,7	787,6	
Total (origens investigadas)	100,0	61,3	139,6	221,7	412,1	
Total (origens investigadas exceto Paraguai)	100,0	66,0	514,0	277,7	517,2	
Estados Unidos	-	100,0	-	185,5	403,5	
Bangladesh	100,0	95,9	40,6	30,5	29,6	
Paquistão	100,0	35,2	9,6	19,9	10,8	
Indonésia	100,0	122,3	198,8	354,4	331,1	
Turquia	100,0	24,2	51,7	53,9	83,6	
Outras origens*	100,0	55,4	40,5	45,0	56,9	
Total (exceto investigadas)	100,0	61,6	89,5	149,8	306,0	
Total Geral	100,0	60,2	120,3	187,3	343,0	

*As outras origens são: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Bulgária, Camboja, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Croácia, Dinamarca, Egito, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Eslovênia, Espanha, Etiópia, Filipinas, França, Guatemala, Honduras, Hungria, Ilhas Virgens (Britânicas), Índia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Madagascar, Malta, México, Mianmar (Birmânia), Nepal, Noruega, Países Baixos (Holanda), Panamá, Peru, Polônia, Porto Rico, Portugal, Reino Unido, República Dominicana, Romênia, Rússia, Sérvia, Singapura, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Tailândia, Taiwan (Formosa), República Tcheca, Tunísia, Uruguai e Vietnã.

Fonte: SERFB

Elaboração: SDCOM

O volume das importações brasileiras de meias das origens investigadas teve queda de 38,7% de P1 para P2 e aumentou 127,6% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 58,8% entre P3 e P4 e crescimento de 85,9% considerando o intervalo entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de volume das importações brasileiras das origens investigadas revelou variação positiva de 312,1% em P5, comparativamente a P1.

Já o volume das importações brasileiras de meias das origens investigadas exceto Paraguai teve queda de 38,9% de P1 para P2 e aumentou 84,1% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 57,1% entre P3 e P4 e crescimento de 109,3% considerando o intervalo entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de volume das importações brasileiras das origens investigadas revelou variação positiva de 269,8% em P5, comparativamente a P1.

Com relação às importações brasileiras das demais origens, houve redução de 44,6% entre P1 e P2 e de 26,9% de P2 para P3. De P3 para P4 houve crescimento de 11,1% e entre P4 e P5, o indicador sofreu elevação de 26,4%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de volume das importações brasileiras do produto das demais origens apresentou contração de 43,1%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Avaliando a variação de importações brasileiras totais no período analisado, entre P1 e P2 verifica-se diminuição de 39,8%. Observa-se ainda elevação de 99,9% entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4 houve crescimento de 55,7%. Entre P4 e P5, o indicador mostrou ampliação de 83,1%. Analisando-se todo o período, importações brasileiras totais de origem apresentou expansão da ordem de 243,0%, considerado P5 em relação a P1.

Deve-se observar que, ao longo de todo o período, houve aumento da participação do volume importado das origens investigadas em relação ao volume total importado, correspondente a [RESTRITO] p.p. de P1 a P5. As importações das origens investigadas representaram [RESTRITO] do volume total importado pelo Brasil, em cada período, de P1 a P5, respectivamente. Ao se desconsiderar as importações originárias do Paraguai, o resultado encontrado foi de [RESTRITO] A participação das importações das outras origens no volume total importado, por sua vez, passou de [RESTRITO] em P5.

5.1.3. Do valor e do preço das importações

Para tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor e do preço CIF das importações totais de meias no período de análise de dano à indústria doméstica (julho de 2014 a junho de 2019).

Valor das importações totais (US\$ CIF, em números índices) [RESTRITO]					
Origem	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	63,0	61,7	104,9	155,8
Hong Kong	100,0	53,5	373,7	820,9	922,7
Paraguai	100,0	55,5	348,4	533,4	641,4
Total (origens investigadas)	100,0	62,2	89,3	150,4	206,6
Total (origens investigadas exceto Paraguai)	100,0	78,4	185,3	127,0	179,5
Estados Unidos	-	100,0	-	292,9	538,7
Bangladesh	100,0	105,9	49,1	31,7	31,7
Paquistão	100,0	39,6	6,9	15,5	8,9
Indonésia	100,0	127,6	162,3	234,2	237,5
Turquia	-	-	-	-	-
Outras origens	100,0	50,7	72,8	68,9	86,3
Total (exceto investigadas)	100,0	69,7	64,3	60,9	72,3
Total Geral	100,0	63,0	61,7	104,9	155,8

Fonte: SERFB

Elaboração: SDCOM

Verificou-se o seguinte comportamento nos valores importados das origens investigadas: redução de 37,8%, de P1 para P2, e consecutivos aumentos de 43,4%, de P2 para P3, de 68,4%, de P3 para P4, e de 37,4%, de P4 para P5. Quando considerado todo o período investigado, de P1 a P5, verificou-se crescimento de 106,6%.

Quando se desconsideram as importações do Paraguai, o valor das origens investigadas objeto da prática de dumping apresentou o seguinte comportamento: redução de 37,2%, de P1 para P2, e consecutivos aumentos de 7,5%, de P2 para P3, de 75,1%, de P3 para P4, e de 43,8%, de P4 para P5. Quando considerado todo o período investigado, de P1 a P5, verificou-se crescimento de 70,0%.

Quando analisadas as importações das demais origens, foram observados decréscimos dos valores nos três primeiros períodos: 30,3%, 7,7% e 5,4% em P2, P3 e P4, respectivamente, sempre em relação ao período anterior. Entre P4 e P5, o indicador teve elevação de 18,8%. Considerando todo o período de investigação, evidenciou-se redução de 27,7% nos valores importados das outras origens.

O valor total das importações brasileiras, em comparação a P1, decresceu 35,3% em P2, mas registrou crescimento sucessivo nos demais períodos, na comparação com o período imediatamente anterior: 25,2% em P3, 49,1% em P4 e 34,3% em P5. Se comparados P1 e P5, verificou-se crescimento de 62,2% no valor total das importações de meias.

Preço das importações totais (US\$ CIF/par, em números índices) [RESTRITO]					
Origem	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	102,2	68,9	70,0	50,9
Hong Kong	100,0	119,3	43,3	77,7	37,5
Paraguai	100,0	87,5	91,5	85,8	81,4
Total (origens investigadas)	100,0	101,5	64,0	67,8	50,1
Total (origens investigadas exceto Paraguai)	100,0	118,8	36,0	45,7	34,7
Estados Unidos	-	100,0	-	157,9	133,5
Bangladesh	100,0	110,5	120,9	104,0	107,4
Paquistão	100,0	112,6	71,8	78,0	82,5
Indonésia	100,0	104,4	81,6	66,1	71,7
Turquia	100,0	209,5	140,8	127,7	103,3
Outras origens	100,0	125,8	158,8	135,2	127,0
Total (exceto investigada)	100,0	107,5	67,4	64,5	47,3
Total Geral	100,0	102,2	68,9	70,0	50,9

Fonte: SERFB

Elaboração: SDCOM

Observou-se que o preço CIF médio por par das importações brasileiras de meias das origens investigadas manteve-se estável de P1 para P2. De P2 para P3, observou-se queda de 37,1%. De P3 para P4, voltou a avançar 4,5%, ao passo que, de P4 para P5, apresentou recuo de 26,1%. De P1 para P5, o preço de tais importações registrou queda de 51,4%.

Quando se desconsideram as importações do Paraguai o preço CIF médio por par das origens investigadas apresentou o seguinte comportamento: estabilidade entre P1 e P2, queda de 41,6% de P2 para P3 e de 31,3%, de P4 para P5 e aumento de 11,5%, de P3 para P4. Quando considerado todo o período investigado, de P1 a P5, verificou-se queda de 54,0%.

Em relação ao preço CIF médio por par de outras origens, verificaram-se aumentos de 25,4% em P2 e 25,8% em P3 e recuos de 14,3% em P4 e 6,2% em P5, sempre na comparação com o período imediatamente anterior. Na comparação entre P1 e P5, o preço de tais importações apresentou aumento de 26,8%.

Com relação ao preço médio do total das importações brasileiras de meias, houve aumento de 7,1% de P1 para P2, seguido de quedas sucessivas de 37,8%, 3,6%, 25,9% em P3, P4 e P5, respectivamente, sempre em relação ao período anterior. Ao longo do período de investigação de dano, houve queda de 52,4% no preço médio das importações totais.

5.2. Do mercado brasileiro

Como não houve consumo cativo por parte da indústria doméstica, o mercado brasileiro se equivale ao consumo nacional aparente (CNA) do produto no Brasil.

Para dimensionar o mercado brasileiro de meias, foram consideradas as quantidades vendidas no mercado interno informadas pela indústria doméstica, bem como as quantidades importadas totais apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela SERFB, apresentadas no item anterior. As vendas internas da indústria doméstica, que compõe o conjunto de 35 empresas, conforme tratado no item 3, incluem apenas as vendas de fabricação própria. As vendas de produtos importados estão incluídas nos dados relativos às importações.

Ressalte-se que, em se tratando de indústria fragmentada, o volume das vendas dos outros produtores domésticos foi estimado, e a metodologia de cálculo se descreve a seguir.

Buscou-se, inicialmente, estimar os dados da produção nacional de meias referentes ao período de dano à indústria doméstica (julho de 2014 a junho de 2019), com base em painel de pesquisa realizada pelo IEMI anualmente.

O painel (doravante "Painel IEMI") apura, junto a um grupo de empresas do setor de vestuário, os dados anuais de pessoal ocupado, produção por linha, gênero e produto, canais de distribuição, maquinário etc. A pesquisa teria, de acordo com a petionária, cobertura nacional, amostras por polo produtor, porte das empresas, linhas e produtor.

No "Painel IEMI" 2019, foi entrevistado um total de 43 empresas de vestuário fabricantes de meia, segmentadas por porte. Com base nessa amostra de 43 empresas, foi calculado o percentual de ocorrência de empresas que fabricam meias dentro da amostra total de empresas entrevistadas no painel, de acordo com o tamanho do estabelecimento.

Para dimensionar o número total de empresas produtoras de meias, o IEMI consultou o site do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho e Emprego) e considerou apenas aquelas que, em 1º de janeiro de cada ano, operaram legalmente, ou seja, com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com pelo menos um produto em linha contínua de produção e acima de cinco empregados na produção. A pesquisa descartou as empresas com menos de cinco empregados, consideradas de porte não industrial e que atuam como oficinas e prestadoras de serviços para a mão-de-obra de indústrias.

Os estabelecimentos considerados como produtores de meias correspondem, de acordo com o IEMI, aos seguintes códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: CNAE 1421-5 (Fabricação de meias) e o CNAE 14.12-6 (Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas). O código CNAE 14.12-6 é também incluído no levantamento, tendo em vista a constatação de que existem empresas produtoras de meias não classificadas na CNAE específica de meias (1421-5), uma vez que fabricam meias e outras peças de vestuário.

O número de unidades produtoras de meias no Brasil classificadas na CNAE exclusiva de fabricação de meias (1412-5) foi 91 em 2018. O número unidades produtivas de meias classificadas na CNAE 1412-6 foi estimado em 312, com base no percentual de ocorrência de empresas que fabricam meias dentro da amostra total do "Painel IEMI". Somando o número de estabelecimentos da CNAE 1412-5 àquele obtido para a CNAE 1412-6, o número de produtores de meias foi estimado em 401.

A tabela abaixo resume a metodologia utilizada, sendo:

- (a) número de empresas de vestuário entrevistadas no "Painel IEMI" de 2019, segmentadas por porte (número de funcionários);
 (b) número de empresas de vestuário fabricantes de meias entrevistadas no "Painel IEMI" de 2019, segmentadas por porte (número de funcionários);
 (c) o percentual obtido pela divisão da coluna (b) pela coluna (a); essa é, portanto, a ocorrência de empresas fabricante de meias na amostra total de empresas entrevistadas;
 (d) número de estabelecimentos do CNAE 1412-6 (Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas) da RAIS de 2017;
 (e) estimativa de estabelecimentos que produzem meias, calculada com base na multiplicação da coluna (c) pela coluna (d);
 (f) número de estabelecimentos do CNAE 1421-5 (Fabricação de meias) da RAIS de 2017;
 (g) estimativa do número de estabelecimentos fabricantes de meia, ou seja, a soma das colunas (e) e (f).

Estimativa do número de unidades produtoras de meias [RESTRITO]

Em números-índices

Tamanho dos estabelecimentos	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
Até 19 funcionários*	21,8	9,3	100,0	70,6	59,0	53,8	57,9
De 20 a 49	30,2	18,6	143,8	20,3	24,5	20,9	23,7
De 50 a 99	27,1	23,3	200,0	6,1	10,3	12,1	10,7
De 100 a 249	21,0	16,3	181,3	2,3	3,5	6,6	4,2
De 250 a 499	-	11,6	-	0,4	0,6	3,3	1,2
De 500 a 999	-	11,6	-	0,2	1,3	1,1	1,2
1000 ou mais	-	9,3	-	0,0	0,6	2,2	1,0
Total	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0

*Excetuando-se aqueles de 0 a 4 funcionários.

Fonte: ABIT

A partir da base amostral de 43 empresas, o IEMI estimou que a produção nacional de meias, em 2018, foi de [RESTRITO] pares, conforme tabela abaixo. Observe-se que para empresas com mais de 250 funcionários, a produção foi diretamente aferida e não estimada:

Estimativa da produção de meias [RESTRITO]

Em números-índices

Porte	Empresas	Produção	Média de produção/ empresa	Estimativa de unidades produtivas de meias	Estimativa aproximada da produção de meias
Até 19 funcionários	9,3	1,8	100,0	57,9	33,3
De 20 a 49	18,6	5,6	152,7	23,7	20,8
De 50 a 99	23,3	10,6	231,7	10,7	14,3
De 100 a 249	16,3	13,1	408,1	4,2	10,0
De 250 a 499	11,6	13,0	Soma direta (1)	1,2	4,1
De 500 a 999	11,6	10,4	Soma direta (1)	1,2	3,3
1000 ou mais	9,3	45,5	Soma direta (1)	1,0	14,2
Total	100,0	100,0		100,0	100,0

(1) para grandes empresas, a amostra representa 100% do universo e os volumes informados são somados diretamente, sem estimativas

Fonte: ABIT

Utilizando a mesma metodologia, foi também projetada a produção de meias dos anos de 2014 a 2019. Por fim, para estimar a produção de anos fracionados, foi utilizada a PIM (Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Industrial) do IBGE, que oferece números-índices da evolução mensal da produção física no setor de vestuário, baseado no acompanhamento de um painel fixo de empresas produtoras.

A produção nacional de meias foi estimada conforme tabela a seguir:

Produção nacional de meias [RESTRITO]

Em números-índices

Período	Em 1.000 pares
P1	100,0
P2	94,0
P3	97,2
P4	98,2
P5	98,6

Fonte: ABIT

A petionária calculou as vendas totais no mercado brasileiro de cada período subtraindo, da produção estimada para cada período, as quantidades exportadas no respectivo período, extraídas dos dados de exportação da SERFB. As vendas da indústria doméstica, por sua vez, constituem o somatório das vendas reportadas pelo conjunto das 35 empresas que compõem a indústria doméstica, conforme item 3 supra. Por fim, as vendas das outras empresas correspondem à diferença entre as vendas totais dos produtores nacionais no mercado brasileiro e as vendas da indústria doméstica.

Mercado brasileiro (pares) [RESTRITO]

Em números-índices

Período	Vendas indústria doméstica	Vendas outras empresas	Importações origens investigadas	Importações outras origens	Mercado brasileiro
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	95,5	93,3	61,3	55,4	89,3
P3	98,9	96,4	139,6	40,5	100,3
P4	98,5	97,9	221,7	45,0	110,3
P5	103,0	96,9	412,1	56,9	132,1

Fonte: SERFB e petionária

Elaboração: SDCOM

Observou-se que o mercado brasileiro de meias apresentou retração de 10,7% de P1 para P2, mas registrou expansão sucessiva de 12,3% de P2 para P3, de 10,0% de P3 para P4 e de 19,8% de P4 para P5. Ao analisar os extremos da série, ficou evidenciado um crescimento do mercado brasileiro de 32,1%.

O quadro a seguir apresenta o mercado brasileiro considerando de forma separada as importações do Paraguai das demais origens investigadas:

Mercado brasileiro (em mil pares) [RESTRITO]

Em números-índices

Período	Vendas indústria doméstica	Vendas outras empresas	Importações			Mercado brasileiro
			Origens investigadas (exceto Paraguai)	Paraguai	Outras origens	
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	95,5	93,3	61,1	63,5	55,4	89,3

P3	98,9	96,4	112,5	380,6	40,5	100,3
P4	98,5	97,9	176,7	621,7	45,0	110,3
P5	103,0	96,9	369,8	787,6	56,9	132,1

Fonte: SERFB e petição
Elaboração: SDCOM

5.3. Da evolução das importações

5.3.1. Da participação das importações no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de meias.

Participação no mercado brasileiro (pares) [RESTRITO]

Período	Mercado brasileiro (A)	Importações origens investigadas (B)	Participação no mercado brasileiro (%) (B/A)	Importações outras origens (C)	Em números-índices
					Participação no mercado brasileiro (%) (C/A)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	89,3	61,3	69,1	55,4	62,1
P3	100,3	139,6	140,0	40,5	40,4
P4	110,3	221,7	201,8	45,0	40,8
P5	132,1	412,1	312,7	56,9	43,1

Fonte: SERFB e petição
Elaboração: SDCOM

Observou-se que o indicador de participação das importações das origens investigadas no mercado brasileiro diminuiu [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e aumentou [RESTRITO] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de [RESTRITO] p.p. entre P3 e P4 e crescimento de [RESTRITO] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de participação das importações das origens investigadas no mercado brasileiro revelou variação positiva de [RESTRITO] p.p. em P5, comparativamente a P1.

Com relação à participação das importações das demais origens no mercado brasileiro ao longo do período em análise, houve redução de [RESTRITO] p.p. entre P1 e P2. De P2 para P3, é possível detectar retração de [RESTRITO] p.p. e nos períodos subsequentes não houve crescimento ou diminuição consideráveis. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de participação das importações das demais origens no mercado brasileiro apresentou contração de [RESTRITO] p.p., considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

O quadro a seguir apresenta a participação no mercado brasileiro considerando de forma separada as importações do Paraguai das demais origens investigadas:

Participação no mercado brasileiro (em mil pares e percentual) [RESTRITO]

Período	Mercado brasileiro (A)	Importações origens investigadas exc. Paraguai (B)	Participação no mercado brasileiro (%) (B/A)	Importações Paraguai (C)	Em números-índices
					Participação no mercado brasileiro (%) (C/A)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	89,3	61,1	68,7	63,5	72,7
P3	100,3	112,5	112,1	380,6	381,8
P4	110,3	176,7	160,6	621,7	572,7
P5	132,1	369,8	280,8	787,6	609,1

Fonte: SERFB e petição
Elaboração: SDCOM

5.3.2. Da relação entre as importações e a produção nacional

A tabela a seguir apresenta a relação entre as importações de meias das origens investigadas e a produção nacional do produto similar.

Importações das origens investigadas e produção nacional [RESTRITO]

Período	Produção nacional (pares) (A)	Importações das origens investigadas (pares) (B)	Em números-índices
			[(B)/(A)] (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	94,0	61,3	65,4
P3	97,2	139,6	144,1
P4	98,2	221,7	226,0
P5	98,6	412,1	418,9

Fonte: SERFB e petição
Elaboração: SDCOM

Observou-se que o indicador de relação entre importações das origens investigadas e a produção nacional diminuiu [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e aumentou [RESTRITO] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de [RESTRITO] p.p. entre P3 e P4 e de [RESTRITO] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de relação entre importações das origens investigadas e a produção nacional revelou variação positiva de p.p. em P5, comparativamente a P1.

O quadro a seguir apresenta a relação entre importações de meias das origens investigadas exceto Paraguai e a produção nacional do produto similar:

Importações das origens investigadas exceto Paraguai e produção nacional [RESTRITO]

Período	Produção nacional (pares) (A)	Importações das origens investigadas exceto Paraguai (pares) (B)	Em números-índices
			[(B)/(A)] (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	94,0	61,1	64,9
P3	97,2	112,5	115,8
P4	98,2	176,7	180,7
P5	98,6	369,8	376,3

Fonte: SERFB e petição
Elaboração: SDCOM

Observou-se que o indicador de relação entre importações objeto de dumping e a produção nacional diminuiu [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e aumentou [RESTRITO] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de [RESTRITO] p.p. entre P3 e P4 e de [RESTRITO] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de relação entre importações das origens investigadas e a produção nacional revelou variação positiva de p.p. em P5, comparativamente a P1.

5.4. Das manifestações acerca das importações

Em 3 de novembro de 2020, a Embaixada da China protocolou manifestação da CCCT em que é apontado que há grande diferença entre os dados chineses de exportações e os dados brasileiros de importações consoante o Parecer de início. Aduz a manifestação que houve queda de 38,4% das importações de P1 para P2 e de 10,5 de P1 para P3, e aumento em P4 e P5. Considerando que em quase metade do período de investigação de dano houve declínio, a CCCT acredita que a variação nos volumes não prova que as importações chinesas continuam a crescer.

Segundo a CCCT, o fato de ter havido variações no mercado brasileiro ao mesmo tempo que as vendas da indústria doméstica ficaram estáveis, e o fato de ter sido verificado aumento expressivo das importações investigadas e declínio expressivo das importações das outras origens prova que o crescimento das importações das origens investigadas impediu importações de outras origens.

Em 15 de fevereiro de 2021, a ABIT comentou manifestação da CCCT encaminhada pelo governo da China em 3 de novembro de 2020. A ABIT pontuou que é natural que se use as estatísticas oficiais de importação do Brasil. A ABIT afirmou que houve interpretação equivocada da CCCT dos dados de importação, já que houve expressivo aumento das importações ao longo da série e, particularmente, na passagem de P4 para P5, período de análise do dumping. Acerca do fato de que a CCCT observou que o crescimento do mercado brasileiro foi acompanhado pela estabilização das vendas da indústria doméstica, para a ABIT, isso seria um claro reconhecimento de que o resultado disso foi a redução da participação dos produtores nacionais de meias nesse mercado, como fora reconhecido pela SDCOM no item 6.1.2 do Parecer.

5.5. Dos comentários da SDCOM acerca das manifestações

Inicialmente, pontua-se que esta SDCOM sempre utiliza os dados mais precisos de importações possíveis, qual sejam, os dados oficiais da Receita Federal do Brasil. Não há esteio legal para se considerar as estatísticas da China nas determinações exaradas por esta SDCOM. Sobre o fato de que "em quase metade do período de investigação de dano houve declínio", os dados analisados mostram que tal queda ocorreu apenas de P1 para P2, sendo que na comparação entre os demais períodos (P2 x P3, P3 x P4, P4 x P5 e entre os extremos), a tendência sempre foi crescimento nas importações.

Com relação ao comentário sobre o crescimento das importações das origens investigadas, a conclusão da CCCT de que tais importações apenas impediram importações de outras origens apenas reforça o viés crescente verificado por esta SDCOM, mesmo ante as demais origens. Ademais, nos termos do próprio Acordo Antidumping, conforme disposto em seu Artigo 3.2, a avaliação da autoridade investigadora sobre o volume das importações deve considerar se houve crescimento significativo das importações objeto de dumping tanto em termos absolutos como em termos relativos à produção ou ao consumo no país importador. No presente caso, verificou-se crescimento expressivo nesses três indicadores: volume de importações, participação das importações no mercado brasileiro e relação entre as importações e a produção nacional.

5.6. Da conclusão a respeito das importações

No período de análise de dano à indústria doméstica, as importações investigadas cresceram significativamente, conforme constava do parecer de início da investigação:

- a) em termos absolutos, tendo passado de [RESTRITO] pares em P1 para [RESTRITO] pares em P5 (aumento de 312,1%);
 - b) em relação ao mercado brasileiro, uma vez que a participação de tais importações nesse mercado apresentou aumento de [RESTRITO] p.p. de P1 ([RESTRITO] %) para P5 ([RESTRITO] %); e
 - c) em relação à produção nacional, pois de P1 ([RESTRITO] %) para P5 ([RESTRITO] %) houve aumento de [RESTRITO] p.p.
- Para fins desta determinação preliminar, tendo em vista que não foi encontrada prática de dumping nas exportações do Paraguai para o Brasil, conforme indicado anteriormente, a análise cumulativa apenas das importações originárias da China e de Hong Kong leva às seguintes conclusões:
- a) Crescimento em termos absolutos, tendo passado de [RESTRITO] pares em P1 para [RESTRITO] pares em P5 (aumento de 269,8%);
 - b) Aumento em relação ao mercado brasileiro, uma vez que a participação de tais importações nesse mercado apresentou aumento de [RESTRITO] p.p. de P1 ([RESTRITO] %) para P5 ([RESTRITO] %); e
 - c) Elevação em relação à produção nacional, pois de P1 ([RESTRITO] %) para P5 ([RESTRITO] %) houve aumento de [RESTRITO] p.p.

Reitera-se, contudo, que o questionário apresentado pela empresa produtora/exportadora paraguia Hoahi foi objeto de ofício de informações complementares que ainda serão analisadas pela SDCOM, uma vez que o prazo de resposta vence após a data de corte estabelecida para elaboração desta determinação preliminar, e que as informações prestadas pela empresa deverão ser submetidas a verificação nos termos da IN nº 1, de 2020, para validação. Desse modo, a SDCOM seguirá com a investigação sobre prática de dumping nas exportações de meias do Paraguai para o Brasil e emitirá sua conclusão definitiva em sede de determinação final.

Diante desse quadro, constatou-se aumento substancial das importações a preços de dumping, tanto em termos absolutos quanto em relação ao mercado brasileiro e à produção nacional.

Observou-se, por fim, que de P1 a P5, o preço CIF médio por par das importações das origens objeto de dumping registrou queda de 54,0%, ao passo que, no mesmo período, o preço CIF médio das demais origens registrou aumento de 26,8%.

6. DO DANO

De acordo com o disposto no art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, a análise de dano deve fundamentar-se no exame objetivo do volume das importações a preços com dumping, no seu efeito sobre os preços do produto similar no mercado brasileiro e no consequente impacto dessas importações sobre a indústria doméstica.

Conforme explicitado no item 5 deste documento, para efeito da análise, considerou-se o período de julho de 2014 a junho de 2019, divididos da mesma forma em cinco períodos.

Ressalte-se que os dados das empresas que compõem a indústria doméstica, apresentados pela ABIT na petição de início e em resposta ao pedido de informações complementares, também foram obtidos a partir de estudo elaborado pelo IEMI, protocolado juntamente com a petição e objeto de informações complementares.

Considerando-se todos os perfis de produtores do mercado, o estudo partiu de uma base de contatos do IEMI e da ABIT, com 147 empresas. Dessas, 56 foram contatadas para participar da coleta de dados, uma vez que foram identificadas, entre as 147, empresas que não fabricam ou deixaram de fabricar meias, que fecharam ou que não puderam ser localizadas. Ao final, 35 se dispuseram a participar da pesquisa respondendo questionário estruturado, por telefone, pelo qual foram coletados os dados sobre porte, tipo de meia produzido, volume e valores de produção, importações, vendas internas e externas, estoque e capacidade instalada.

O detalhamento da pesquisa foi objeto de reunião realizada no dia 29 de maio de 2020, com representantes da ABIT e a equipe do IEMI, por videoconferência, conforme Registro anexado aos autos. Ressalte-se que o estudo elaborado pelo IEMI como base para a petição de investigação será sujeito à verificação a ser realizada por equipe desta SDCOM, após a resposta ao Ofício nº 87/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, contendo solicitação de informações complementares emitido em 17 de fevereiro de 2021 pela SDCOM.

6.1. Dos indicadores da indústria doméstica

Como demonstrado no item 3, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como o conjunto das 35 empresas produtoras de meias, as quais representam 28,3% da produção nacional estimada do produto similar em P5.

De modo geral, os indicadores considerados neste documento de determinação preliminar refletem os resultados alcançados pelas linhas de produção das 35 empresas citadas. Deve-se ressaltar, contudo, que pelo fato de esta ser uma indústria fragmentada, nem todos os indicadores previstos no § 3º art. 30 do Regulamento Brasileiro puderam ser obtidos para o grupo de 35 empresas. Assim, quando as informações das 35 empresas não estiverem disponíveis, serão utilizados, de forma subsidiária, os dados da Lupo S/A, maior produtora de meias no País, que também compõe a indústria doméstica. O tópico trará a menção apropriada quando os dados fizerem referência apenas a essa empresa ou quando houver peculiaridades relativas aos dados das 35 empresas, em função das dificuldades características do levantamento de informações relativas à indústria fragmentada.

Reitere-se que, após o início da investigação, a SDCOM solicitou informações complementares à peticionária em 17 de fevereiro de 2021, tanto sobre informações referentes às 35 empresas constantes do estudo apresentado pelo IEMI como sobre dado da Lupo, cujo prazo para resposta foi posterior à data estabelecida para elaboração desta determinação preliminar. Após o recebimento dessa resposta, a SDCOM ainda procederá à verificação das informações referentes à indústria doméstica, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 17 de agosto de 2020.

Por fim, para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional apresentados pela peticionária, foram atualizados os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem (IPA-OG) Produtos Industriais, da Fundação Getúlio Vargas, constante do Anexo III.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados neste documento.

O resumo dos indicadores da indústria doméstica avaliados, em valores monetários atualizados, cujas análises encontram-se descritas nos itens a seguir, encontra-se no Anexo IV deste documento.

6.1.1. Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica do produto similar de fabricação própria, destinadas ao mercado interno e ao mercado externo, conforme informadas pela peticionária. As vendas são apresentadas em pares e, em função da dificuldade do levantamento de informações em uma indústria fragmentada, são brutas, ou seja, não estão líquidas de devoluções.

Vendas da indústria doméstica [RESTRITO]

	Vendas totais (pares)	Vendas no mercado interno (pares)	Participação das vendas no mercado interno no total (%)	Vendas no mercado externo (pares)	Participação das vendas no mercado externo no total (%)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	95,6	95,5	100,0	99,5	110,0
P3	98,9	98,9	100,1	90,1	90,0
P4	98,6	98,5	99,9	112,5	120,0
P5	102,9	103,0	100,0	102,0	100,0

Fonte: Peticionárias
Elaboração: SDCOM

Observou-se que o indicador de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno diminuiu 4,5% de P1 para P2 e aumentou 3,6% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 0,5% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve crescimento de 4,5%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno revelou variação positiva de 3,0% em P5, comparativamente a P1.

Com relação à variação de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado externo ao longo do período em análise, houve redução de 0,5% entre P1 e P2, sendo que de P2 para P3 é possível detectar retração de 9,4%. De P3 para P4 houve crescimento de 24,8%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu queda de 9,3%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado externo apresentou expansão de 2,0%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Cumprir observar que os volumes destinados ao mercado externo giraram em torno de [RESTRITO]% do volume de vendas totais, representando um mínimo de [RESTRITO] % em P3 e um máximo de [RESTRITO] % em P4.

As vendas totais da indústria doméstica apresentaram comportamento similar ao das vendas realizadas no mercado interno no período investigado. Diminuíram 4,4% entre P1 e P2, aumentaram 3,4% entre P2 e P3, diminuíram 0,2% entre P3 e P4 e aumentaram 4,4% entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de investigação de dano (P1 a P5), o volume de vendas totais da indústria doméstica apresentou expansão de 2,9%.

6.1.2. Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação no mercado das vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado brasileiro.

Participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro [RESTRITO]

	Vendas no mercado interno (pares)	Mercado brasileiro (pares)	Participação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	95,5	89,3	107,1
P3	98,9	100,3	98,7
P4	98,5	110,3	89,5
P5	103,0	132,1	78,2

Fonte: SERFB e peticionárias
Elaboração: SDCOM

Observou-se que a participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro cresceu [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e reduziu [RESTRITO] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [RESTRITO] p.p. entre P3 e P4 e diminuição de [RESTRITO] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro revelou variação negativa de [RESTRITO] p.p. em P5, comparativamente a P1.

6.1.3. Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

A tabela a seguir apresenta a capacidade instalada, a produção de meias e o grau de ocupação da indústria doméstica. Cabe o destaque de que o estudo realizado pelo IEMI, em relação às 35 empresas, não disponibilizou informações sobre o cálculo da capacidade instalada efetiva e sobre a produção de outros produtos.

Capacidade instalada efetiva, produção e grau de ocupação - Indústria doméstica [RESTRITO]

	Capacidade instalada efetiva (pares)	Produção (pares)	Grau de ocupação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	98,8	93,4	94,5
P3	97,8	99,7	102,0
P4	99,9	98,0	98,2
P5	98,6	99,5	100,9

Fonte: Indústria doméstica
Elaboração: SDCOM

Em relação à capacidade instalada efetiva, observaram-se reduções de 1,2% e de 1,1%, respectivamente de P1 a P2 e de P2 a P3, seguidas de aumento de 2,2% de P3 a P4 e redução de 1,3% de P4 a P5. De P1 a P5 houve redução de 1,4%.

O volume de produção do produto similar da indústria doméstica diminuiu 6,6% de P1 a P2 até P3, aumentou 6,7% de P2 a P3, diminuiu 1,6% de P3 a P4 e aumentou 1,5% de P4 a P5. Considerando-se o período de P1 a P5, houve decréscimo de 0,5% no volume de produção da indústria doméstica.

Observou-se que o indicador de grau de ocupação da capacidade instalada diminuiu [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e aumentou [RESTRITO] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [RESTRITO] p.p. entre P3 e P4 e crescimento de [RESTRITO] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de grau de ocupação da capacidade instalada revelou variação positiva de [RESTRITO] p.p. em P5, comparativamente a P1.

6.1.4. Dos estoques

A tabela a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período de análise de dano, considerando o estoque inicial, em P1, de [RESTRITO] meias.

Estoque final - Indústria doméstica

[RESTRITO]

Em pares

	Produção	Vendas no mercado interno	Vendas no mercado externo	Importações (-) vendas	Outras entradas / saídas	Estoque final
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	93,4	95,5	99,5	151,9	(33,3)	74,1
P3	99,7	98,9	90,1	250,7	26,6	90,6
P4	98,0	98,5	112,5	134,4	(53,5)	79,3
P5	99,5	103,0	102,0	174,7	183,3	72,9

Fonte: Indústria doméstica

Elaboração: SDCOM

Destaca-se que os volumes de outras entradas/saídas se referem ao ajuste realizado pela SDCOM para conciliar os volumes dos estoques finais apresentados pelas 35 empresas ao estudo do IEMI e os volumes destes após o cômputo das demais rubricas em conjunto.

Observou-se que o estoque final de meias da indústria doméstica diminuiu 25,9% de P1 para P2 e aumentou 22,3% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 12,5% entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve diminuição de 8,1%. Ao se considerar todo o período de análise, o estoque final de meias apresentou variação negativa de 27,1% em P5, comparativamente a P1.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque final acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de investigação.

Relação estoque final/produção - Indústria doméstica

[RESTRITO]

	Estoque final (pares) (A)	Produção (pares) (B)	Relação A/B (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	74,1	93,4	80,0
P3	90,6	99,7	91,1
P4	79,3	98,0	81,1
P5	72,9	99,5	73,3

Fonte: Indústria doméstica

Elaboração: SDCOM

Observou-se que a relação entre estoque final/produção diminuiu [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e aumentou [RESTRITO] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [RESTRITO] p.p. entre P3 e P4 e diminuição de [RESTRITO] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de relação estoque final/produção revelou variação negativa de [RESTRITO] p.p. em P5, comparativamente a P1.

6.1.5. Do emprego, da produtividade e da massa salarial

As tabelas apresentadas neste item exibem o número de empregados, a produtividade e a massa salarial relacionados à Lupo S/A.

O rateio utilizado para emprego e massa salarial foi feito a partir da produção realizada, sendo que, separados os centros de custo, isto é, o setor em que cada funcionário é contratado, foram feitos os rateios a partir da produção de meias 6115 do setor em questão. A título de exemplo, num setor onde se sabe que 100% da produção realizada em dado período foram para meias (produto do escopo), todos os funcionários contratados desse setor estão envolvidos na produção destas meias. No mesmo sentido, para um setor em que 80% da sua produção em dado período foram para meias, o rateio para massa salarial e empregados considerou o fator correspondente a 80% do total da produção realizada, e foi aplicado ao total de funcionários daquele setor, para se chegar aos funcionários vinculados às meias. Sendo assim, de acordo com a produção de cada setor em cada período, foram feitos os rateios para a massa salarial e emprego.

Número de empregados - Lupo S.A

[CONFIDENCIAL]

Em número-índice

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de produção	100,0	89,8	90,4	87,0	85,2
Administração e vendas	100,0	91,1	93,2	77,5	92,4
Total	100,0	90,0	90,9	85,3	86,5

Fonte: Indústria doméstica

Elaboração: SDCOM

Observou-se que o número de empregados que atuam na linha de produção diminuiu 10,2% de P1 para P2 e aumentou 0,6% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 3,7% entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve diminuição de 2,1%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de número de empregados que atuam em linha de produção revelou variação negativa de 14,8% em P5, comparativamente a P1.

Com relação ao número de empregados que atuam em administração e vendas ao longo do período em análise, houve redução de 8,9% entre P1 e P2 e aumento de 2,4% de P2 para P3. De P3 para P4 houve diminuição de 16,9%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu elevação de 19,2%. Ao se considerar toda a série analisada, o número de empregados que atuam em administração e vendas apresentou contração de 7,6%, considerando-se P5 em relação P1.

Avaliando-se a variação da quantidade total de empregados no período analisado, entre P1 e P2 verificou-se diminuição de 10,0%. Em seguida houve elevação de 0,9% entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4 houve diminuição de 6,1%, e entre P4 e P5, o indicador mostrou elevação de 1,3%. Analisando-se todo o período, quantidade total de empregados apresentou diminuição da ordem de 13,5%, considerado P5 em relação a P1.

A tabela a seguir apresenta a produtividade por empregado da indústria doméstica em cada período de análise.

Produtividade por empregado - Lupo S.A

[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

Em número-índice

	Empregados ligados à produção	Produção (pares)	Produção por empregado envolvido na produção (t)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	89,8	86,3	96,0
P3	90,4	94,9	105,0
P4	87,0	88,0	101,1
P5	85,2	88,5	103,9

Fonte: petionária

Elaboração: SDCOM

Observou-se que a produtividade por empregado ligado à produção diminuiu 4,0% de P1 para P2 e aumentou 9,3% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 3,7% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve crescimento de 2,8%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de produtividade por empregado ligado à produção revelou variação positiva de 3,9% em P5, comparativamente a P1.

As informações sobre massa salarial relacionada à produção/venda de meias, pela Lupo, encontram-se sumarizadas na tabela a seguir.

Massa salarial (mil R\$ atualizados) - Lupo S/A

[CONFIDENCIAL]

Em número-índice

	P1	P2	P3	P4	P5
Produção	100,0	93,7	93,1	76,1	66,1
Administração e vendas	100,0	92,6	97,0	91,9	81,4
Total	100,0	93,5	94,1	80,1	69,9

Fonte: Indústria doméstica

Elaboração: SDCOM

A massa salarial dos empregados de linha de produção diminuiu em todos os períodos, sendo 6,3% de P1 para P2, 0,7% de P2 para P3, 18,2% entre P3 e P4, e 13,2% entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de massa salarial dos empregados de linha de produção revelou variação negativa de 33,9% em P5, comparativamente a P1.

Com relação à variação de massa salarial dos empregados de administração e vendas ao longo do período em análise, houve redução de 7,4% entre P1 e P2, e aumento de 4,8% de P2 para P3. De P3 para P4 houve diminuição de 5,3%, e de P4 e P5 o indicador sofreu queda de 11,4%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de massa salarial dos empregados de administração e vendas apresentou contração de 18,6%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Avaliando-se a massa salarial do total de empregados no período analisado, verificou-se diminuição de 6,5% entre P1 e P2, elevação de 0,7% de P2 e P3. De P3 para P4 houve redução de 14,9% e entre P4 e P5, nova redução, de 12,7%. Analisando-se todo o período, massa salarial do total de empregados apresentou contração da ordem de 30,1%, considerado P5 em relação a P1.

6.1.6. Da demonstração de resultado

Neste item serão apresentadas as informações da demonstração de resultado do exercício da Lupo S/A. Quando cabíveis serão apresentadas também as informações que estiveram disponíveis para a indústria doméstica.

6.1.6.1. Da receita

A tabela a seguir apresenta a receita da indústria doméstica nos mercados interno e externo.

Receita - Indústria doméstica [RESTRITO]

Em número-índice

	Receita total		Mercado interno		Mercado externo	
	Valor		Valor	%	Valor	%
P1	100,0		100,0	100,0	100,0	100,0
P2	92,5		92,4	100,0	102,6	100,0
P3	94,2		94,3	100,2	68,8	66,7

P4	98,6	98,6	100,0	97,4	100,0
P5	83,3	83,3	100,0	83,1	100,0

Fonte: Indústria doméstica
Elaboração: SDCOM

Observou-se que a receita, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno diminuiu 7,6% de P1 para P2 e aumentou 2,0% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 4,5% entre P3 e P4, e diminuição de 15,5% entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, a receita, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno revelou variação negativa de 16,7% em P5, comparativamente a P1.

Com relação à variação de receita obtida com as exportações do produto similar ao longo do período em análise, houve aumento de 2,6% entre P1 e P2, e retração de 33,0% de P2 para P3. Já de P3 para P4 houve crescimento de 41,6%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu queda de 14,7%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de receita obtida com as exportações do produto similar apresentou contração de 16,9%, considerando P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Avaliando a variação de receita total no período analisado, entre P1 e P2 verifica-se diminuição de 7,5%. Houve elevação de 1,8% entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4 houve crescimento de 4,7%. Entre P4 e P5, o indicador revelou retração de 15,5%. Analisando-se todo o período, receita total apresentou contração da ordem de 16,7%, considerando P5 em relação a P1.

A seguir é apresentada a receita líquida da Lupo referente às vendas líquidas de meias de produção própria, já deduzidos os abatimentos, descontos, tributos e devoluções, bem como as despesas de frete interno.

Receita líquida das vendas - Lupo S/A
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

Em número-índice de mil R\$ atualizados

	Receita total		Mercado interno		Mercado externo	
	Valor		Valor	%	Valor	%
P1	[CONF.]		100,0	[CONF.]	100,0	[CONF.]
P2	[CONF.]		85,8	[CONF.]	94,0	[CONF.]
P3	[CONF.]		89,1	[CONF.]	66,8	[CONF.]
P4	[CONF.]		84,3	[CONF.]	86,9	[CONF.]
P5	[CONF.]		73,8	[CONF.]	77,2	[CONF.]

Fonte: Indústria doméstica
Elaboração: SDCOM

Observou-se a receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno diminuiu 14,2% de P1 para P2 e aumentou 3,8% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 5,3% entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve diminuição de 12,5%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno revelou variação negativa de 26,2% em P5, comparativamente a P1.

Com relação à variação de receita líquida obtida com as exportações do produto similar ao longo do período em análise, houve redução de 6,0% entre P1 e P2 e retração de 29,0% de P2 para P3. De P3 para P4 houve crescimento de 30,1%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu queda de 11,1%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de receita líquida obtida com as exportações do produto similar apresentou contração de 22,8%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Avaliando a variação de receita líquida total no período analisado, entre P1 e P2 verificou-se diminuição de 14,0%. É possível verificar ainda uma elevação de 3,2% entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4 houve redução de 4,9%. Entre P4 e P5 o indicador revelou retração de 12,5%. Analisando-se todo o período, receita líquida total apresentou contração da ordem de 26,2%, considerado P5 em relação a P1.

6.1.6.1.1. Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda da indústria doméstica, apresentados na tabela a seguir, foram obtidos pela razão entre as receitas e as quantidades vendidas em cada período apresentadas anteriormente.

Preço médio de venda - Indústria Doméstica
[RESTRITO]

Em número-índice de R\$ atualizados/pares

	Venda no Mercado Interno	Venda no Mercado Externo
P1	100,0	100,0
P2	96,8	102,8
P3	95,3	76,2
P4	100,1	86,5
P5	80,9	81,2

Fonte: Indústria doméstica
Elaboração: SDCOM

O preço médio de venda no mercado interno diminuiu 3,3% de P1 para P2 e diminuiu 1,4% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 5,1% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 19,3%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de preço médio de venda no mercado interno revelou variação negativa de 19,1% em P5, comparativamente a P1.

Com relação à variação do preço médio de venda para o mercado externo ao longo do período em análise, houve aumento de 2,8% entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3 houve retração de 25,9%. De P3 para P4 houve crescimento de 13,5%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu queda de 6,1%. Ao se considerar toda a série analisada, o preço médio de venda para o mercado externo apresentou contração de 18,8%, considerando P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Os preços médios ponderados de venda da Lupo, apresentados na tabela a seguir, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as quantidades vendidas em cada período apresentadas anteriormente. Os preços médios de venda no mercado interno apresentados se referem exclusivamente às vendas de fabricação própria.

Preço médio de venda - Lupo S/A
[RESTRITO] / [CONFIDENCIAL]

Em número-índice de R\$ atualizados/pares

Período	Preço (Mercado interno fabricação própria)	Preço (Mercado externo)
P1	100,0	100,0
P2	94,5	93,5
P3	96,5	76,0
P4	94,4	81,0
P5	82,5	82,6

Fonte: Indústria doméstica
Elaboração: SDCOM

Observou-se que o preço médio de venda no mercado interno diminuiu 5,4% de P1 para P2 e aumentou 1,9% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 2,1% entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve diminuição de 12,6%. Ao se considerar todo o período de análise, o preço médio de venda no mercado interno apresentou variação negativa de 17,6% em P5, comparativamente a P1.

Com relação à variação do preço médio de venda no mercado externo, ao longo do período de análise, houve redução de 6,5% entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3 observou-se retração de 18,7%. De P3 para P4 houve crescimento de 6,5%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu elevação de 1,9%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de preço médio de venda para o mercado externo apresentou contração de 17,4%, considerando-se P5 em relação a P1.

6.1.6.1.2. Dos resultados e margens

Conforme apontado pela petionária, a maior parte das rubricas não foi objeto de rateio, tendo em vista se tratar de segmento de negócio específico de meias, assim apurado nas próprias demonstrações da Lupo.

Dessa forma, a tabela a seguir apresenta os resultados bruto e operacional relativos às vendas da Lupo no mercado interno, nos períodos de análise de dano. Registre-se que a receita operacional líquida se encontra deduzida de tributos, descontos, devoluções e de fretes incorridos nas vendas. Na tabela subsequente são apresentadas as margens de lucro associadas a esses resultados.

Demonstração de resultados - Lupo S/A
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

Em número-índice de mil R\$ atualizados

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita líquida	100,0	85,8	89,1	84,3	73,8
CPV	100,0	92,6	93,4	93,3	83,2
Resultado bruto	100,0	76,6	83,2	72,1	60,9
Despesas operacionais	100,0	89,3	94,7	86,6	72,6
Despesas gerais e administrativas	100,0	92,2	87,8	83,7	77,8
Despesas com vendas	100,0	94,3	95,0	88,8	73,0
Resultado financeiro (RF)	100,0	(62,8)	20,9	38,6	(12,6)
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	100,0	70,8	178,6	94,4	80,2
Resultado operacional	100,0	54,6	63,2	47,1	40,8
Resultado operacional (exceto RF)	100,0	50,2	61,7	46,8	38,8
Resultado operacional (exceto RF e OD)	100,0	51,4	68,7	49,7	41,3

Fonte: Indústria doméstica
Elaboração: SDCOM

Margens de lucro (%) - Lupo S/A [CONFIDENCIAL]

	P1	P2	P3	P4	P5
Margem bruta	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Margem operacional	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Margem operacional (exceto RF)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Margem operacional (exceto RF e OD)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Fonte: Indústria doméstica

Elaboração: SDCOM

A receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas da Lupo no mercado interno diminuiu 14,2% de P1 para P2 e aumentou 3,8% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 5,3% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 12,5%. Ao se considerar todo o período de análise, a receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno revelou variação negativa de 26,2% em P5, comparativamente a P1.

Com relação ao resultado bruto da Lupo ao longo do período em análise, houve redução de 23,4% entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3 foi possível detectar aumento de 8,6%. De P3 para P4 houve diminuição de 13,3%, e entre P4 e P5 o indicador sofreu redução de 15,5%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de resultado bruto da indústria doméstica apresentou contração de 39,1%, considerando P5 em relação a P1.

A margem bruta diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p. Ao se considerar todo o período de análise, a margem bruta revelou variação negativa de [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, comparativamente a P1.

O resultado operacional da Lupo teve diminuição de 45% entre P1 e P2, aumento de 15,9% entre P2 e P3, diminuição de 25,5% de P3 para P4 houve, e nova diminuição, de 13,5%, de P4 para P5. Analisando-se todo o período, o resultado operacional apresentou diminuição de 59,3%, considerando-se P5 em relação a P1.

A margem operacional apresentou redução de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P1 e P2 e aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. De P3 para P4 houve diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p., e entre P4 e P5, o indicador sofreu queda de [CONFIDENCIAL] p.p. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de margem operacional apresentou contração de [CONFIDENCIAL] p.p., considerando P5 em relação a P1.

O resultado operacional exceto o resultado financeiro diminuiu 49,8% de P1 para P2 e aumentou 22,8% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 24,1% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 17,2%. Ao se considerar todo o período de análise, o resultado operacional exceto o resultado financeiro, teve variação negativa de 61,2% em P5, comparativamente a P1.

A margem operacional exceto resultado financeiro teve diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p., entre P1 e P2, aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P2 e P3, redução de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e redução de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P4 e P5. Analisando-se todo o período, a margem operacional exceto resultado financeiro apresentou redução da ordem de [CONFIDENCIAL] p.p., considerando P5 em relação a P1.

O resultado operacional, excluídos o resultado financeiro e outras despesas, ao longo do período em análise, teve redução de 48,6% entre P1 e P2, ampliação de 33,5% de P2 para P3. De P3 para P4 houve diminuição de 27,7% e entre P4 e P5, o indicador teve redução de 16,9%. Ao se considerar toda a série analisada, o resultado operacional, excluídos o resultado financeiro e outras despesas, apresentou redução de 58,7%, considerando P5 em relação a P1.

A margem operacional, excluído resultado financeiro e outras despesas diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p. . Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de margem operacional, excluído o resultado financeiro e outras despesas revelou variação negativa de [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, comparativamente a P1.

A tabela a seguir apresenta o demonstrativo de resultados obtido com a venda do produto similar no mercado interno, por par vendido.

Demonstração de resultados
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

	Em número-índice de R\$ atualizados/par				
	P1	P2	P3	P4	P5
Receita líquida	100,0	94,5	96,5	94,4	82,5
CPV	100,0	101,9	101,2	104,4	93,0
Resultado bruto	100,0	84,3	90,1	80,8	68,1
Despesas operacionais	100,0	98,3	102,5	96,9	81,2
Despesas gerais e administrativas	100,0	101,4	95,1	93,7	87,0
Despesas com vendas	100,0	103,8	102,9	99,5	81,6
Resultado financeiro (RF)	100,0	(69,1)	22,7	43,2	(14,1)
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	100,0	77,9	193,4	105,6	89,7
Resultado operacional	100,0	60,0	68,5	52,7	45,6
Resultado operacional (exceto RF)	100,0	55,2	66,8	52,4	43,4
Resultado operacional (exceto RF e OD)	100,0	56,6	74,4	55,6	46,1

Fonte: Indústria doméstica

Elaboração: SDCOM

O CPV unitário da Lupo apresentou aumento de 1,6% P1 para P2 e redução de 0,4% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 3,1% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 10,8%. Ao se considerar todo o período de análise, o CPV unitário revelou variação negativa de 7,0% em P5, comparativamente a P1.

O resultado bruto unitário apresentou redução de 16% entre P1 e P2, e aumento de 7,0% de P2 para P3. De P3 para P4 houve diminuição de 10,7%, e entre P4 e P5 o indicador sofreu queda de 15,2%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de resultado bruto unitário apresentou contração de 31,9%, considerando P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

O resultado operacional unitário da Lupo entre P1 e P2 teve diminuição de 40,6% e elevação de 14,6% entre P2 e P3. De P3 para P4 houve redução de 23,4%, e entre P4 e P5, o indicador teve diminuição de 13,9%. Analisando-se todo o período, resultado operacional unitário apresentou contração da ordem de 55,1%, considerando P5 em relação a P1.

O resultado operacional unitário exceto resultado financeiro diminuiu 45,1% de P1 para P2 e aumentou 23,1% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 22,9% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 16,2%. Ao se considerar todo o período de análise, o resultado operacional unitário exceto resultado financeiro revelou variação negativa de 56,3% em P5, comparativamente a P1.

O resultado operacional unitário exceto resultado financeiro e outras despesas, teve redução de 43,4% entre P1 e P2 e aumento de 30,2% de P2 para P3. De P3 para P4 houve diminuição de 25,0%, e entre P4 e P5 o indicador sofreu queda de 16,7%. Ao se considerar toda a série analisada, o resultado operacional unitário exceto resultado financeiro e outras despesas apresentou redução de 53,9%, considerando P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

6.1.7. Dos fatores que afetam os preços domésticos

6.1.7.1. Dos custos

Com relação aos custos, destaca-se que a indústria doméstica forneceu tais dados de forma agregada, não sendo possível identificar cada rubrica separadamente. Os valores correspondem ao valor da produção de cada ano dividido pelo volume de meias produzidas, em pares, valores apresentados no estudo do IEMI, conforme apontado em itens anteriores.

A tabela a seguir apresenta o custo de produção associado à fabricação do produto similar pela indústria doméstica, para cada período de investigação de dano.

Custo de produção total - Indústria doméstica
[RESTRITO]

	Em número-índice de R\$ atualizados/par				
	P1	P2	P3	P4	P5
Custos totais	100,0	94,2	94,5	92,4	87,2

Fonte: Indústria doméstica

Elaboração: SDCOM

Observou-se que o custo unitário da indústria doméstica diminuiu 6,0% de P1 para P2 e aumentou 0,5% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 2,3% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 5,6%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de custo unitário de revelou variação negativa de 12,9% em P5, comparativamente a P1.

A tabela a seguir detalha o custo da Lupo S/A:

Custo de Produção - Lupo S/A
[CONFIDENCIAL]

	(R\$ atualizados/pares)				
	P1	P2	P3	P4	P5
1 - Custos Variáveis	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Matéria-prima	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Fios	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Anilina e drogas	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Embalagens	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Outros insumos	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Materiais consumidos	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Utilidades	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Energia elétrica e água	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Outros custos variáveis	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Fretes	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Serviços subcontratados	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Outros GGF	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Outros serviços	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
2 - Custos Fixos	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Mão-de-obra direta	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Mão-de-obra indireta	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Aluguel de móveis e equipamentos	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Depreciação	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
3 - Custo de Produção (1+2)	100,0	102,7	98,8	97,4	97,5

Fonte: Indústria doméstica

Elaboração: SDCOM

6.1.7.2. Da relação custo/preço

Neste item serão apresentadas informações tanto da indústria doméstica quanto da Lupo S/A.

De início, a tabela seguinte indica a participação do custo de produção no preço de venda da indústria doméstica no mercado interno, ao longo do período de investigação de dano.

Participação do custo de produção no preço de venda - Indústria doméstica
[RESTRITO]

	Custo de produção (R\$ atualizados/par) (A)	Preço de venda mercado interno (R\$ atualizados/par) (B)	Relação (A)/(B) (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	94,2	96,8	97,2

P3	94,5	95,3	99,0
P4	92,4	100,1	92,1
P5	87,2	80,9	107,7

Fonte: Indústria doméstica
Elaboração: SDCOM

A participação do custo de produção no preço de venda diminuiu [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e aumentou [RESTRITO] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [RESTRITO] p.p. entre P3 e P4 e crescimento de [RESTRITO] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, a participação do custo de produção no preço de venda teve variação positiva de [RESTRITO] p.p. em P5, comparativamente a P1.

A seguir é apresentada a participação do custo de produção no preço de venda da Lupo S/A no mercado interno, ao longo do período de investigação de dano.

Participação do custo de produção no preço de venda - Lupo S/A
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

	Custo de Produção - R\$ atualizados/(pares)	Preço de Venda no Mercado Interno - R\$ atualizados/(pares)	Relação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	102,7	94,5	108,3
P3	98,8	96,5	102,5
P4	97,4	94,4	103,0
P5	95,5	82,5	115,9

Fonte: Indústria doméstica
Elaboração: SDCOM

A participação do custo de produção no preço de venda da Lupo cresceu [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e reduziu [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P3 e P4 e aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, a participação do custo de produção no preço de venda revelou variação positiva de [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, comparativamente a P1.

6.1.7.3. Da comparação entre o preço do produto sob investigação e o similar nacional

6.1.7.3.1. Da comparação entre o preço do produto sob investigação e o similar nacional para fins de início da investigação

O efeito das importações a preços com dumping sobre os preços da indústria doméstica deve ser avaliado sob três aspectos, conforme disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013. Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado a preços com dumping em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto investigado é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço. Esta ocorre quando as importações investigadas impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

Tratando-se de produto heterogêneo, buscou-se, em primeiro lugar, estabelecer um parâmetro que possibilitasse a justa comparação entre o preço das meias importadas das origens investigadas e o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno.

Recorda-se que os dados das vendas da indústria doméstica foram segregados por tipo de meia, ou seja, por categorias comerciais produzidas pela indústria doméstica. Esse atributo - tipos de meia - foi inclusive indicado para a composição do CODIP, da seguinte forma: A1 - meia-calça fina; A2 - meia fina feminina; A3 - meia cano curto (soquete); A4 - meia cano longo (colegial); A5 - meia cano médio (esportiva); A6 - meia social masculina; A7 - meia elástica de compressão; A8 - meia-calça de compressão e A9 - outras meias.

Para fins de início da investigação, tendo em vista a impossibilidade de classificar a totalidade das vendas da indústria doméstica em relação à matéria-prima (tipo de fio), atributo correspondente à letra B do CODIP e, ainda, a impossibilidade prática de classificar os dados das importações da SERFB dentro dos parâmetros do CODIP proposto pela petionária, conforme tratado no item 4 supra, optou-se por classificar as vendas da indústria doméstica até o 5º dígito da posição 6115 da NCM e na posição 6111.

Dessa forma, na NCM 6115.1, foram agregadas as meias de compressão degressiva, correspondentes aos CODIPs A7 e A8; na NCM 6115.2, as meias-calças finas, correspondente ao CODIP A1; na NCM 6115.3, a meia fina feminina (A2); na NCM 6115.9, as meias de diferentes tamanhos de canos e a meia social masculina (A3, A4, A5 e A6); e por fim, na NCM 6111, as outras meias (A9).

O preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre as vendas reportadas de cada NCM, em reais atualizados, e a respectiva quantidade vendida, em pares, no mercado interno durante o período de investigação de dano. Os valores obtidos foram ponderados pelo volume de venda de cada NCM.

Em seguida, procedeu-se ao cálculo do preço CIF. Foram considerados os valores de cada NCM, na condição CIF, em reais, obtidos dos dados brasileiros de importação fornecidos pela SERFB e ponderados pelo volume de venda de cada NCM.

A esses valores foram somados: a) o Imposto de Importação (35% sobre o valor CIF), considerando-se os valores efetivamente recolhidos em cada NCM, lembrando que às importações originárias do Paraguai o Brasil outorga livre comércio; b) o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); e c) as despesas de internação, calculadas com base nas informações constantes na petição, que indicou o percentual de 2% utilizado na revisão de final de período relativa a fios de náilon originárias da China, Coreia do Sul e Taipé Chinês, conforme Resolução CAMEX nº 19, de 2019.

Destaque-se que o valor unitário do AFRMM foi calculado aplicando-se o percentual de 25% sobre o valor do frete internacional referente a cada uma das operações de importação constantes dos dados da SERFB, quando pertinente. Cumpre registrar que o AFRMM não incide sobre determinadas operações de importação, como, por exemplo, aquelas realizadas por via de transporte aéreo, as destinadas à Zona Franca de Manaus, as realizadas ao amparo do regime especial de drawback e as importações originárias do Paraguai.

Por fim, dividiu-se o valor total CIF internado apurado para cada NCM pelo respectivo volume importado, a fim de se obter o valor por par. Realizou-se o somatório das rubricas unitárias, chegando-se ao preço CIF internado de cada NCM.

Os preços internados do produto da origem investigada foram atualizados com base no IPA-OG-Produtos Industriais, a fim de se obterem os valores em reais atualizados e compará-los com os preços da indústria doméstica.

A tabela a seguir demonstra os cálculos efetuados e os valores de subcotação obtidos para cada período de investigação de dano.

CIF internado e subcotação - Origem investigada [RESTRITO]

	Em números-índices				
	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF (R\$/par) ponderado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Imposto de importação (R\$/par)	30,1	30,5	23,9	24,4	25,4
AFRMM (R\$/par)	1,1	-	-	-	-
Despesas de internação (R\$/par)	2,2	1,6	-	2,6	1,5
CIF internado ponderado (R\$/par)	132,3	132,0	123,9	126,9	126,9
CIF internado ponderado (R\$ atualizado/par) (a)	173,1	157,8	142,3	139,7	126,9
Preço da indústria doméstica ponderado (R\$ atualizado/par) (b)	558,1	396,1	697,2	665,4	634,3
Subcotação (R\$ atualizados/par (b-a))	384,9	238,3	554,9	525,6	506,0

Fonte: petição e SERFB
Elaboração: SDCOM

Da análise da tabela anterior, para fins de início da investigação, constatou-se que o preço médio ponderado do produto importado das origens investigadas, internado no Brasil, esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica em todo o período considerado (P1 a P5).

Em relação aos preços de venda da indústria doméstica, verificou-se recuo de 3,5% de P1 para P2 e de 1,1% de P2 para P3. De P3 para P4, houve avanço de 4,0%, situação que reverte de P4 para P5, quando há queda de 19,9% no preço de venda da indústria doméstica, caracterizando a ocorrência de depressão de preços. Ao analisar os extremos da série, verificou-se um recuo de 20,5% de P1 para P5 nos preços médios de venda da indústria doméstica.

Por fim, verificou-se supressão de preços apenas de P2 para P3, quando se observou queda de 1,1% no preço médio e aumento de 1,2% no custo médio ponderado pelo volume produzido em cada NCM da indústria doméstica. Observou-se deterioração na relação custo/preço em P1, P3 e sobretudo P5, com aumento da participação do custo de produção no preço de venda, conforme apresentado no item 6.1.7.2, combinada com a existência de subcotação em todos os períodos.

Procedeu-se, por fim, ao cálculo da subcotação utilizando os dados da Lupo S/A. Neste cenário, nem os dados de vendas da Lupo S/A, nem os dados das importações foram ponderados por NCM.

O cálculo teve como objetivo averiguar a existência de subcotação do preço do produto importado a preços com dumping em relação ao produto produzido pela Lupo S/A, maior empresa produtora de meias no País, unicamente para complementar a análise deste item.

CIF internado e subcotação - Origem investigada [RESTRITO]

	Em números-índices				
	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF (R\$/par)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Imposto de importação (R\$/par)	30,8	31,5	23,9	24,4	25,4
AFRMM (R\$/par)	1,1	-	-	-	-
Despesas de internação (R\$/par)	2,2	1,6	1,4	2,6	1,5
CIF internado ponderado (R\$/par)	133,0	134,7	125,4	126,9	126,9
CIF internado ponderado (R\$ atualizado/par) (a)	173,6	161,3	143,7	139,7	126,9
Preço da Lupo S/A (R\$ atualizado/par) (b)	487,9	338,7	602,8	537,2	546,3
Subcotação (R\$ atualizados/par (b-a))	314,3	177,4	460,6	397,4	419,4

Fonte: petição e SERFB
Elaboração: SDCOM

O cenário unicamente com os dados da Lupo S/A também indica que o preço médio do produto importado das origens investigadas, internado no Brasil, esteve subcotado em relação ao preço da Lupo S/A em todo o período considerado (P1 a P5).

6.1.7.3.2. Da comparação entre o preço do produto sob investigação e o similar nacional para fins de determinação preliminar

Para fins de determinação preliminar, deve-se observar, primeiramente, que a SDCOM acatou as solicitações feita por determinadas partes interessadas para alterar o CODIP proposto pela ABIT em sua petição de início. Assim, as partes interessadas respondentes aos questionários, assim como a petionária, foram instadas a alterar a classificação do código em suas submissões feitas nos autos do processo, conforme indicado no item 2.2.1 supra. Como informado naquele item, considerando os elementos nos autos, a SDCOM concluiu que a adoção do CODIP incorporando a composição das três principais fibras já confere suficiente abrangência na investigação em tela para proporcionar justa comparação tanto para a apuração da margem de dumping como para a análise de efeito sobre preço. Todavia, os ofícios encaminhados estabeleceram prazo de resposta posterior à data de corte adotada para fins desta determinação preliminar. Assim, eventuais respostas aos pedidos encaminhados pela SDCOM somente poderão ser utilizadas para fins de determinação final. Desse modo, tendo em vista a iminente alteração dos dados da Lupo, não serão atualizados os cenários usando os preços da empresa para fins desta determinação preliminar.

Um segundo ponto que deve ser observado é que, preliminarmente, não foi constatada a prática de dumping nas exportações do Paraguai para o Brasil, conforme indicado no item 4.2.3 supra. Assim, como já indicado no item 5, para fins desta determinação preliminar, nos termos inciso I do art. 31 do Regulamento Brasileiro, não seria possível realizar a avaliação cumulativa dos efeitos das importações do Paraguai com as importações de Hong Kong e China, para as quais se verificou preliminarmente a existência da prática de dumping. Desse modo, será apresentada a seguir a subcotação conjunta apurada para Hong Kong e China

CIF internado e subcotação - Origem com dumping [RESTRITO]

	Em números-índices				
	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF (R\$/par) ponderado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Imposto de importação (R\$/par)	34,7	35,3	35,3	34,6	34,9
AFRMM (R\$/par)	1,1	-	-	-	-
Despesas de internação (R\$/par)	2,1	2,3	1,5	2,6	1,6
CIF internado ponderado (R\$/par)	137,9	137,6	136,8	137,2	136,5
CIF internado ponderado (R\$ atualizado/par) (a)	181,1	164,7	155,9	152,6	136,5
Preço da indústria doméstica ponderado (R\$ atualizado/par) (b)	546,3	381,2	727,9	665,4	674,6
Subcotação (R\$ atualizados/par (b-a))	365,3	216,5	572,1	512,8	538,1

Fonte: petição e SERFB
Elaboração: SDCOM

Analisando-se os dados das origens com dumping, na comparação do preço médio do produto importado, internado no Brasil, também houve expressiva existência de subcotação em todos os períodos.

Ressalte-se, mais uma vez, que o questionário apresentado pela Hoahi foi objeto de ofício de informações complementares cuja resposta ainda será analisada pela SDCOM, uma vez que o prazo de resposta vence após a data de corte estabelecida para elaboração desta determinação preliminar. Ademais, nos termos da IN nº 1, de 2020, os dados submetidos pela empresa ainda serão objeto de verificação. Desse modo, a SDCOM seguirá com a investigação sobre prática de dumping nas exportações de meias do Paraguai para o Brasil e emitirá sua conclusão definitiva em sede de determinação final, inclusive no que tange à análise de efeito sobre preço das importações objeto da prática de dumping e sobre a análise cumulativa prevista no art. 31 do Regulamento Brasileiro.

6.1.7.4. Da magnitude da margem de dumping

Para fins de início da investigação, a SDCOM buscou avaliar em que medida a magnitude da margem de dumping das origens investigadas afetou a indústria doméstica. Para isso, examinou-se qual seria o impacto sobre os preços da indústria doméstica caso as exportações do produto objeto da investigação para o Brasil não tivessem sido realizadas a preços com dumping.

Para fins de determinação preliminar, como já indicado nos itens 4.2.3, 5 e 6.1.7.3, verificou-se que não houve prática de dumping nas exportações de meias do Paraguai para o Brasil. Assim, a magnitude de dumping será apurada apenas com base nos dados referentes a China e Hong Kong nesta determinação preliminar.

A partir dos valores normais por origem, considerados nos itens 4.1.2.1 e 4.1.3.1 deste documento, foi obtido um valor normal médio ponderado pelas quantidades exportadas de cada país, o qual foi convertido de dólares estadunidenses para reais, utilizando-se a taxa média de câmbio de P5, calculada a partir dos dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil.

A partir dos dados detalhados da RFB foram obtidos os percentuais de frete e de seguro em relação ao valor CIF das importações, os quais foram aplicados sobre o valor normal delivered para obtenção do valor normal CIF.

A mesma metodologia foi aplicada ao imposto de importação, cuja alíquota foi obtida pela divisão do valor total pago daquele tributo pelo valor CIF das importações. Da mesma forma, a alíquota do AFRMM foi determinada pela divisão do valor total de AFRMM pago pelo valor CIF das importações. Já a alíquota das despesas de internação - 0,26% - foi a mesma utilizada no cálculo da subcotação, conforme descrito no item 6.1.7.3 deste documento.

Considerando o valor normal internado ponderado para China, Hong Kong e Paraguai - isto é, o preço pelo qual o produto objeto da investigação seria vendido ao Brasil na ausência de dumping -, as importações brasileiras originárias das três origens, analisadas cumulativamente, seriam internadas no mercado brasileiro aos valores demonstrados na tabela a seguir:

Magnitude da margem de dumping [RESTRITO]

	Em números-índices	
	Meias	
Valor normal (US\$/par)		100,0
Valor normal (R\$/par)		387,6
Frete internacional (R\$/par)		6,7
Seguro internacional (R\$/par)		-
Valor normal CIF (R\$/par)		394,4
Imposto de importação (R\$/par)		138,2
AFRMM (R\$/par)		1,1
Despesas de internação (R\$/par)		1,1
Valor normal internado (R\$/par)		534,8
Preço indústria doméstica (R\$/par)		470,8

Fonte: Petição/ SERFB
Elaboração: SDCOM

A partir da metodologia descrita anteriormente, conclui-se que o valor normal ponderado das origens objeto de dumping, em base CIF, internalizado no Brasil, seria superior ao preço da indústria doméstica em [RESTRITO] R\$/par.

Assim, ao se comparar o valor normal internado obtido acima com o preço ex fabrica da indústria doméstica em P5, é possível inferir que se não fosse a prática de dumping, não haveria indícios de que os preços das origens objeto de dumping teriam o mesmo efeito de dano sobre o preço da indústria doméstica.

6.1.8. Do fluxo de caixa

Destaca-se que as informações de fluxo de caixa referem-se à Lupo. Tendo em vista a impossibilidade de adoção de critério de rateio razoável para alocação de valores especificamente à linha de produto similar, a análise de fluxo de caixa foi realizada em função dos dados relativos à totalidade dos negócios da empresa.

A tabela a seguir mostra o fluxo de caixa da Lupo conforme apresentado pela ABIT na petição de início de investigação.

	Fluxo de caixa (mil R\$ atualizados)				
	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	131.545,09	69.310,98	22.229,68	61.182,22	63.682,31
Caixa líquido das atividades de investimentos	(14.301,81)	6.133,85	(66.813,83)	(6.113,97)	19.244,90
Caixa líquido das atividades de financiamento	(51.821,39)	(62.997,68)	4.668,53	(22.476,41)	(52.355,49)
Aumento/redução líquido(a) nas disponibilidades	65.421,90	12.447,14	(39.915,62)	32.591,85	30.571,72

Fonte: Indústria doméstica
Elaboração: SDCOM

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da Lupo diminuiu 81,0% de P1 para P2 e registrou variação negativa de 420,7% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes houve aumento de 181,7% entre P3 e P4 e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve diminuição de 6,2%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de caixa líquido total gerado nas atividades da indústria doméstica revelou variação negativa de 53,3% em P5, comparativamente a P1.

6.1.9. Do retorno sobre investimentos

A tabela a seguir apresenta o retorno sobre investimentos, apresentado pela Lupo, considerando a divisão dos valores dos lucros líquidos da empresa pelos valores do ativo total de cada período, constantes de suas demonstrações financeiras. Assim, o cálculo refere-se aos lucros e ativos da empresa como um todo, e não somente aos relacionados ao produto similar.

	Retorno sobre investimentos - Lupo S/A				
	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro líquido (A) (Mil R\$)	76.479,50	58.268,00	69.318,30	90.201,20	101.774,50
Ativo total (B) (Mil R\$)	586.569,80	598.942,20	780.817,90	856.249,20	904.687,80
Retorno (A/B) (%)	13,0	9,7	8,9	10,5	11,2

Fonte: Indústria doméstica
Elaboração: SDCOM

A taxa de retorno sobre investimentos da indústria doméstica diminuiu 3,3 p.p. de P1 para P2, diminuiu 0,8 p.p. de P2 para P3, aumentou 1,6 p.p. de P3 para P4 e aumentou novamente, 0,7 p.p., de P4 para P5. Considerando a totalidade do período de investigação, houve diminuição de 1,8 p.p. do indicador em questão.

6.1.10. Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, foram calculados os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da Lupo e não exclusivamente para a produção do produto similar. Os dados foram apurados com base nas demonstrações financeiras da empresa relativas ao período de investigação de dano.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

	Capacidade de captar recursos ou investimentos - Lupo S/A				
	P1	P2	P3	P4	P5
Índice de liquidez geral	2,57	2,83	2,52	2,73	2,82
Índice de liquidez corrente	4,25	5,03	4,33	4,36	5,03

Fonte: Indústria doméstica
Elaboração: SDCOM

O índice de liquidez geral apresentou aumento de 10,1% de P1 para P2 e redução de 11,0% de P2 para P3, seguida de aumentos de 8,3% e 3,3%, respectivamente de P3 para P4 e de P4 para P5. De P1 para P5, verificou-se elevação de 9,7% nesse índice. Por sua vez, o índice de liquidez corrente aumentou 18,4% de P1 para P2, diminuiu 13,9% de P2 para P3, aumentou 0,7% de P3 para P4 e aumentou 15,4% de P4 para P5. Ao considerar os extremos da série, o índice de liquidez corrente apresentou aumento de 18,4%.

6.1.11. Do crescimento da indústria doméstica

O volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno apresentou aumentos de P2 a P3 e de P4 a P5, com diminuição nos outros períodos. Ao se comparar os extremos da série, houve aumento de 3,0% ([RESTRITO] de pares) no volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno.

No tocante às vendas da indústria doméstica para o mercado externo, houve aumento de P3 a P4 e diminuição nos demais períodos, tendo P4, portanto o maior volume exportado registrado no período ([RESTRITO]de pares) quando representou [RESTRITO] % do volume total vendido pela indústria doméstica.

Nesse sentido, as vendas totais da indústria doméstica apresentaram comportamento semelhante ao das vendas realizadas no mercado interno: aumentos de P2 a P3 e de P4 a P5, com diminuição nos outros períodos, atingindo em P5 o maior volume vendido ([RESTRITO] de pares).

Por sua vez, o mercado brasileiro cresceu de P1 para P5, registrando aumentos de sucessivos de P2 em diante. No entanto, a participação da indústria doméstica diminuiu [RESTRITO] p.p. ao longo de todo o período (P1 a P5), tendo registrado aumento apenas de P1 para P2 ([RESTRITO] p.p.). Ao se comparar P2, quando a variável em análise atingiu seu pico ([RESTRITO] %), com P5 ([RESTRITO] %), observa-se recuo expressivo na participação da indústria doméstica no mercado brasileiro. Por fim, de P4 para P5, enquanto o mercado apresentou crescimento de 19,8%, as vendas da indústria doméstica aumentaram 4,5%.

6.2. Das manifestações acerca do dano à indústria doméstica

Em manifestação datada de 21 de setembro de 2020, protocolada no âmbito das discussões sobre a manutenção ou não da decisão de habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada, a ABVTEX afirmou ter identificado a ocorrência de dois aparentes vícios na apuração da produção nacional de meias pelo Instituto "Inteligência de Mercado" - IEMI, bem como de inconsistências na identificação dos produtores nacionais: (i) à luz da diferença entre os dados de "empresas" no levantamento do IEMI e de "estabelecimentos/CNPJ" na RAIS; (ii) considerando a ausência das versões restritas dos Painéis de Pesquisa IEMI 2018 e 2019; e (iii) tendo em vista discrepâncias entre as relações de produtores nacionais apresentados nas diferentes etapas do estudo do IEMI (a lista inicial de 147 empresas, a amostra de 43 empresas e a lista de 35 empresas que compõem a indústria doméstica). A entidade também apontou inconsistências no Anexo I do Parecer SDCOM nº 27, de 2020.

Ressalte-se que a ABVTEX protocolou nova manifestação, em 10 de dezembro de 2020, portanto fora do prazo para recebimento de manifestações das partes interessadas no âmbito das discussões sobre a manutenção ou não da decisão sobre a habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada, encerrado em 14 de outubro de 2020. Tendo em vista sua intempetividade, os comentários atinentes especificamente à habilitação como indústria fragmentada não foram considerados. Entretanto, as considerações da entidade no que tange à estimativa da produção nacional de meias encontram-se abaixo.

Em relação ao item (i), a ABVTEX entende que os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS são fornecidos por estabelecimento, de tal forma que filiais, agências ou sucursais declaram a RAIS separadamente, e não por empresa. O IEMI, por outro lado, teria partido de uma amostra de 43 empresas de vestuário fabricantes de meias entrevistadas no Painel IEMI de 2019, segmentadas por porte, as quais, em tese, poderiam compreender mais de um estabelecimento (por exemplo, uma matriz e uma filial, cada qual com CNPJs distintos).

A ABVTEX argumentou que seria errado fazer a projeção para 403 unidades produtivas (isto é, "estabelecimentos") tomando por base o número de "empresas". O número de 403 unidades produtoras de meias estimadas no Brasil em 2018 a partir da RAIS corresponderia, assim, ao número de "estabelecimentos" ou CNPJs, e não ao número de "empresas".

A entidade citou o exemplo da [RESTRITO], que consta no anexo do estudo realizado pelo IEMI, no qual foi identificada como 1 empresa, de porte médio, localizada na região sul. Na RAIS, de outra parte, a [RESTRITO] possuiria 2 estabelecimentos ativos (1 matriz e 1 filial), ambas com CNAE 14.21-5, correspondente à fabricação de meias para fins esportivos e para qualquer uso e fabricação de meias-calças, inclusive elásticas.

A ABVTEX questionou se, na metodologia utilizada pelo IEMI, a [RESTRITO] teria sido computada como 1 empresa no estudo e como 2 estabelecimentos na RAIS e, em caso positivo, se não deveria ter sido considerada como 2 estabelecimentos pelo IEMI, de modo a manter a consistência entre as bases de dados para estimar a produção nacional.

Sobre este ponto, em 28 de outubro de 2020, também no âmbito das discussões sobre a habilitação como indústria fragmentada, a petionária, argumentou que "para estimar a produção desses produtores, e por uma questão lógica, soma-se a produção de todas unidades produtivas de uma mesma empresa, como no exemplo da [RESTRITO]. Nesse ponto da produção, o IEMI naturalmente considerou isso para evitar distorções".

Em resposta, a ABVTEX apontou que a metodologia "misturaria" os conceitos de empresa e estabelecimentos ao multiplicar a média de produção por empresa pela estimativa de unidades produtivas. Faltaria uma etapa no cálculo, no qual seriam computados todos os estabelecimentos/CNPJs, segregados por número de funcionários.

Relativamente ao item (ii), a entidade destacou inconsistências na identificação dos produtores nacionais na lista de 147 empresas apresentada como relação de produtores nacionais de meias, a partir da qual teria sido formada a amostra de 43 empresas. No cotejo das duas listas, a ABVTEX afirmou ter identificado oito unidades produtivas constantes na amostra de 43 empresas, mas não na relação das 147 empresas. Da mesma forma, entre as 35 empresas respondentes do estudo do IEMI que compõem a indústria doméstica, a ABVTEX constatou empresas que não provêm da lista das 147, o que, segundo a entidade, causaria estranheza.

De acordo com a associação, "o fato de existirem empresas respondentes em ambas as pesquisas que não constaram do universo das 147 empresas da ABIT e do IEMI fez a ABVTEX desconfiar da existência de outros tantos produtores de meias que não foram consultados nem mesmo mapeados pelo IEMI e pela ABIT. De fato, há indícios de que a produção nacional de meias se trata de indústria fragmentada, mas os esclarecimentos feitos pela ABIT a esta autoridade investigadora quanto à metodologia para identificação dos produtores nacionais não resistem a uma confrontação mais aprofundada dos fatos".

A associação listou três empresas ([RESTRITO]) que seriam associadas ao Sindicato das Indústrias de Meias de Juiz de Fora - Sindimeias, mas que não teriam sido consultadas pelo IEMI ou pela ABIT, nem incluídas na lista de produtores nacionais conhecidos. Requereu, assim, que o IEMI e a ABIT justifiquem a razão da exclusão dessas empresas, tendo em vista o disposto no inciso X do art. 16 da Portaria nº 41, de 2018.

Por fim, a associação ressaltou que, com base nos dados restritos constantes nos autos da investigação de prática de dumping, "não consegue saber qual foi o resultado do tratamento realizado pelo Instituto para se chegar à lista de 56 empresas que produzem meias, das quais 35 se propuseram a responder o questionário e participar da pesquisa para coleta de dados para a Petição".

Em relação à lista de outros produtores nacionais objeto da errata ao Anexo 1 (Partes Interessadas) do Parecer SDCOM nº 27/2020, a ABVTEX identificou que [RESTRITO]i constariam na base de 147 empresas do IEMI, mas não constaram na lista de outros produtores nacionais. Questionou, assim, a representatividade de "43", "35" ou "56" empresas "diante da aparente ausência da consulta de outros potenciais produtores nacionais de meias".

A [RESTRITO]i, assim como a [RESTRITO], de outra parte, constariam na lista de 147 empresas, na amostra das 43 empresas e também entre as 35 empresas forneceram dados de dano, mas não foram listadas no Anexo I do Parecer.

Em relação à empresa [RESTRITO], do grupo Lupo, a ABVTEX também questionou o fato de a empresa não ter aportado seus dados para composição da indústria doméstica em que pese a Lupo tê-lo feito e a razão pela qual a Scalina não estaria listada no Anexo I de partes interessadas.

Por fim, destacou a situação da [RESTRITO], não classificada na CNAE de fabricante de meia, mas que consta no universo das 147 empresas do IEMI, bem como no rol de outros produtores conhecidos do Anexo I.

Em 3 de novembro de 2020, a embaixada da China protocolou manifestação da CCCT em que a associação alega que não há dano material à indústria doméstica, sendo que as variações negativas dos indicadores não são significativas para permitir uma conclusão de dano. Segundo a associação, não é suficiente uma conclusão de dano, mas sim de dano material, consoante a nota de rodapé 9 do Acordo Antidumping. Conclui a associação aduzindo que o exame das provas não revela dano material, mas sim uma performance positiva da indústria doméstica, devendo a autoridade continuar a investigar a existência de dano e nexos causal, e que a relação comercial entre Brasil e China vem se evoluindo de forma saudável, devendo a autoridade usar o antidumping de forma cautelosa.

Em 04 de dezembro de 2020, a Hoahi S/A afirmou que o Artigo 3.3 do Acordo Antidumping, e o seu equivalente na legislação pátria, art. 31 do Decreto nº 8.058/2013, que regem sobre a análise cumulativa, não estariam sendo cumpridos. Segundo a empresa, não haveria caracterização de dumping e, por conseguinte, não restaria cumprida a condição estabelecida no inciso I do art. 31. Além disso, de acordo com o previsto no inciso III do mesmo artigo, seria necessário que a autoridade investigadora avalie a propriedade da acumulação, tendo em conta as condições de concorrência entre os diversos produtos. Não haveria tal concorrência, segundo a Hoahi, eis que os produtos da Hoahi e os nacionais concorrem em mercados distintos por serem sensivelmente diferentes. A empresa afirmou ainda que a análise de efeito sobre preços resta prejudicada pela metodologia proposta pela petionária, que maximiza os efeitos das importações e cria cenários falsos, por reunir na mesma investigação produtos tão distintos.

Em 15 de fevereiro de 2021, a ABIT comentou manifestação da CCCT encaminhada pelo governo da China em 3 de novembro de 2020. A ABIT apontou que a CCCT fez comentários genéricos sem provas sobre a suposta ausência de dano, e que a ausência dos indicadores por parte da SDCOM o teria comprovado.

Com relação à manifestação da Hoahi em 4 de dezembro de 2020, a petionária apontou que a alegação de falta de dano da exportadora paraguaia se esteia em um falso argumento sobre ser impossibilitada a comparação por haver diferentes subprodutos. Para a ABIT, a análise cumulativa das importações mostra que a indústria doméstica é afetada pelas importações das três origens. Ainda nesta seara, acrescentou a ABIT que pelos dados de momento constantes do processo, há sim fortes indícios de que o dumping é cristalino para todas as três origens investigadas, incluindo o Paraguai.

6.3. Dos comentários da SDCOM acerca das manifestações

Em relação às manifestações da ABVTEX de 21 de setembro e de 10 de dezembro de 2020, a propósito das diferenças entre os dados de "empresas" utilizado pelo IEMI para aplicação na base de "estabelecimentos/CNPJ" da RAIS, a ABIT informou, em 28 de outubro de 2020, que foram somadas a produção de todas as unidades produtivas de uma mesma empresa. Assim, tomando como exemplo a empresa apontada pela ABVTEX, a [RESTRITO]t, a produção de sede e filial foram somadas, configurando-a como uma empresa e não dois estabelecimentos.

Na hipótese de as produções de sede e filiais serem consideradas separadamente, tal como propôs a ABVTEX, o impacto seria, de pronto, o aumento da base amostral. Entretanto, não se observou e não foi apontado pela entidade, se essa alteração teria o efeito de alterar o cálculo apresentado e resultar em sub ou superdimensionamento da estimativa de produção.

Ademais, pela metodologia proposta pelo IEMI, os percentuais apurados para posterior aplicação sobre o número de estabelecimentos CNAE 1412-6 (Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas) corresponde à razão entre o número de empresas de vestuário fabricantes de meias entrevistadas no "Painel IEMI" de 2019, segmentadas por porte (43 no total), e o número total de empresas de vestuário entrevistadas no "Painel IEMI" de 2019, segmentadas por porte (1.153 ao todo), conforme exposto no item 5.2 supra. No caso de adoção da alteração proposta pela ABVTEX, seria também necessário segmentação do dado no denominador, ou seja, do número total de empresas do setor de vestuário entrevistadas na pesquisa, implicando novos ajustes, cujos impactos também não foram avaliados.

Conforme explicado em detalhes na Circular nº 85, de 29 de dezembro de 2020, no âmbito desta investigação, serão acatadas as justificativas apresentadas pela petionária relativas à confidencialidade do "Painel IEMI", conforme indicadas nas Notas Técnicas nº 2 e nº 22, de 2020, considerando que o levantamento do instituto tem sua divulgação restrita por força contratual. O painel, ademais, não constitui pesquisa destinada a este processo de defesa comercial e abarca outras empresas que não as produtoras de meias. Nesse sentido, compreende-se que os dados apresentem limitações. A questão é se essas limitações invalidam a metodologia adotada pelo IEMI.

Com base nos dados até agora apresentados, observou-se suficiente clareza (i) em relação à seleção da amostra, que partiu dos dados dos "Painel IEMI" realizados anualmente; (ii) em relação aos integrantes da amostra de 2019, uma vez que se comprovou ser composta unicamente por empresas produtoras de meias de diferentes portes; (iii) em relação à técnica de coleta de dados por telefone, que também entende ser consistente com os métodos mais comuns utilizados em pesquisas e (iv), em relação aos percentuais apurados.

No tocante ao critério estabelecimento/CNPJ ou empresa, a análise da amostra das 43 empresas indica que todas receberam o mesmo tratamento, ou seja, cada empresa teve a produção da sede e filiais (quando existentes) somadas, de forma que se observou coerência na aplicação desse critério na base amostral.

Em relação às inconsistências decorrentes da não inclusão de empresas produtoras de meias identificadas pela ABVTEX, ressalta-se o entendimento de que, em uma pesquisa amostral, o universo não pesquisado é significativamente maior do que aquele pesquisado, o que naturalmente resulta em número expressivo de empresas não consultadas ou mapeadas. Tal fato não invalida, por si, a pesquisa ou sua metodologia.

Por fim, ressalta-se que toda pesquisa amostral é intrinsecamente limitada pelo universo de respondentes, e pesquisas esbarram frequentemente em questões de ordem prática, tais como recusas, impossibilidade de acesso aos informantes ou desistências, que acabam por limitar sua abrangência. Por outro lado, o fato de existirem empresas, entre as 35 que forneceram os dados que compõem a indústria doméstica, que não constam na lista inicial de 147 empresas ou na lista das 43 empresas da base amostral não parece implicar, salvo melhor juízo, comprometimento da metodologia aplicada.

Ainda que não seja ônus da parte interessada apresentar metodologia alternativa, àquele que coloca em xeque os dados cumpre o ônus de demonstrar que os elementos comprobatórios trazidos aos autos efetivamente impactam a metodologia apresentada a ponto de invalidá-la ou de nela requerer ajustes. Reitera-se, novamente, que não foram trazidos elementos que invalidem a pesquisa realizada ou a metodologia empregada pelo IEMI.

Relativamente às inconsistências apontadas no Anexo I, foram efetuadas as correções julgadas necessárias.

Sobre os comentários da CCCT da relação bilateral entre Brasil e China, em uma investigação antidumping são analisados de forma imparcial os elementos de fato e de direito encontrados no caso concreto, à luz das disposições do Acordo Antidumping e da legislação pátria. Assim, não cabe à CCCT recomendar à autoridade brasileira usar o antidumping de forma "cautelosa", eis que esta SDCOM avalia o dumping, dano e nexos causal entre eles na forma autorizada na legislação aplicável.

No que atine aos comentários da Hoahi, esta SDCOM pontua que, considerando dumping que não foi preliminarmente verificado dumping nas exportações do Paraguai, foram realizados os ajustes pertinentes na análise nesta determinação preliminar. Ressalte-se que apenas em sede de determinação preliminar apurou-se que não haveria dumping nas exportações do Paraguai para o Brasil, diferentemente do parecer de início da investigação. Assim, nos termos indicados anteriormente, os dados das importações de origem paraguaia foram tratados de forma segregada dos dados das demais origens investigadas nesta determinação preliminar, observando o disposto no art. 31 do Regulamento Brasileiro e no Acordo Antidumping.

De todo modo, deve ser enfatizado que a investigação sobre a prática de dumping nas exportações do Paraguai para o Brasil prosseguirá após a determinação preliminar, uma vez que foram requeridas informações complementares do produtor/exportador do Paraguai e de sua parte relacionada brasileira, e que ainda deverão ser objeto de verificação os dados submetidos pelas empresas no âmbito da investigação.

No que tange aos comentários da empresa acerca da concorrência e do produto, estes já foram tratados na seção pertinente deste documento, e, em suma, há plena similaridade entre o produto objeto e o similar nacional. Tampouco foram verificados elementos que comprovem a alegação de que os produtos da Hoahi e as meias produzidas pela indústria doméstica concorreriam em mercado distintos.

Por fim, no que se refere à análise de efeito sobre preço, reitera-se que ela será reavaliada, para fins de determinação final, com base no novo CODIP, o qual reflete, em grande medida, as alterações sugeridas pela própria Hoahi.

6.4. Da conclusão preliminar sobre o dano

De P1 a P5 constatou-se um aumento do volume absoluto de vendas da indústria doméstica de 3,0%. Contudo, ao se considerar todos os períodos de análise de dano (de P1 para P5), constatou-se que houve aumento de 32,1% do mercado brasileiro, o que resultou em uma queda de participação da indústria doméstica no mercado interno brasileiro de [RESTRITO] p.p. (de [RESTRITO]% em P1 para [RESTRITO]% em P5).

Ademais, constatou-se que os preços da indústria doméstica, com exceção de P3 para P4, se mantiveram em queda, terminando o período de análise (P5) 19,1% menores que no início (P1). Nesse sentido, apesar do aumento do volume de vendas de P1 a P5, verificou-se redução na receita da indústria doméstica de 16,7% no mesmo período, o que reflete a depressão de preços verificada.

Em contraposição às vendas, a produção da indústria doméstica diminuiu 0,5% de P1 a P5, assim como os estoques, que tiveram redução no mesmo período, da ordem de 27,1%. O grau de ocupação da capacidade instalada aumentou [RESTRITO] p.p. de P1 para P5, saindo de [RESTRITO]% para [RESTRITO] %. Contudo, nota-se ainda elevada ociosidade, não tendo a indústria doméstica usufruído do aumento do mercado brasileiro.

No que tange ao custo de produção, analisando-se o valor da produção em termos unitários, verificou-se queda de 12,9%. Tendo em vista que o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno caiu 19,1% de P1 a P5, verifica-se deterioração da relação custo de produção/preço, da ordem de [RESTRITO] p.p. de P1 para P5 (de [RESTRITO] % para [RESTRITO]%). Portanto, verificam-se deterioração dos indicadores financeiros da indústria doméstica como um todo.

Destaca-se que por se tratar de indústria fragmentada, não foi possível para a petionária obter dados detalhados das demonstrações financeiras das 35 empresas que compõem a indústria doméstica, referentes às vendas no mercado interno do produto similar. Nesse sentido, de forma a complementar a análise, a petionária encaminhou os dados da Lupo S/A, a maior produtora de meias do País e também parte da indústria doméstica.

Com relação aos preços da Lupo, constatou-se que, de forma semelhante à indústria doméstica, de P4 para P5, tiveram queda, de 12,6%. Também de maneira semelhante aos preços da indústria doméstica os preços da Lupo terminaram o período de análise (P5) menores que no início (P1), em 17,6%.

O custo de produção unitário da Lupo apresentou queda de 4,5%. Desta forma, a relação custo/preço da Lupo, de forma semelhante à indústria doméstica, apresentou deterioração de P1 para P5, da ordem de [CONFIDENCIAL] p.p. (de [CONFIDENCIAL] % para [CONFIDENCIAL] %), bem como de P4 para P5, da ordem de [CONFIDENCIAL] p.p. (de [CONFIDENCIAL] % para [CONFIDENCIAL] %).

Quanto aos demais indicadores financeiros da Lupo, adotados como referência para a indústria doméstica, verificou-se queda entre P1 e P5, nas seguintes proporções: 39,1% (resultado bruto); 59,3% (resultado operacional); 61,2% (resultado operacional, exceto resultado financeiro); e 58,7% (resultado operacional, exceto resultado financeiro e outras despesas e receitas operacionais). Cabe ressaltar que, com exceção de P3, todos esses indicadores apresentaram diminuições nos demais períodos.

Em relação à lucratividade da Lupo, com exceção de P3, a margem bruta, a margem operacional, a margem operacional exceto resultado financeiro e a margem operacional exceto resultado financeiro e outras despesas apresentaram reduções. Considerando os extremos da série (P1 a P5) estes indicadores apresentaram quedas de [CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente.

Na ausência de dados consolidados para emprego e massa salarial para a indústria doméstica como um todo, serão utilizados os dados da Lupo como referência. Nesse sentido verificou-se queda no número de empregados da linha de produção e dos setores de administração e vendas de, respectivamente, 14,8% e 7,6%, entre os extremos da série (P1 a P5).

Também a massa salarial da produção e do setor de administração e vendas apresentou quedas, respectivamente de 33,9% e 18,6%, entre os extremos da série (P1 a P5).

A partir da análise anteriormente explicitada partir de dados da indústria doméstica, e complementarmente da Lupo S/A, constatou-se deterioração da maioria dos indicadores avaliados e pôde-se concluir pela existência de dano à indústria doméstica ao longo do período analisado.

7. DA CAUSALIDADE

O art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece a necessidade de se demonstrar o nexo de causalidade entre as importações a preços com dumping e o eventual dano à indústria doméstica. Essa demonstração de nexo causal deve basear-se no exame de elementos de prova pertinentes e outros fatores conhecidos, além das importações a preços com dumping, que possam ter causado o eventual dano à indústria doméstica na mesma ocasião.

7.1. Do impacto das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica

Consoante o disposto no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, é necessário demonstrar que, por meio dos efeitos do dumping, as importações objeto de dumping contribuíram significativamente para o dano experimentado pela indústria doméstica.

Para fins desta determinação preliminar, tendo em vista que não se constatou a prática de dumping nas exportações do Paraguai para o Brasil, a análise sobre o impacto das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica se restringirá aos volumes importados das duas outras origens investigadas, China e Hong Kong, que foram objeto de prática de dumping.

As importações objeto de dumping aumentaram 269,8% de P1 a P5, representando [RESTRITO] do volume total de meias importado pelo Brasil, em cada período de P1 a P5, respectivamente.

Observa-se queda expressiva (-38,9%) no volume importado das origens objeto de dumping de P1 para P2, seguido de crescimento contínuo dessas importações a partir de P3. Esse crescimento se traduz em sucessiva expansão da participação das importações objeto de dumping no mercado brasileiro. De P1 para P2, a participação dessas importações teve recuo de [RESTRITO] p.p., entretanto passou a registrar aumentos de [RESTRITO] p.p., [RESTRITO] p.p. e [RESTRITO] p.p., respectivamente, em P3, P4 e P5, na comparação ao período imediatamente anterior, situação que se contrasta com a da indústria doméstica: após um avanço de [RESTRITO] p.p. de P1 para P2, a participação da indústria doméstica cai continuamente: [RESTRITO] p.p. em P3, [RESTRITO] p.p. em P4 e [RESTRITO] p.p. em P5.

A indústria doméstica, que em P1 tinha participação de [RESTRITO]% no mercado brasileiro, passou a ter [RESTRITO]% em P5, enquanto a participação das importações das origens objeto de dumping passou, no mesmo período, de [RESTRITO]% para [RESTRITO] %. As importações de outras origens que não as investigadas também reduziram a participação de [RESTRITO]% para [RESTRITO] %. Ou seja, entre P1 e P5, a participação das importações das origens objeto de dumping no mercado brasileiro cresceu [RESTRITO] p.p., enquanto a da indústria doméstica caiu [RESTRITO] p.p. e a das importações das outras origens que não as investigadas recuou [RESTRITO] p.p.. Diante de um cenário de expansão do mercado brasileiro de 32,1% de P1 a P5, as vendas da indústria doméstica para o mercado interno registraram crescimento de 3,0%.

A tabela seguinte detalha a distribuição do mercado brasileiro de meias, consideradas as parcelas que couberam às vendas da indústria doméstica de fabricação própria, bem como as pertinentes às importações objeto de dumping, as importações do Paraguai (origem investigada para a qual não foi verificada a prática de dumping para fins desta determinação preliminar) e das demais origens.

Mercado brasileiro (% em números-índices) [RESTRITO]					
	Vendas indústria doméstica	Vendas outras empresas	Importações objeto de dumping	Importações do Paraguai	Importações de outras origens
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	107,1	104,5	68,7	72,7	63,0
P3	98,7	96,1	112,1	381,8	40,7
P4	89,5	88,8	160,6	572,7	40,7
P5	78,2	73,4	280,8	609,1	40,7

Fonte: SERFB e petionária

Elaboração: SDCOM

À exceção do intervalo de P1 para P2, quando houve queda de [RESTRITO] p.p., as importações objeto de dumping tiveram aumento de participação no mercado brasileiro de meias em todos os intervalos analisados: [RESTRITO] p.p. de P2 para P3, [RESTRITO] p.p. de P3 para P4 e [RESTRITO] p.p. de P4 para P5. Entre P1 e P5, verificou-se crescimento de [RESTRITO] p.p. na participação dessas importações no mercado brasileiro.

No que tange às importações investigadas originárias do Paraguai, houve queda de [RESTRITO] p.p., na participação no mercado brasileiro de meias de P1 para P2, e crescimento nos demais intervalos analisados: [RESTRITO] p.p. de P2 para P3, [RESTRITO] p.p. de P3 para P4 e [RESTRITO] p.p. de P4 para P5. Entre P1 e P5, verificou-se crescimento de [RESTRITO] p.p. na participação dessas importações no mercado brasileiro.

Na comparação entre o preço internado das importações objeto de dumping e o produto similar vendido pela indústria doméstica no mercado interno, observou-se subcotação em todos os períodos, como apresentado no item 6.1.7.3. Essa subcotação refletiu-se nos preços de venda da indústria doméstica, nos quais se verificou recuo de 1,1% de P2 para P3 e de 19,9% de P4 para P5, caracterizando a ocorrência de depressão de preços. Nos extremos da série, verificou-se um recuo de 20,5% de P1 para P5 nos preços médios de venda da indústria doméstica.

Observou-se, de outra parte, crescimento das vendas de P2 para P3 (3,6%) e P4 para P5 (4,5%) e da receita das vendas da indústria doméstica nos intervalos de P2-P3 (2,0%) e P3-P4 (4,5%), período em que se registrou também forte aumento das importações das origens investigadas.

Entretanto, verifica-se que, mesmo em um contexto de expansão do mercado brasileiro, o crescimento das vendas e da receita da indústria doméstica no mercado interno foi sustentado mediante deterioração na relação custo/preço em P3 (aumento de [RESTRITO] p.p. em relação a P2) e sobretudo em P5 (aumento de [RESTRITO] p.p. em relação a P4). Em relação à receita com vendas no mercado interno, houve queda de 15,5% de P4 para P5, período em que a participação das origens investigadas no mercado brasileiro atingiu o ponto mais elevado.

Tendo em vista tratar-se de indústria fragmentada e em face da ausência de dados que possibilitem a elaboração e análise das demonstrações de resultados do conjunto das 35 empresas que compõem a indústria doméstica neste processo, passa-se à análise, de forma complementar, dos dados da Lupo S/A, maior produtora nacional de meias no País.

De P2 para P3, quando se inicia a tendência de aumento das importações das origens investigadas, todos os indicadores de resultado e margens da Lupo S/A apresentam crescimento, conforme item 6.1.6. Essa situação reverte-se a partir de P3.

De P3 para P4, os indicadores de resultado e margens são influenciados pela queda de 3,3% nas vendas e de 5,3% na receita líquida da empresa, mesmo em um cenário em que houve redução de 2,1% do preço e de 1,6% do custo de produção. O resultado operacional (exceto resultado financeiro e outras despesas) teve expressiva queda de 27,7%. O número de empregados na produção teve queda de 3,7%, e a massa salarial na produção, de 18,2%.

De P4 para P5, quando o volume de importações das origens com dumping atingiu o pico entre todos os períodos analisados, a Lupo S/A apresentou redução de seus preços (-12,6%), mas praticamente não obteve recuperação de seu volume de vendas (+0,1%). A receita líquida registrou recuo de 12,5%. Mesmo com redução do custo de produção (-1,7%), todos os indicadores de resultados e margens também apresentaram queda expressiva, com destaque para o resultado operacional (exceto resultado financeiro e outras despesas), que teve recuo de 16,9%. Na comparação entre P1 e P5, o resultado operacional, excluídos o resultado financeiro e outras despesas da Lupo S/A, apresentou redução de 58,7%.

No caso específico da Lupo S/A, a petionária relata que houve redução na demanda, em função da concorrência com produto objeto da investigação, nas vendas de private label e para grandes organizações.

Ressalte-se, em relação à indústria doméstica como um todo, a conclusão alcançada sobre a magnitude da margem de dumping, conforme exposto no item 6.1.7.4, segundo a qual as importações originárias da China e Hong Kong não teriam impacto negativo sobre os resultados da indústria doméstica na ausência da prática de dumping.

Considerando o exposto, conclui-se preliminarmente que as importações de meias a preços de dumping originárias da China e Hong Kong contribuíram para a ocorrência do dano à indústria doméstica. Contudo, o impacto dessas importações sobre a indústria doméstica será objeto de cuidadosa análise no curso da investigação, com a participação de todas as partes interessadas.

7.2. Dos outros fatores causadores de dano e da não atribuição

Consoante o determinado pelo § 4º do art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, procurou-se identificar outros fatores relevantes, além das importações a preços com dumping, que possam ter causado o eventual dano à indústria doméstica no período de investigação de dano.

7.2.1. Volume e preço de importação das demais origens

A análise das importações brasileiras das demais origens indica que eventual dano causado à indústria doméstica não pode ser a elas atribuído, tendo em vista que esse volume teve queda de 43,1% de P1 para P5, enquanto o volume das importações das origens com dumping apresentou aumento de 269,82%. A participação das importações das outras origens no volume total importado registrou recuo de 44,6% em P2 e de 26,9% em P3, 31,0% em P4 sempre na comparação com o período imediatamente anterior. Nos períodos seguintes, a tendência de queda se reverte, e as importações das demais origens crescem 11,1% de P3 para P4 e 26,4% de P4 para P5, mas não o suficiente para ampliar a participação dessas importações no mercado brasileiro.

A participação das importações das demais origens no mercado brasileiro diminuiu ao longo período em [RESTRITO] p.p, passando de [RESTRITO]% em P1 para [RESTRITO] % em P5.

Por fim, destaque-se que o preço CIF médio das importações brasileiras oriundas das demais origens foi, em média, 345,2% superior ao preço CIF médio das origens com dumping em todos os períodos.

7.2.2. Volume e preço das importações do Paraguai

Considerando que, para fins desta determinação preliminar, não se constatou a prática de dumping nas exportações do Paraguai para o Brasil, faz-se análise sobre o impacto das importações originárias deste país sobre a indústria doméstica.

O volume das importações do Paraguai aumentou [RESTRITO] % no período investigado, sendo que, de P4 para P5, houve aumento de [RESTRITO]% desta origem, ao passo que para as origens com dumping houve aumento de [RESTRITO]% no mesmo período. Tem-se que, em P5, as importações do Paraguai representaram [RESTRITO]%% do volume importado das origens com dumping.

A participação das importações do Paraguai no mercado brasileiro aumentou ao longo período em [RESTRITO] p.p, passando de [RESTRITO] % em P1 para [RESTRITO]% em P5. No mesmo período, a participação das importações das origens com dumping passou de [RESTRITO]% em P1 para [RESTRITO] % em P5, aumentando [RESTRITO] p.p..

Muito embora não se possa descartar o efeito das importações do Paraguai, os dados do processo mostram que as importações da China e Hong Kong, ainda quando se considera Paraguai como um outro fator, continuam a causar dano, eis que ocorrem em volumes muito mais expressivos, têm maior participação no mercado, com maior variação de participação no mercado ao se comparar os extremos do período, e apresentam subcotação, conforme item 6.1.7.3..

7.2.3. Impacto de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos

A alíquota do Imposto de Importação (II) permaneceu inalterada em 35% para as posições NCM 6115 e 6111 durante o período de análise.

7.2.4. Contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo

O mercado brasileiro de meias apresentou retração de 10,7% entre P1 e P2, mas registrou expansão contínua nos períodos seguintes. Cresceu 12,3% em P3, 10,0% em P4 e 19,8% em P5, na comparação com o respectivo período anterior. De P1 a P5, o mercado brasileiro teve crescimento de 32,1%. Nesse mesmo período, constatou-se crescimento de 3,0% do volume de vendas internas da indústria doméstica.

Por outro lado, as importações das origens com dumping apresentaram crescimento de 269,8%, de P1 a P5, saindo de uma participação no mercado brasileiro de [RESTRITO]%, em P1, para [RESTRITO]%, em P5.

7.2.5. Práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e a concorrência entre eles

Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio de meias pelos produtos domésticos e estrangeiros, nem fatores que afetassem a concorrência entre eles.

7.2.6. Progresso tecnológico

Não foram identificadas evoluções tecnológicas que pudessem impactar na preferência do produto importado sobre o nacional. As meias originárias da China, Hong Kong e Paraguai e aqueles fabricados no Brasil são produzidos a partir de processo produtivo semelhante e são concorrentes entre si, disputando o mesmo mercado.

7.2.7. Desempenho exportador

As exportações da indústria doméstica apresentaram queda de 0,5% entre P1 e P2, de 9,4%, entre P2 e P3. Houve aumento de 24,8% de P3 a P4, mas nova queda de P4 a P5, de 9,3%. Os volumes exportados pela indústria doméstica de P1 a P5 não foram significativos, uma vez que corresponderam a 1,0%, 1,1%, 0,9%, 1,2% e 1,0% da produção da indústria doméstica em cada período e, portanto, não podem ser considerados como fator causador de dano.

7.2.8. Produtividade da indústria doméstica

Em se tratando de indústria fragmentada, não foi possível calcular a produtividade da indústria doméstica, definida como o quociente entre a quantidade produzida e o número de empregados ligados diretamente à produção.

Em relação aos dados da Lupo S/A, observa-se que a produtividade aumentou 3,9% de P1 a P5. No mesmo período, verificou-se queda de 3,1% na produção e de 14,8% no número de empregados ligados diretamente à produção. O número de empregados da área administrativa e de vendas da Lupo S/A também teve queda de 7,6%.

Tendo como base os dados da Lupo S/A, não é possível afirmar que esse indicador contribuiu para o dano causado à indústria doméstica.

7.2.9. Consumo cativo

Não houve consumo cativo no período, não podendo, portanto, ser considerado como fator causador de dano.

7.2.10. Da produção de outros produtos

Não há dados da produção de outros produtos em relação ao conjunto das 35 empresas que compõem a indústria doméstica. De todo modo, verificou-se a existência de relevantes capacidade ociosa durante todo o período de investigação.

Em relação à Lupo S/A, houve produção de outros produtos por parte da indústria doméstica no período analisado de dano, em proporção pequena em relação à soma da produção do produto similar e dos outros produtos. Em cada período, a produção dos outros produtos correspondeu a em torno de 0,2% da produção total, não podendo, portanto, ser considerado como fator causador de dano.

7.2.11. Importações ou revenda do produto importado pela indústria doméstica

Ao longo do período investigado, a indústria doméstica realizou importações de meias, em volumes ínfimos, que corresponderam a menos de 0,05% do volume total importado pelo Brasil de cada período.

Não há dados do volume de revenda para a indústria doméstica. Tomando como base os dados da Lupo, observa-se queda de 94,6% de P1 a P2, seguida de variação positiva de 3.064,9% de P2 para P3. O volume de revenda cai 95,1% de P3 para P4 e volta a subir 1.175% de P4 para P5.

Os volumes de revenda da Lupo S/A responderam por menos de 0,02% das vendas totais dessa empresa em cada período de P1 a P5. Não há indícios, portanto, de que a revenda do produto importado tenha sido fator causador de dano.

7.3. Da conclusão a respeito da causalidade

Considerando a análise dos fatores previstos no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, conclui-se preliminarmente que as importações a preços de dumping contribuíram significativamente para a existência do dano à indústria doméstica constatado preliminarmente, conforme no item 6.2 deste documento.

8. DAS OUTRAS MANIFESTAÇÕES

8.1. Das manifestações acerca do direito provisório

Em 15 de outubro de 2020, a ABVTEX protocolou manifestação pontuando que não estariam presentes os requisitos para aplicação do direito provisório. Segundo a associação, não haveria clareza sobre o CODIP, tampouco acerca de quais são as empresas que compõem a indústria doméstica, as empresas produtoras de meias que não

foram consideradas no estudo do IEMI ou sobre a metodologia adotada para a construção do conceito de indústria fragmentada. Acrescenta que não há nítida compreensão sobre todos os produtos produzidos pela indústria doméstica, uma vez que a maioria dos produtos importados pelas varejistas associadas da ABVTEX somente o seriam pela falta de produção nacional seja do produto em si (como as chamadas home socks, meias de chenille etc.) seja pelo detalhamento e variedade não oferecidos nacionalmente (i.e. cartela de cores).

A associação argumenta ainda existir estudo mais detalhado acerca do mercado de meia, como o estudo anual "Estudo do Mercado Potencial - Moda Íntima e Meias", e requer à SDCOM que envie ofício à ABIT ou IEMI para utilização do estudo no caso em tela.

Acrescenta que a análise da subcotação fica prejudicada sem um CODIP bem definido e com a devida segmentação de mercado e que sem entender o que é produzido nacionalmente e, tendo dúvidas sobre se todos os itens importados deveriam continuar no escopo investigado, é impossível de se fazer uma análise, mesmo que preliminar, de relação causal. As dúvidas sobre a base que foi considerada pelo IEMI para compor os dados da indústria nacional, não permitiria que o atual "danômetro" fosse considerado para uma análise objetiva.

Por fim, aduz que os varejistas sofrem com suposta falta de matérias primas e o câmbio elevado, sendo que, neste cenário, impor o direito antidumping seria um grande ônus para as varejistas e consumidores. Eventual aplicação fecharia o mercado de meias e eliminaria produtos do mercado. Acrescenta que, em outras investigações optou-se, em condições similares, pela não aplicação do direito provisório.

Em 20 de novembro de 2020, a CM Imports manifestou-se apontando que a aplicação de direito seria extremamente prejudicial aos consumidores, sobretudo os mais pobres, pois levaria a um aumento de preços e/ou risco de desabastecimento, haja visto que as meias importadas não são fabricadas pela indústria doméstica. Aponta ainda que o preço do algodão subiu, que o direito afetaria 95% das importações em montantes não razoáveis e que a SDCOM deve esclarecer todas as dúvidas antes de tomar decisão de aplicação.

Em 04 de dezembro de 2020, a Hoahi requereu que a determinação preliminar expedida por essa Subsecretaria não contivesse proposta de aplicação de direito antidumping provisório, pois qualquer decisão que não leve em conta as efetivas diferenças entre o produto nacional e o importado criará barreira artificial e injusta ao ingresso de produtos no Brasil. A Hoahi salientou a necessidade de aprofundamento das discussões sobre os aspectos de dano e de produto.

Em 15 de fevereiro de 2021, a ABIT protocolou manifestação pleiteando que a SDCOM realize determinação preliminar positiva e recomende à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) a aplicação de medida antidumping provisória contra as origens investigadas. Nesse sentido, a ABIT aduziu que todos os pressupostos para aplicação da medida pretendida, previstos no Decreto nº 8.058, de 2013, encontram-se iam satisfeitos. A ABIT pontuou que tem plena convicção de que há elementos suficientes para uma determinação preliminar positiva de dumping, dano e nexa causal, e que medidas provisórias são necessárias para impedir que ocorra dano - ou, no caso, que o dano se agrave - durante a investigação. Acrescentou que o art. 66, do Decreto nº 8.058/2013 estabelece requisitos para a aplicação de direitos provisórios, e que o art. 66, III, determina que os direitos provisórios serão aplicados se "a CAMEX julgar que tais medidas são necessárias para impedir que ocorra dano durante a investigação", sendo que há na presente investigação tal risco. A ABIT traz dados que comprovariam que as importações de meias das origens investigadas seguiriam sendo realizadas em grandes quantidades e a preços baixos.

Sobre os comentários da ABVTEX de 15 de outubro de 2020, a ABIT aduziu que, por se tratar de indústria fragmentada, a mensuração dos indicadores do segmento de meias pode ser feita a partir de dados que não sejam fornecidos nos moldes da Portaria SECEX nº 41, de 2013.

Acrescentou que embora a ABIT tenha apresentado como complemento dados do maior produtor nacional, a Lupo, as informações do estudo do IEMI seriam abrangentes e cobrem diversos desses indicadores. Apenas com esses indicadores mais abrangentes, torna-se perfeitamente possível concluir haver cenário de dano material. Os dados da Lupo apenas corroborariam esse entendimento ao aprofundarem outros indicadores, como os econômico-financeiros.

Sobre o desabastecimento alegado, a ABIT acrescenta que as notícias colacionadas são genéricas e não tratam de meias, e que o cenário seis meses depois já seria distinto, sendo o direito antidumping essencial em um cenário de retomada econômica.

Por fim, ressaltou que não houve qualquer óbice para o amplo e adequado exercício de manifestação por parte das demais empresas habilitadas como partes interessadas na presente investigação e que a SDCOM tem adotado postura plenamente compatível com o princípio do contraditório e da ampla defesa.

8.2. Dos comentários da SDCOM

Considerando que o presente documento não recomenda a aplicação de direito provisório, conforme os argumentos apresentados no item a seguir, perdeu-se o objeto das manifestações neste sentido. Ainda há dados a receber das partes interessadas, e tampouco foi feito pedido de elementos de prova dos dados nos autos. Sendo assim, a autoridade entende que, para a presente investigação, deve-se conservadoramente não propor a aplicação de direito provisório.

Cumpre ainda destacar que, como se sabe, quando a indústria doméstica é considerada indústria fragmentada, há regras especiais que regem a investigação. Esta SDCOM respeitou estritamente todos os ditames legais, e, no curso da investigação, sempre engendrou os maiores esforços de forma a obter as informações mais adequadas para os fins que se propõe. Não por outro motivo que foi realizada nova seleção de exportadores, e foi acatada sugestão de alteração do CODIP, tendo sido concedido prazo adicional às partes.

Isto posto, os dados da indústria fragmentada de meias atendem plenamente ao exigido e necessário para a análise da SDCOM, motivo pelo qual refuta-se a alegação da ABVTEX de que o danômetro utilizado não seja adequado. Com as limitações inerentes à uma indústria fragmentada, os dados utilizados espelham tão bem quanto possível a indústria doméstica de meias. Não há que se confundir a Lupo com a indústria doméstica, e o fato de terem sido usados alguns indicadores exclusivos da Lupo não erode o fato de que ela é apenas uma das 35 empresas que compõem a indústria doméstica. Inclusive, tampouco era requerido que se utilizasse dados da Lupo, e somente assim o fez a autoridade para, justamente, buscar ter na investigação os dados mais precisos de modo a analisa tão detalhadamente quanto possível em um caso de indústria fragmentada.

Ainda, a despeito das informações complementares solicitadas à petição, os indicadores da indústria doméstica constantes do parecer de início permitem sim uma análise objetiva. O escopo do produto investigado foi definido no início da investigação e as importações foram devidamente depuradas. Ainda que se possa adotar formas mais rebuscadas para possibilitar a justa comparação, como a própria SDCOM já indicou ao adotar novo CODIP, refletindo as manifestações das partes interessadas nos autos do processo, a própria ausência de resposta ao questionário dos produtores/exportadores chineses e de Hong Kong fará obrigatoriamente com que a autoridade investigadora recorra aos fatos disponíveis. Ademais, para fins de início da investigação, a SDCOM já buscou uma comparação mais justa com base nos dados disponíveis à época, quais sejam, a divisão com base nos subitens da NCM.

Sobre a existência de outros estudos sobre o setor, a manifestante parece querer se colocar no papel desta autoridade investigadora. Esta SDCOM ressalta que qualquer estudo utilizado passará por crivo de aceitabilidade conforme legislação aplicável, e será realizada a análise detalhada de qualquer estudo utilizado, como de praxe. Esta SDCOM solicitou que o IEMI disponibilize em versões restrita e confidencial as bases dos Painéis utilizados pelo IEMI para apuração da produção nacional de meias dos anos de 2014 a 2017, além de esclarecer a aparente inconsistência entre os percentuais de participação de meias-calças no total do mercado de 8,8% e de 21%, conforme apontado pela ABVTEX.

Sobre a solicitação da ABVTEX acerca do estudo anual "Estudo do Mercado Potencial - Moda Íntima e Meias", a Subsecretaria esclarece que serão solicitadas as informações que julgar necessárias para a adequada análise dos fatos em debate.

A SDCOM aponta que a afirmação da CM Imports, de que as meias importadas não seriam fabricadas pela indústria doméstica, serão consideradas meras alegações, por estarem desacompanhadas de elementos comprobatórios. Sobre dever esclarecer todas as dúvidas antes de tomar decisão de aplicação, a SDCOM indica que não foi recomendada a aplicação de direito provisório com base nos argumentos indicados no item 9 infra.

Os dados a serem recebidos com o novo CODIP permitirão à SDCOM ter uma análise ainda mais clara da subcategoria e demais elementos, e no decurso da instrução processual as partes terão ampla oportunidade de também analisarem e se manifestarem.

Os comentários da ABVTEX e da CM Imports sobre desabastecimento nacional e ônus aos importadores se houver eventual aplicação de direito dizem respeito a questões de interesse público e não serão aqui tratados.

8.3. Das manifestações acerca da utilização de dados da Lupo

Em manifestação protocolada em 28 de janeiro de 2021 a ABVTEX referiu-se a várias questões relativas aos dados da Lupo.

Primeiramente, alegou que não haveria procuração da Lupo aos membros do escritório Barral M Jorge Consultores Associados, procuradores da petionária. Tampouco haveria comunicação da Lupo com a ABIT para concordar com a cessão de seus dados para esta. Nos autos do processo, haveria somente uma carta de representatividade na qual a ABIT confirma alguns de seus associados, dentre eles a Lupo, a qual não seria uma prova de que a associação poderia falar em nome da empresa, já que seu estatuto social exige que para representar a sociedade haveria necessidade de procuração.

Apesar disso, alega a ABVTEX, o procurador da petionária ABIT, em nome da Lupo, aportou dados primários de dano e custos da referida empresa nos apêndices da Inicial e das respectivas Informações Complementares desta investigação, chegando inclusive a preencher o campo de "dados das empresas representadas". Mais do que isso, na própria resposta ao ofício de informações complementares à Petição Inicial, o dito procurador teria respondido a itens relativos às informações primárias da Lupo nos apêndices da Inicial, em nome da Lupo.

Sobre o tema, a ABVTEX alegou que a apresentação de procuração seria condição sine qua non para validade do aporte de dados do questionário e das informações da Inicial. Para esse fim, sua representação processual haveria de ter sido concluída quando da apresentação da Petição Inicial ou em até 91 dias após a abertura da investigação.

Neste sentido, a ABVTEX alegou que, findado tal prazo, os dados de dano apresentados pela Lupo teriam sido superveniente e indiscutivelmente invalidados, pois não teria havido regularização da representação processual da Lupo.

Dessa forma, alegou a associação, os indicadores de custo, relação custo/preço, fluxo de caixa, retorno sobre investimentos e capacidade de captar recursos ou investimentos, aportados pela Lupo, deveriam ser desentranhados da investigação ou desconsiderados de qualquer análise objetiva seja para fins de determinação preliminar ou final.

Também os montantes a título de Valor Normal construído para a China, Hong Kong e Paraguai teriam sido prejudicados, pois adotaram a estrutura de custos apresentada pela Lupo.

Dessa forma, alegou a ABVTEX, tanto os indicadores da indústria doméstica (dano), quanto o Valor Normal (dumping) teriam utilizado dados irremediavelmente inválidos da Lupo. Também as análises iniciais e preliminares de dano, dumping e nexos de causalidade restariam invalidadas.

A manifestante alegou que a circular de abertura desta investigação teria retroativamente se tornado nula, de forma a forçar o encerramento da presente investigação sem resolução de mérito. Por fim, a ABVTEX solicitou que isso fosse feito já em sede de determinação preliminar, evitando-se assim, adicionais dispêndios de recursos escassos e respeitando-se o princípio da economia processual.

Dando sequência à sua manifestação, a associação, apesar de considerar irremediavelmente inválidos, analisou os dados da Lupo, alegando estarem inconsistentes em si. Nesse sentido, a ABVTEX referiu-se a (i) dúvidas quanto à completude dos dados e à (ii) seletividade do aporte de indicadores financeiros.

(i) Dúvidas quanto à completude dos dados da Lupo. A ABVTEX afirmou que solicitou a disponibilização dos estudos "Painel Anual IEMI" que deram base para os percentuais utilizados para se apurar o número de produtores nacionais e a produção total do produto similar, bem como solicitou que a SDCOM oficiasse a ABIT ou o IEMI para que disponibilizassem a edição mais recente do estudo "Mercado Potencial de Vestuário, Meias e Acessórios", estudo mais detalhado sobre o mercado brasileiro de meias e oferecido ao mercado para aquisição.

A petionária, por sua vez, teria se recusado em diversas oportunidades a oferecer, ainda que em versão restrita, o estudo "Painel Anual IEMI", prejudicando análises mais acuradas pelas demais partes interessadas. A ABVTEX alegou que desde então, nunca teria conseguido compreender e refazer o caminho metodológico dos dados de dano aportados na inicial - especialmente no que diz respeito à totalidade da produção nacional.

A associação alegou então ter recorrido ao estudo "Mercado Potencial de Vestuário, Meias e Acessórios", elaborado pelo próprio IEMI em 2016, e perquiriu comparações com o estudo que embasa a petição da ABIT. E alegou que o ano de 2015, comum àquele estudo e ao "Estudo Setorial do Mercado de Meias no Brasil", também elaborado pelo IEMI em janeiro de 2020, deveria refletir um mesmo dado, o que não teria ocorrido.

Assim, prosseguiu, no "Estudo Setorial do Mercado de Meias no Brasil", encomendado pela ABIT para instruir sua Petição, a produção de meias-calças representaria 8,8% do total do mercado de meias em P1. Já no estudo "Mercado Potencial de Vestuário, Meias e Acessórios", o percentual de participação seria de 21%. A ABVTEX alegou ser inequívoco que um ou outro estudo não refletiria a realidade material do mercado.

(ii) Seletividade do aporte de indicadores financeiros pela Lupo. Como causa da diferença referida a manifestante alegou que teria havido seletividade do aporte de indicadores financeiros.

No Apêndice V da Inicial e do ofício de informações complementares (vendas totais), a ABIT apresentou como dado público, entre as colunas R a AM daquela planilha de Excel, os dados de receita da Lupo tanto dos produtos investigados como a receita total da empresa, os quais foram conciliados pela ABVTEX com as demonstrações financeiras auditadas da Lupo. A associação alegou que os dados da "Receita Operacional Líquida" da Lupo, constantes do referido apêndice, deveriam ser iguais ou pelo menos muito próximos aos dados da Receita Líquida da demonstração de resultados da Lupo para todos os anos investigados.

A ABVTEX alegou que a grandeza dos dados de 2015 e P1 (jul/2014 a jun/2015), seria bastante similar entre "Lupo Controladora", "Lupo Consolidado" e Apêndice V. Contudo, a partir de 2016 e P2, os valores da Receita Operacional Líquida apresentariam uma discrepância entre aquela da "Lupo Consolidado" e do Apêndice V, ao passo que haveria uma similaridade dos montantes entre "Lupo Controladora" e os dados do Apêndice V.

A manifestante alegou acreditar que a Lupo teria aportado dados para a presente investigação de toda sua receita e produção daqueles produtos fabricados por sua empresa controladora, mas a receita e produção das empresas que a Lupo S.A. controla que entrariam no faturamento Consolidado não teriam sido aportados para o caso em tela. A ABVTEX indicou que as Demonstrações Financeiras apontam que a Lupo S.A. controla as empresas Lupo Franquias Ltda., Scalina Ltda. e Itabuna Têxtil Ltda.

A ABVTEX alegou que esta hipótese foi aventada com base nos indícios constantes da conciliação descrita acima, a qual, caso confirmada, traria uma série de consequências graves à presente investigação (caso as empresas controladas produzam ou vendam o produto similar). Por essa razão a ABVTEX pediu a suspensão das demais análises dessa investigação até a apuração e confirmação dessa hipótese.

A associação alegou não haver qualquer esclarecimento em versão restrita quanto às afiliadas (controladas) da Lupo no inteiro teor da Inicial, bem como na sua resposta ao ofício de informações complementares. O fato seria apenas esclarecido em passagens da petição de habilitação como indústria fragmentada.

Ou seja, na habilitação como indústria fragmentada a Lupo foi referida como um grupo, mas na Petição de dumping a ABIT não teria submetido dados do grupo nos apêndices da Lupo.

A ABVTEX alegou que outra ilegalidade seria o fato de a ABIT ter fornecido a estrutura legal da empresa em base 100% confidencial na Petição, mesmo com demonstrativos financeiros públicos, o que seria vetado pela legislação antidumping.

A manifestante alegou que nas investigações de defesa comercial, as empresas controladas seriam consideradas empresas relacionadas/associadas e, dessa forma, todos os dados relativos à produção e vendas do produto similar das controladas necessariamente teriam de ser aportados, sob pena de não se reportar venda do produto similar doméstico realizada durante o período de investigação. Caso isso tenha efetivamente ocorrido, haveria uma falha importante que impossibilitaria validar os dados da Lupo e esta não passaria em uma verificação caso fosse performada.

Dessa forma, prosseguiu, a SDCOM deveria averiguar se Lupo Franquias Ltda. teria alguma receita de venda do produto similar doméstico, assim como Scalina e Itabuna Têxtil. A ABVTEX afirmou não ter conhecimento sobre a operação da Lupo Franquias Ltda. Entretanto, a Scalina, seria inequivocamente fabricante de produto similar doméstico, a saber, meias-calças das marcas Trifil e Scala. Já a Itabuna Têxtil pareceria ser fabricante de meias-calças.

Por todo o exposto, alegou, pareceria cada vez mais se confirmar a hipótese de que importante parcela de produção, vendas e receita de produção do produto similar doméstico (meias ou meias-calças) não tenham sido aportadas pela Lupo S.A. na inicial da ABIT. Esses dados necessariamente deveriam ter sido aportados, mas não o foram.

Se isso ocorreu, prosseguiu, haveria falha grave nos dados da Lupo, os quais não poderiam ser ratificados nem retificados, levando à única possível consequência de total desconsideração desta investigação. Por fim, a manifestante solicitou que a SDCOM confirmasse as hipóteses aventadas o quanto antes para que se possa continuar a analisar os dados de dano até o momento apresentados.

Ainda dentro da questão da seletividade dos dados apresentados pela Lupo, a ABVTEX alegou que quando aportou os dados de receita operacional líquida, a Lupo adotou apenas os dados da controladora (consoante sua demonstração financeira). Entretanto, prosseguiu, quando aportou os dados relativos aos indicadores financeiros, a Lupo indicou aqueles relativos às operações consolidadas (o que fez incluir Lupo Franquias Ltda., Scalina Ltda. e Itabuna Têxtil Ltda). ABVTEX alegou que esta ação seria uma contradição e indicaria flagrante seletividade da Lupo e da ABIT, as quais teriam pinçado os dados que lhes seriam mais favoráveis, em violação ao método, à lógica e à objetividade que exigem as análises de defesa comercial.

A manifestante alegou que essas inconsistências não estariam limitadas aos dados financeiros da Lupo, mas se estenderiam ao próprio estudo "Estudo Setorial do Mercado de Meias no Brasil" do IEMI, o qual abordou produção e venda das 35 produtoras da indústria doméstica. Isso porque a Itabuna Têxtil teria sido considerada na apuração dos dados de dano de produção e vendas domésticas, ao passo que a Scalina não.

Após endereçar estas questões a associação alegou haver impossibilidade de retificação dos dados, além de vício na petição. Afinal, como a Lupo não forneceu e não poderá fornecer instrumento de mandato, não haveria como retificar nem ratificar as informações incompletas que foram prestadas. Assim, a abertura da presente investigação teria sido contaminada por indicadores baseados em dados inválidos, de modo que só poderia ser nula.

Sem embargo, a ABVTEX alegou que, ainda que a SDCOM não invalide os dados primários da Lupo, seria juridicamente impossível dar seguimento à presente investigação sem que ela seja acometida de intoleráveis ilegalidades.

A ABVTEX alegou que os seguintes dados da Lupo deveriam ser invalidados: (1) estrutura de custos e consequentemente o valor normal, (2) coeficiente de mão de obra, (3) volumes de venda, (4) indicadores financeiros para composição dos elementos de despesas gerais, administrativas e financeiras, (5) todos os dados de emprego, da produtividade e da massa salarial, (6) todos os dados de faturamento (receita líquida das vendas, preço médio de venda, demonstração de resultados, margens de lucro, custo de produção, participação do custo de produção no preço de venda, fluxo de caixa, retorno sobre investimentos e a capacidade de captar recursos ou investimentos) e (7) todas as análises de subcategoria que tiveram como base o preço internado da Lupo para comparação.

A manifestante alegou que os efeitos dos vícios acometidos pela eventual falha e invalidade dos dados apresentados pela Lupo acometeriam diversas searas dessa investigação. A análise preliminar de dumping seria invalidada, uma vez que os coeficientes para a construção do Valor Normal estariam comprometidos (prejudicando os raciocínios preliminares de existência de dano já que diversos dos indicadores de dano vieram exclusivamente do questionário da Lupo), assim como seria anulada a análise preliminar de causalidade já que a subcategoria também restaria inócua.

A ABVTEX alegou ainda que a ABIT teria amplo acesso e conhecimento prévio da Portaria SECEX nº 41, de 2013, a qual enumera todas as informações que deveriam necessariamente constar da Petição Inicial de medida antidumping. Mesmo tendo ciência prévia delas, a petionária não foi diligente ao não providenciar procuração da empresa que aportou dados e, com relação a esses mesmos dados, apresentou-os de maneira incompleta, deixando de contemplar dados produtivos e financeiros das empresas que são controladas pela Lupo.

A associação alegou que, já se adiantando a provável alegação da ABIT, mesmo se tratando de caso de indústria fragmentada, a validação de dados primários seria exigível e devida, dado que as prerrogativas conferidas à produção nacional fragmentária se restringiriam a prazos flexibilizados e à menor exigência de representatividade da petionária em relação à produção nacional para fins do direito de petição.

A ABVTEX fez referência ainda ao recente encerramento, sem resolução de mérito, da investigação antidumping das importações brasileiras de anidrido ftálico, oriundas de Israel e Rússia, consoante a Circular SECEX nº 25, de 24 de abril de 2020. A SDCOM teria reconhecido, de forma superveniente à abertura do caso, que a incompletude da Inicial em relação às informações exigidas na Portaria SECEX nº 41, de 2020, ensejaria a anulação do ato administrativo que iniciou a investigação, em razão da correlação de causalidade entre erros de forma da petição e má formação da motivação administrativa adjacente aos referidos vícios.

Naquele caso, prosseguiu, haveria somente uma empresa aportando os dados de dano e ensejou-se o fim da investigação. Transplantando aquele caso para a presente investigação, a incompletude de dados da Lupo - que não forneceu um questionário Word completo, escrito, tampouco um Excel com todos os apêndices - deveria ser rejeitada pela autoridade de defesa comercial.

A associação alegou que não tendo a Lupo apresentado seus dados corretamente, não podendo ser validados em um teste de totalidade durante uma verificação, seus dados deveriam ser desconsiderados como parte da indústria doméstica, mas continuariam figurando no tamanho do mercado brasileiro, assim como os dados da Scalina (se diferentes da Itabuna Têxtil) teriam de ser incorporados ao total do mercado brasileiro. A consequência disso seria que os dados das demais empresas corresponderiam somente a 11,19% do total produzido.

A ABVTEX apontou que, antes que a petionária promova palavras fervorosas, não teria a intenção de tumultuar o processo, mas somente resguardar a higidez dos dados, fatos e corretos procedimentos que sempre foram muito caros a essa autoridade de defesa comercial.

E prosseguiu, apontando que a adoção exclusiva de dados da Lupo para alguns indicadores ou para a estrutura de custos da indústria doméstica não obedeceria ao entendimento pacífico, conforme casos do Órgão de Solução de Controvérsias e o Órgão de Apelação da OMC. Uma representatividade de dados de 11,19% (e mesmo os anteriores 18,7%) poderia ser suficiente para receber a petição e falar em nome dessa indústria, mas poderia não ser suficiente para garantir a objetividade da análise de dano.

A manifestante alegou que com base nos casos referidos seria possível concluir que para uma análise objetiva e com base em provas positivas sobre a situação dos produtores brasileiros de meias, seria necessária a disponibilização de uma parcela significativa de dados referentes à produção nacional para que a SDCOM possa fazer uma avaliação assertiva. Caso contrário não seria possível afirmar com credibilidade que a situação daqueles produtores que constituem a "indústria doméstica", no caso apenas a Lupo, para alguns dados de dano, e demais empresas do estudo do IEMI, poderia ser generalizável para o restante das empresas nacionais produtoras.

Assim, prosseguiu, ficaria claro que a análise da "parcela significativa" de dados completos para se fazer uma análise de dano seria destacada do "teste de representatividade" (i.e. 25%) ou mesmo da análise da indústria fragmentada que serve somente para avaliar o interesse/possibilidade da indústria em iniciar ou não uma investigação antidumping.

A ABTEX apontou que o Órgão de Apelação em EC - Fasteners teria determinado que 27% não configuraria parcela significativa da indústria doméstica à luz do art. 4.1 do ADA. Ao se transplantar a legislação e jurisprudência internacional para o presente caso ficaria claro que a peticionária que representa somente 18,7% ou mesmo 11,19% da produção nacional poderia preencher os critérios para deferimento da petição de abertura da investigação nos termos da Portaria 41, porém, não necessariamente representaria parcela significativa da produção total nacional perante o art. 4.1 do ADA e, portanto, não forneceria elementos suficientes e representativos para uma adequada determinação de dano.

A associação alegou que somente uma empresa que representa uma parcela de 6,8% da produção nacional (Lupo, considerando os dados equivocadamente aportados) e que aportou a completude dos elementos de dano, assim como julgado no caso EC - Fasteners, não seria capaz de fornecer uma base de dados ampla, que possibilitasse utilizá-la como proxy da situação da indústria doméstica como um todo. Tal base de dados não permitiria uma avaliação objetiva com base em provas positivas, o que poderia resultar em uma determinação de dano distorcida ou enviesada.

Porém, acrescentou, a Lupo não tendo apresentado seus dados corretamente, esse percentual cairia para 0%, pois os dados apresentados em verdade seriam inválidos.

Uma outra questão levantada pela ABVTEX foi que, comparando seus dados de receita e produção com o restante da indústria doméstica, a Lupo não teria o mesmo padrão de evolução das demais, o que poderia causar um risco material para a análise de dano.

A ABVTEX alegou que, com base nos julgados internacionais apresentados, o percentual apresentado pela Lupo e demais empresas do estudo IEMI não corresponderia a uma parcela significativa da indústria para fins de análise de dano. Desta forma, a base de dados constante dos autos não seria suficiente para uma fiel determinação sobre o real desempenho da indústria doméstica e análise objetiva do dano e correlato nexos causal.

A associação alegou que o caso EC - Fasteners levaria a uma melhor compreensão do conceito de representatividade, indústria doméstica, análise objetiva para fins de dano e também conferiria uma aula sobre indústria fragmentada nesses mesmos assuntos, pois nesse caso a indústria europeia continha mais de 300 produtores nacionais. A ABVTEX apontou que, uma vez que a indústria doméstica de meias foi considerada como fragmentada seria necessário ler, estudar e compreender muito bem o caso de EC Fasteners, pois nesse caso, mesmo coletando dados de 27% da indústria nacional, considerou-se que os dados aportados não permitiriam uma análise de dano objetiva, já que não teria havido um método de coleta de dados que possibilitasse evitar vícios estatísticos de não buscar uma amostra que fosse representativa do restante da indústria. Naquele caso, os dados de dano partiram somente de empresas que tiveram o interesse em retornar o questionário, assim, o Órgão de Apelação considerou que esse não seria um critério importante que legitimasse a objetividade dos dados.

Dessa forma, prosseguiu, a ABVTEX solicitou que essa autoridade de defesa comercial, possa, já em sede de determinação preliminar, decidir se na presente investigação os dados exclusivos do IEMI poderiam trazer a necessária objetividade da análise de dano, já que também contou somente com questionários voluntariamente retornados para esse Instituto e não teria havido uma metodologia adequada de coleta de dados.

A ABVTEX concluiu sua manifestação solicitando que a SDCOM apure o quanto antes os fatos apresentados para que possa trazer uma definição se essa investigação deve continuar ou ser encerrada já em sede de determinação preliminar. Caso a investigação prossiga, a manifestante solicitou que todos os dados viciados e listados sejam corrigidos já no momento da determinação preliminar para que haja tempo suficiente para todas as partes se manifestarem durante o curso do processo. Uma vez que as alterações abarcariam análises preliminares de dumping, dano e nexos causal, a disponibilização de dados corretos somente em sede de nota técnica ou determinação final causaria um grande prejuízo para o princípio da ampla defesa, contraditório e do devido processo legal.

Em 15 de fevereiro de 2021, a ABIT trouxe comentários sobre a manifestação da ABVTEX datada de 28 de janeiro de 2021. Aduziu a ABIT que a petição foi apresentada por ela em nome da indústria doméstica de meias. Por definição, complementou a associação, essa hipótese é diferente daquela em que a própria indústria doméstica apresenta pleito ao governo. O fato de uma associação ou entidade de classe ter prerrogativa de apresentar petição em nome da indústria doméstica pressuporia que esse representante tenha acesso a informações da indústria representada. Do contrário, aduziu a associação, não seria possível apresentar, por exemplo, indícios da existência de dano.

Afirmou ainda que a legislação aplicável, em especial o art. 29 e o capítulo III da Portaria SECEX no 41, de 2013, são silentes em relação à forma como a associação deve agir, no caso de falar "em nome" da indústria doméstica. O art. 56 da mencionada Portaria não exigiria que seja indicado um representante legal, tampouco exigiria que cada empresa representada tenha que regularizar representação junto à SDCOM. No entender da ABIT, ABVTEX, nesse ponto, deseja a criação obrigações que não existem na legislação.

Segundo a ABIT, existiriam duas relações no caso em tela: (i) a relação entre as empresas representadas e a associação que as representa e que delas colhe dados para petição é uma; (ii) a relação processual envolvendo a entidade de classe que apresenta uma petição "em nome da indústria doméstica". Apenas na 2ª relação aplica-se o prazo de 91 dias, o que estabeleceria o art. 29 seria apenas informar quem são as empresas que fornecem dados para fins de dano.

Diferentemente, acrescentou, seria se a petição tivesse sido apresentada sem intermédio de entidade de classe. Pela lógica, nesse caso, ter-se-ia apenas relação entre a SDCOM e a indústria doméstica que apresenta diretamente a petição. Somente neste caso, a representação legal direta se faz obrigatória. No entanto, como a petição da presente investigação não foi apresentada pela Lupo, e sim pela ABIT, a representação legal da Lupo não é necessária. A Portaria apenas exigiria que a ABIT tenha sua representação regularizada, que indique quem são as empresas representadas (art. 29) e que apresente os dados delas recebidos ou a elas relativos (capítulo III).

Acrescentou a ABIT que a presente investigação diz respeito à indústria fragmentada, e que tal fato permite ao peticionário a não observância das regras estritas aplicáveis a indústrias não fragmentadas. Informou ainda que mostrou estar disposta a empreender os esforços necessários para levar o maior número de informações possível para auxiliar a SDCOM a melhor entender o universo dos indicadores da indústria de meias e que engendrou esforços para apresentar dados que sequer seriam obrigatórios no contexto de uma indústria fragmentada.

Apontou que é notório que o representante da ABIT fala no processo em nome da ABIT, utilizando ou não informações que as empresas representadas - entre as quais, a Lupo - fornecem para a Associação, sendo a petição assinada pela ABIT, que fala em nome da indústria doméstica.

Classificou como forçada a estratégia da ABVTEX em questionar a manifestação da ABIT pelo fato de ter-se iniciado uma frase com "a Lupo esclarece", pois não há diferença entre assim se redigir a frase ou usar-se: "conforme informações recebidas da Lupo, a ABIT esclarece", assim como também trouxe a ABIT informações advindas do IEMI, o que não quer dizer que o representante legal fale em nome da Lupo, da IEMI ou de qualquer outra produtora. Ressaltou que a ABIT age processualmente em nome da ABIT.

Acerca do prazo de 91 dias para regularização da habilitação, a associação aduziu que, com base no art. 2º, §§ 3º e 4º, da Portaria SECEX nº 30, de 2018, que regulamenta o procedimento administrativo eletrônico relativo aos processos de defesa comercial, tal prazo de 91 dias somente diz respeito a alguns atos listados nos incisos II a V do art. 2º, o que não inclui o fornecimento de informações à entidade de classe. Ademais, sendo a Lupo uma produtora nacional, ela por direito automaticamente é parte interessada independente de manifestação prévia, e não se aplica tal prazo.

Em 15 de fevereiro de 2021, a ABIT comentou manifestação de 28 de janeiro da ABVTEX acerca do dano, em que a ABVTEX questiona haver inconsistências, incompletudes e/ou seletividade de aporte de indicadores financeiros nos dados da indústria doméstica, alegando, ainda, não ser possível conciliar os dados apresentados pela ABIT. A ABIT pontuou que, em sua opinião, o entendimento equivocado da ABVTEX deu-se por se tratar de dados confidenciais, aos quais a ABVTEX não tem acesso. Reiterou que a Lupo, como empresa representada, está a disposição para passar por procedimento de verificação in loco ou procedimento que a substitua nesses tempos de pandemia. Acrescentou que as alegações da ABVTEX que relacionam representatividade com análise objetiva de dano devem ser vistas sob outro prisma. Para a Abit, mesmo em relação à jurisprudência do caso EC - Fasteners, o foco do entendimento do Órgão de Apelação voltar-se-ia mais para a obrigação que tem a autoridade investigadora de assegurar que a configuração da indústria doméstica, inclusive no caso de ser fragmentada, não leve a distorções na análise de dano material, do que para eventual peso do percentual de representatividade dessa indústria.

A ABIT pontuou que a situação de indústrias fragmentadas é distinta da de indústrias não fragmentadas. De qualquer forma, no entendimento da ABIT, todos os elementos de dano levados à presente investigação permitem que a SDCOM chegue a conclusões objetivas, e não distorcidas, da situação de dano por que passa a produção nacional de meias.

Quanto à discrepância de informações do IEMI alegada pela ABVTEX, apontou que se trata de dados anteriores ao período investigado, e que não cabe à ABIT fazer ilações a

respeito de informações anteriores ao período de dano, para as quais sequer há detalhes sobre

natureza dos dados. A utilização de unidades distintas também poderia explicar diferenças porventura existentes.

8.4. Dos comentários da SDCOM

Em relação à manifestação da ABVTEX que alega ser nula a abertura da investigação em função de inexistência de procuração da Lupo à peticionária, a SDCOM entende que a ABIT apresentou petição devidamente instruída com dados da indústria doméstica, os quais abrangem dados fornecidos pelo IEMI e dados fornecidos por uma de suas associadas, que é a Lupo. Nesse sentido a SDCOM acredita que esta empresa não precisa estar representada por meio de uma procuração para a ABIT.

Ao se aplicar a lógica da ABVTEX, deveria a SDCOM exigir que esta associação apresentasse procuração de todos os seus 25 associados, ou ainda que a CCCT - China Chamber of Commerce for Importers & Exporters of Textiles apresentasse procuração de suas mais de 12.000 mil associadas. Não é necessário muito esforço cognitivo para perceber que uma das funções precípua de uma associação é falar em nome de seus associados. O pleito da ABVTEX cercearia o direito à ampla defesa e obstaría a efetividade de toda a legislação pátria e multilateral no que concerne às particularidades de uma indústria fragmentada. Ademais, a única interessada que poderia, eventualmente, ser habilitada para reclamar seria a própria Lupo.

Apenas em caráter ilustrativo, situação diversa ocorreria algum escritório de advogados tivesse apresentado os dados da Lupo desprovido de procuração, sendo ela a única empresa da indústria doméstica. Dessa forma, rechaça-se veementemente a existência de vício formal insanável. Não é minimamente razoável que a redação utilizada em uma manifestação possa ser considerada para desconstruir a realidade dos autos de que a ABIT tem o poder inerente de representar uma associada.

Com relação ao caso de anidrido ftálico citado pela ABVTEX, a SDCOM aponta que tal comparação é forçosa. Relembre-se que a Circular SECEX nº 28, de 24 de abril de 2020, indicou que a não apresentação do Apêndice VII-Venda a venda em sua completude na petição constituiu a deficiência formal insanável que levou ao encerramento daquele caso. Nota-se que o caso de meias apresenta situação inversa à daquele: em função das limitações inerentes a uma indústria fragmentada, a peticionária - de forma diligente, na visão da SDCOM - aportou dados complementares de uma de suas associadas relativos tanto a indicadores que a indústria doméstica fragmentada havia apresentado, quanto a indicadores que não poderiam ser aportados por esta (como DREs e margens, dados de emprego e massa, fluxo de caixa etc.). Dessa forma, não parece ser este, na visão da SDCOM, motivo suficiente para a anulação de uma investigação de defesa comercial, apesar do pleito da ABVTEX.

Com relação à alegada incompletude dos dados da Lupo, a SDCOM aponta que é necessário ressaltar que os dados de dano a serem analisados são aqueles apresentados pelas 35 empresas que compõem a indústria doméstica. Apesar de a Lupo ter apresentado dados de dano para todos os indicadores solicitados pela Portaria 41, de 2013, e ser a maior produtora nacional, repete-se que o caráter da participação da Lupo relativa ao dano é de complementaridade e subsidiariedade. A manifestante reiteradamente confunde a Lupo com a indústria doméstica, quando esta é apenas uma das empresas que a compõem, e que Lupo aportou dados próprios que sequer seriam obrigatórios em uma investigação de indústria fragmentada com o fito de contribuir com a investigação. A manifestante parece não ter compreendido o princípio e as particularidades que regem as investigações de defesa comercial nos casos de indústria doméstica fragmentada.

Nesse sentido, é conveniente recordar o caso recente de alho, quando a indústria doméstica foi definida como a totalidade dos produtores nacionais representados pela Associação Nacional dos Produtores de Alho - ANAPA, a qual representava cerca de 95% da produção nacional. Devido ao caráter fragmentário da produção nacional de alho, os indicadores de dano da indústria doméstica foram obtidos a partir de fontes secundárias. Naquela investigação não houve disponibilidade de dados complementares ou subsidiários de um produtor que tivesse representatividade comparável à da Lupo nesta investigação. E a SDCOM destaca que, a despeito desse fato, aquele cenário não constituiu limitação para o desenrolar da investigação e das análises que em última instância levaram à instauração do direito.

Dessa forma, a Subsecretaria considera que perde relevância a questão de se os dados trazidos pela Lupo são relativos apenas à controladora ou a todas suas controladas e se "os dados da Lupo", por essa razão, "não passariam em uma verificação". Reitera-se, seus dados são complementares, já que a Lupo é uma parte, uma amostra, de uma indústria doméstica fragmentada, mas não é a indústria doméstica em si. Em nenhum momento a SDCOM considerou a Lupo como substituta, nem como sinônimo de indústria doméstica, nem como proxy da situação da indústria doméstica como um todo (como alegou a manifestante). Os dados da Lupo foram usados para complementar, como proxies de determinados indicadores, a análise para indicadores da indústria doméstica em face das particularidades de uma indústria fragmentada. E por essa razão o ponto de relevância é, como de praxe, a correção dos dados que foram apresentados, os quais ainda serão objeto de ofício de solicitação de elementos de prova. Por todo o exposto, mantêm-se os dados da Lupo como parte dos dados a serem considerados nas análises de valor normal, dano e causalidade.

Nesse sentido a SDCOM, apesar de bem-vindos os esforços da ABVTEX ao realizar comparações entre os dados das colunas R a AM do apêndice V da Lupo com seus demonstrativos auditados, reitera a escassa relevância da tarefa realizada, em função da referida complementaridade da Lupo S.A diante da indústria doméstica. Ressalta-se, ainda, que tais dados serão ainda objeto de ofício de elementos de prova.

A SDCOM acrescenta ainda que a ABVTEX se equivocou ao apontar que teria sido a Lupo a responsável pelo aporte de indicadores financeiros das operações consolidadas (o que incluiria Lupo Franquias Ltda., Scalina Ltda. e Itabuna Têxtil Ltda). A utilização desses indicadores foi feita, de forma conservadora, pela própria SDCOM em substituição aos dados originalmente apresentados, que foram os do Grupo Guararapes. Tais dados englobavam diversas atividades para além da confecção, com destaque para o varejo, o que poderia explicar porque as margens de lucro do grupo eram tão superiores às margens de lucro encontradas na petição para empresas do segmento têxtil.

Com relação à citação do caso do Órgão de Solução de Soluções de Controvérsias da OMC EC - Fasteners para justificar que não seria suficiente o percentual dos produtores nacionais a que se referem os dados de dano da presente investigação, na visão da SDCOM a ABVTEX parece intencionalmente ignorar as limitações inerentes a uma indústria fragmentada, de forma a aplicar o debate do caso de EC - Fasteners quase ao ponto de se poder concluir a partir de sua manifestação que uma indústria fragmentada não é capaz fornecer provas positivas e confiáveis à autoridade investigadora brasileira, de forma a conseguir pleitear uma medida de defesa comercial. A SDCOM precisa avaliar o pleito de acordo com a legislação em vigor, o que foi efetivamente realizado, à luz do Decreto nº 8.058, de 2013, do Decreto nº 9.107, de 2017, e da Portaria SECEX nº 41, de 2018. Não compete à SDCOM especular acerca de qual seria o percentual que a ABVTEX consideraria como satisfatório para se considerar que parcela significativa dos produtores nacionais seja representada quanto à análise de dano.

Ademais, no próprio caso o Órgão de Apelação estabelece que as preocupações ali ventiladas se devem para se assegurar uma análise objetiva, sem favorecer qualquer parte, e acrescenta no parágrafo 414: "an investigating authority must not act so as to give rise to a material risk of distortion in defining the domestic industry, for example, by excluding a whole category of producers of the like product.". Ora, no presente caso esta autoridade atuou estritamente tanto quanto possível para obter o máximo de informações disponíveis do setor, sem introduzir distorções. Para tal, utilizou-se de estudo de parte isenta, o IEMI, que tanto é isenta que foi contratada por uma parte interessada, a CM Imports, para realizar estudo de mercado que foi empregado no contexto de argumentação contrário ao prosseguimento da investigação.

Entretanto, adiantando-se a uma futura manifestação da ABVTEX a SDCOM aponta o § 7º do art. 37 do Regulamento Brasileiro que define com clareza que:

"No caso de indústria fragmentada (...) poderá ser aceita petição contendo dados relativos a produtores domésticos que respondam por parcela inferior a 25% da produção nacional do produto similar no período de investigação de dumping"

Ainda, faz-se remissão ao item 1.4 desta Determinação, o qual apontou que 24 dentre as 35 empresas da indústria doméstica produziram [RESTRITO] pares de meias em P5, correspondente a 25,2% da produção nacional estimada do produto similar.

E ainda com relação ao Órgão de Apelação em EC - Fasteners ter determinado que 27% não configuraria parcela significativa da indústria doméstica à luz do Artigo 4.1 do ADA, a manifestante olvidou de colacionar em sua manifestação o entendimento do próprio AB:

The practical constraint on an authority's ability to obtain information regarding the domestic producers may also mean that, in such special cases, what constitutes "a major proportion of the total domestic production" may be lower than what is ordinarily permissible in a less fragmented market

(...)

However, even in such cases, the authority bears the same obligation to ensure that the process of defining the domestic industry does not give rise to a material risk of distortion. A complainant alleging an inconsistency under the second method for defining the domestic industry bears the burden to prove its claim and to demonstrate that the domestic industry definition does not meet the standard of "a major proportion" (grifo nosso)

Ou seja, o AB muito razoavelmente ponderou que devem ser consideradas as limitações práticas caso a caso. Acrescentou ainda que há, sempre, a obrigação da autoridade em não dar margem a risco de distorções, o que certamente foi feito no presente caso. E trouxe um ponto crucial - que é a parte que alega ser a definição da indústria doméstica incorreta que deve provar o pleito. Assim, não basta a ABVTEX simplesmente alegar que a SDCOM incorretamente definiu a indústria doméstica, devem ser trazidos elementos probatórios para tal. Resta claro, portanto, que a ABVTEX interpretou incorretamente a jurisprudência colacionada.

Com relação à alegação da ABVTEX sobre a dificuldade de se refazer o caminho metodológico a partir dos estudos do IEMI, a SDCOM aponta que solicitou no Ofício nº 0.087/2021/CGMC/SDCOM/SECEX que o IEMI disponibilize em versões restrita e confidencial as bases dos Painéis utilizados pelo IEMI para apuração da produção nacional de meias dos anos de 2014 a 2017, além de esclarecer o aparente inconsistência entre os percentuais de participação de meias-calças no total do mercado de 8,8% e de 21%, conforme apontado pela ABVTEX. Conforme descrito na página inicial deste documento, o prazo de resposta é posterior à data de corte dos dados desta determinação preliminar e por essa razão as respostas não serão consideradas nesta determinação preliminar. Salienta-se, por fim, que não pode a manifestante querer substituir esta autoridade, e os dados confidenciais foram e serão objeto de análise detida e ofício de elementos de prova por parte desta SDCOM, bem como de meios alternativos de verificação que a SDCOM julgar necessários para validar os dados apresentados da indústria doméstica no âmbito desta investigação. Ressalta-se, por fim, o óbvio fato de que um estudo estatístico baseia-se em uma amostra estatisticamente válida de todo o espectro a ser analisado. Com relação ao prazo de 91, há pertinência nos comentários da ABIT ao se afirmar que este prazo diz respeito a um diminuto espectro de atos e de partes não habilitadas, como se depreende em simples leitura do normativo em questão.

9. DA RECOMENDAÇÃO

Na análise da SDCOM acerca da recomendação de aplicação de direitos provisórios, foram observadas as disposições do art. 66 do Decreto nº 8.058, de 2013. Nos termos do inciso III do referido artigo, compete à CAMEX o julgamento acerca da necessidade da adoção de medidas provisórias para impedir que ocorra dano durante a investigação.

Por um lado, concluiu-se, preliminarmente, pela prática de dumping nas exportações de meias da China e de Hong Kong para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática. Por outro lado, tendo em conta as manifestações recebidas, houve alteração do CODIP inicialmente proposto, de modo que os dados fornecidos pela indústria doméstica, pelos importadores e pelos produtores exportadores que aportaram dados para esta determinação preliminar terão que ser reapresentados de acordo com o novo CODIP. Ademais, não foi possível conduzir o procedimento de verificação dos dados da indústria doméstica até o momento, estando ainda pendente a resposta a ofício de informações complementares encaminhado pela SDCOM, cujo prazo de resposta vence após a data estabelecida para elaboração desta determinação preliminar. Acrescenta-se, por fim, que os cálculos com base em dados não verificados da produtora paraguaia indicam preliminarmente a ausência de dumping em suas importações, cenário que será definitivamente avaliado quando da determinação final.

Recorde-se que devido à pandemia do COVID-19 e às medidas de enfrentamento a essa pandemia, a Secretaria de Comércio Exterior decidiu suspender, por meio da Instrução Normativa da Secretaria de Comércio Exterior nº 1, de 2020, por prazo indeterminado, a realização de verificações presenciais SDCOM no âmbito dos processos de defesa comercial.

Dada a permanência da impossibilidade de realização dos procedimentos de verificação in loco, a verificação das informações submetidas pela indústria doméstica e eventuais demais partes interessada será conduzida por outras formas de conferência, buscando avaliar a correção dos dados com base na análise cruzada das informações protocoladas por cada parte interessada com aquelas submetidas pelas demais partes, bem como com informações constantes de outras fontes disponíveis à Subsecretaria, se possível e quando aplicável.

Considerando-se a situação excepcional decorrente da pandemia do COVID-19 e dos seus desdobramentos para a instrução processual do presente caso, e considerando a alteração no CODIP e seus efeitos sobre os dados da petição, que impediu que fosse realizada verificação dos dados da indústria doméstica, não se recomenda a aplicação de medidas provisórias, ainda que diante da determinação preliminar positiva de dumping para as origens China e Hong Kong, de dano à indústria doméstica e do nexo de causalidade entre ambos.

Salienta-se que, de acordo com o § 5º do art. 65 do Decreto nº 8.058, de 2013, esta determinação preliminar será publicada pela Secretaria de Comércio Exterior - SECEX em até três dias da data deste documento.